PARNAMIRIM. Com aval de Agripino, vice-prefeita Kátia Pires deve anunciar desistência da pré-candidatura a prefeita e apoiar Professora Nilda __PÁG. 2

www.agorarn.com.br

JORNALISMO PROFISSIONAL E APARTIDÁRIO

NATAL, QUINTA-FEIRA, 18 DE ABRIL DE 2024 | EDIÇÃO Nº 1.811 | ANO 8 | 7.500 EXEMPLARES

DIRETOR DE REDAÇÃO: ALEX VIANA-alexviana@agorarn.com.br

REPRODUÇÃO

Irmãos Alexandre e Fábio Dantas

REPRODUÇÃO

Secretário-geral Maurício Melo

EXCLUSIVO __PÁG. 12 E 13

Farra das Quentinhas: Justiça recebe denúncia de fraude em licitações de São José de Mipibu

Um grupo de vereadores de São José de Mipibu, na Grande Natal, apresentou à Justiça na semana passada a denúncia de um suposto esquema de fraude em licitações, corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo a compra de quentinhas pela prefeitura da cidade. Os contratos sob suspeita totalizam quase R$ 10 milhões, pagos a partir de notas fiscais supostamente superfaturadas.

A grande quantidade de refeições compradas, considerando o tamanho da cidade, chama a atenção, assim como o valor individual cobrado por cada quentinha, cerca de três vezes mais cara do que compra o Governo do Estado, por exemplo.

De acordo com a denúncia, o esquema tem como mentores o ex-prefeito Arlindo Dantas e o filho dele Fábio Dantas. O atual prefeito e pré-candidato à reeleição, Zé Figueiredo, teria dado continuidade aos desvios. Suposto esquema teria, ainda, participação de secretários, pregoeira e filha do atual prefeito.

REPRODUÇÃO

Prefeito Zé Figueiredo e Jota Veras

REPRODUÇÃO

Zé e Arlindo no esquema, diz denúncia

Impacto no bolso __PÁG. 15

Conta de luz ficará mais cara no RN a partir de segunda; Aneel autoriza reajuste de 8,14%

Cosern afirmou que reajuste foi impactado por elevações mais significativas em itens não gerenciáveis pela distribuidora

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) autorizou, nesta semana, um reajuste tarifário para a Companhia Energética do Rio Grande do Norte – Neoenergia Cosern.

Consumidores residenciais da distribuidora, que atende cerca de 1,58 milhão de unidades, deverão sentir um aumento de até 8,14%. O reajuste entra em vigor na próxima segunda-feira 22.

Em nota, a Neoenergia Cosern afirmou que o reajuste foi impactado por elevações mais significativas em itens não gerenciáveis pela distribuidora.

"Pelas variações desses itens o índice de reajuste seria de 10%. Dentre os itens, destacam-se os custos de encargos setoriais que estão contribuindo com 2,92% no índice de reajuste e os custos com transmissão e geração de energia contribuindo com 1,98% no índice, totalizando 4,90%. Além disso, os custos de componentes financeiros, com efeitos de 5,10% no índice final", informou a empresa.

Futebol __PÁG. 24

Copa do Brasil: América pega o Corinthians

Sorteio definiu os confrontos da terceira fase da competição. Equipe potiguar fará o primeiro jogo em casa e decidirá fora.

Segurança __PÁG. 22

Assembleia aprova auxílio-fardamento para policiais civis

Tensão __PÁG. 3

Arthur Lira diz a Rui que não vai se vingar do governo

Ouro Branco __PÁG. 6

Oposição denuncia falta de transparência em programa habitacional

Vereadores pedem ao prefeito (foto) dados sobre construção de casas e sobre verba para combustíveis.

REPRODUÇÃO

Saúde __PÁG. 11

RN fará campanha para vacinar quase 12 mil indígenas

Campanha começou no dia 13. João Câmara é município potiguar com mais indígenas.

Caso chocante __PÁG. 8

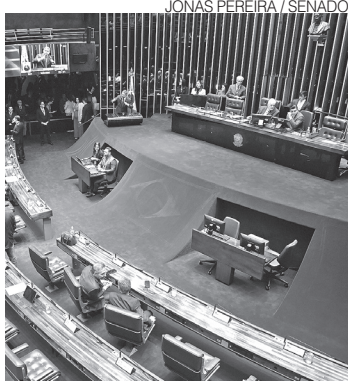
Perícia inicial aponta que idoso levado ao banco morreu deitado

Mulher foi detida suspeita de vilipêndio de cadáver e furto. Ela diz que idoso chegou vivo.

Bancada do RN inteira votou a favor de PEC que pune porte de drogas em qualquer quantidade

JONAS PEREIRA / SENADO

O Senado aprovou nesta semana a proposta de emenda à Constituição (PEC) que criminaliza o porte e a posse de drogas, independentemente da quantidade. Pelo texto aprovado, a criminalização do porte e da posse passa a constar no artigo 5º da Constituição, o dos direitos e garantias individuais. A proposta ainda precisa passar pela Câmara dos Deputados.

No primeiro turno, os três senadores do RN votaram a favor da PEC: Rogério Marinho (PL), Styvenson Valentim (Podemos) e Zenaide Maia (PSD). No 2º turno, Rogério e Styvenson repetiram o voto, e Zenaide se ausentou.

Além de criminalizar o porte e a posse, a proposta prevê inserir na Constituição que deverá haver distinção entre traficante e usuário, mas não há critério objetivo. O usuário terá penas alternativas à prisão.

PARNAMIRIM

A vice-prefeita Kátia Pires (União Brasil) deve anunciar desistência da pré-candidatura a prefeita nas próximas semanas. Ela finaliza um acordo do União Brasil com o Solidariedade da ex-vereadora Professora Nilda, que lidera as pesquisas divulgadas, à frente do comunicador Salatiel de Souza (PL). Kátia tem o respaldo do ex-senador José Agripino Maia, que não quer nem ouvir falar no apoio a Salatiel e também não aceita as "exigências" do senador Rogério Marinho (PL).

NATAL

INSTAGRAM

A posição do União Brasil e de José Agripino contra o PL em Parnamirim terá consequências em Natal. O deputado federal General Girão se prepara para retomar seu projeto de concorrer a prefeito de Natal. Agora, com o respaldo de Rogério Marinho e dos deputados Sargento Gonçalves e Coronel Azevedo, ambos do PL. O bolsonarismo raiz não aceita bater palmas para o União Brasil (Paulinho) em Natal, e o partido de Agripino prefere ser contra ao PL em Parnamirim.

FERVENDO

Os bastidores entre as posições de Agripino e de Rogério estão fervendo. Em Brasília, Rogério já comunicou ao deputado federal Paulinho Freire que fica difícil convencer o bolsonarismo em Natal com o União Brasil contra o PL de Parnamirim. Kátia Pires não quer saber dos acordos em Natal e prefere uma "vingança" contra o prefeito Rosano Taveira, que sequer aceita Kátia como vice de Salatiel de Souza. Sendo assim, a vaidade e o orgulho falam mais alto.

PSB

O presidente nacional do PSB, Carlos Siqueira, nomeou Manassés Torres Duarte como vice-presidente estadual do PSB. A ex-deputada Larissa Rosado sabe que Manassés, que já era o secretário de Articulação e Mobilização Política do partido, tem outro nome de Siqueira no Estado: Silvano Medeiros, que é o segundo-vice do PSB. Os dois são da sigla desde os tempos da governadora Wilma de Faria.

FORA DO AR

Somente a governadora Fátima Bezerra e o secretário Adriano Gadelha conseguem contato com o secretário Raimundo Alves (Casa Civil) nesses dias de férias que ele tirou. Celular desligado. Nem mesmo os deputados da base conseguem falar. Aliás, na Assembleia Legislativa a grita é sobre a liberação das emendas. Terminando abril, e nenhuma foi paga. Ainda tem aliados com emendas de 2023 a serem pagas.

CORTADO

Acompanhantes de pacientes e funcionários do Hospital Geral Walfredo Gurgel, maior unidade hospitalar de emergência e urgência do RN, estão sem alimentação desde ontem. Segundo a Secretaria de Saúde, o motivo da suspensão da alimentação foi a diminuição no fornecimento dos insumos. Segundo o Sindsaúde, a falta de insumos teria sido causada pela falta de pagamento ao fornecedores. Cadê o secretário da Fazenda, Cadu Xavier?

CRISE

Em meio ao embate entre os Poderes, o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes apareceu no Senado Federal ontem, de surpresa, e afirmou que "nós já éramos felizes e não sabíamos" antes das redes sociais. Alexandre de Moraes também teve uma reunião com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Tudo em meio a movimento de deputados para instalar uma CPI a fim de apurar supostos abusos cometidos pelo ministro em investigações do Supremo.

DANIEL MENEZES

dmopotiguar@hotmail.com

Cachaceiros, bombados e cheiradores (ricos) comemoram a PEC da Hipocrisia financiadora da violência

O Senado acaba de aprovar, por 53 a 9, a PEC das Drogas, que tornará crime a posse de qualquer quantidade de entorpecentes ilícitos. Trata-se do suprassumo da ignorância e da hipocrisia, e vou explicar as razões.

É uma burrice monumental - e infelizmente ela está em alta - porque, na prática, iremos financiar com os nossos impostos o fortalecimento das facções criminosas. Essas organizações dependem de mão de obra e esta é arregimentada nos presídios, que agora, caso a PEC chegue à sua tramitação final logrando êxito em sua jornada, serão ainda mais superlotados com pessoas presas por estarem com 10, 20 gramas de maconha ou cocaína. Quem merece tratamento ganhará uma cadeia para puxar.

Trata-se da seguinte lógica. A polícia irá trancafiar o usuário de maconha, geralmente um rapaz, pobre e negro da periferia. Ele ingressará no sistema carcerário, se filiará a uma facção até para obter proteção na efetivação de sua pena, receberá ampla formação e sairá de lá pronto para meter uma bala em nossas cabeças. Uma indústria potencialmente geradora de receita para a sociedade investir em campanhas de educação e ações de saúde pública continuará alegremente, proporcionando morte e caos sem ser efetivamente incomodada.

O tema ainda é absurdamente pautado por uma moral seletiva porque vivemos numa sociedade em que diversão rima com consumo de álcool produtor de doentes em abundância para o SUS, mortes por violência doméstica e milhares de acidentes de trânsito fatais. Aliado a isso, nas academias do País, em busca do corpo perfeito, é normal encontrar consumidores de anabolizantes que alimentam o tráfico de drogas via laboratórios clandestinos. Por fim, como as prisões de usuários ocorrem em 90% dos casos nas ações de patrulhamento e não por investigação e estas atividades se processam em bairros carentes, os ricos cheiradores de cocaína em suas festinhas não serão incomodados.

E então ficamos assim e me permitam a imprecisão. Cachaceiros, bombados e cheiradores (ricos) pregando e aprovando no Congresso uma norma que irá arruinar a vida de cidadãos sem condições, fortalecer o crime organizado às custas de dinheiro público e gerar mais violência contra nós mesmos. Com isso, cabe apenas enviar efusivas parabenizações aos envolvidos. O brasileiro gosta de passear na Europa e nos EUA, mas quer mesmo para si morar nas Filipinas ou sob o regime do Talibã.

Daniel Menezes é Cientista político, professor da UFRN

Alex Viana Diretor-Presidente - **Edilson Viana** Dir.Administrativo - **Lissandra Viana** Dir. Financeira - **Matheus Viana** - Diretor-Executivo
Tiago Rebolo Editor Geral - **Nathallya Macedo** Editora Adjunta - **Douglas Lemos** - Editor Adjunto
Endereço: Av. Rodrigues Alves, nº955, Tirol , Natal/RN - CEP: 59020-200 - Tel - 84 3027-1690
Publicações: publica@agorarn.com.br | 84 98117-1718 - **Redação:** 84 98117-5384 - **Portal:** www.agorarn.com.br

ARTHUR DUTRA

redacao@agorarn.com.br

O Centro Histórico e a Natal real

Quase todas as capitais brasileiras estão quebrando a cabeça para solucionar um grave e incômodo problema: o esvaziamento e a deterioração dos seus Centros. Compreender esse fenômeno e encontrar suas raízes mais profundas tem consumido o tempo e os esforços de muitos urbanistas, gestores e estudiosos das cidades. Mas além de estudos e elaboração de diagnósticos, já tem gente colocando-os em prática. E colhendo bons resultados. Vamos trazer dois exemplos para servirem de inspiração: Recife e Rio de Janeiro.

A cidade do Rio de Janeiro lançou, em 2021, o programa Reviver Centro. A ideia era criar uma série de incentivos e instrumentos para atrair para o Centro e a Lapa investimentos em novas moradias, empreendimentos de uso misto (residências e salas comerciais) e outras atividades que fizessem com que as pessoas voltassem a frequentar a região.

Pessoas. No fim, tudo se resume – e é assim que deve ser – a atender às pessoas, por isso é tão importante, nesse tipo de proposta, compreender as demandas reais da cidade e do mercado dos desejos humanos, e não elaborá-los com base em achismos, preferências pessoais, utopias ou saudosismos. É na cidade real – e atual - que está a força que devolverá vida aos centros degradados e abandonados.

O Reviver Centro considerou, cheio de sabedoria e humildade, que o que estava sendo estabelecido na sua primeira versão, teria que ser avaliado de muito perto quando fosse aplicado. Dois anos depois, entendeu-se que já seria necessário fazer ajustes no plano para que ele fosse, de fato, efetivo naquilo a que se propôs. Dois anos! Isso mesmo depois de ter, em pouco tempo de vigência, viabilizado o lançamento de 1.104 unidades residenciais, dando sinais de que, com monitoração constante e ajustes rápidos (nos incentivos e na burocracia), o Reviver Centro pode ser ainda mais bem sucedido. Se é pra incentivar, que seja um incentivo verdadeiro, e não apenas migalhas com aparência de favores. O caminho, por lá, está traçado. O tempo se encarregará de mostrar mais resultados.

Recife é um conhecido caso de sucesso de revitalização do seu Centro Histórico. O Recife Antigo, hoje, é um bairro de grande vitalidade, frequentado por turistas e residentes, além de um importante polo tecnológico que atrai talentos e exporta para o mundo inteiro a inteligência do povo pernambucano. Por lá, foi necessário dar um impulso inicial para viabilizar uma atividade econômica que não era, aparentemente, vocacionada para a área. Mas houve ousadia, incentivos adequados e uma correta leitura sobre a demanda que poderia se interessar pelo bairro. Deu certo.

Mas mesmo hoje, com o retumbante sucesso econômico e urbanístico do Recife Antigo, os gestores estão dando um passo além, dentro dessa perspectiva de avaliar constantemente para melhorar e não deixar estagnar. E é com esse espírito que estão sendo traçadas estratégias para atrair residências e moradores, o que dará ainda mais vida ao que estava quase morto há alguns anos.

Estes são apenas dois bons exemplos do que pode ser feito para revitalizar nosso Centro. Evidente que apenas copiar não é o caminho, mas dá para perceber que existe um princípio orientador comum, que precisamos traduzir num conjunto de ações reais, colocá-las em prática, monitorar, ajustar rapidamente e colher os frutos.

Arthur Dutra é advogado e comunicador. Autor do livro "Natal do Futuro" (2021)

Lira promete a Rui Costa que não vai fazer ofensiva para se vingar do governo

Ministro da Casa Civil recebeu promessa de que clima vai amenizar

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), teve uma reunião reservada com o ministro da Casa Civil, Rui Costa, nesta quarta-feira 17, na residência oficial da Câmara, em que prometeu ao enviado de Lula que não fará uma ofensiva legislativa para se vingar do governo.

Lira vive desde a semana passada uma guerra com o ministro Alexandre Padilha, de Relações Institucionais, com quem já tem problemas de relacionamento desde o ano passado.

A razão agora foi a votação da Câmara que manteve a prisão do deputado federal Chiquinho Brazão (sem partido-RJ) por um placar apertado – 277 votos, apenas 20 a mais que o necessário para confirmar a decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Lira e seu entorno detectaram uma operação de bastidores comandada por Padilha antes da votação, que teria ajudado a definir o placar pela prisão.

Depois disso, o presidente da Câmara deu uma coletiva de imprensa chamando Padilha de "desafeto" e "incompetente", e nesta terça-feira 16 deixou claro em conversas com os líderes que pretende fazer andar as pautas da oposição andarem e abrir CPIs que podem atrapalhar o andamento das pautas do governo.

ZECA RIBEIRO / CÂMARA

Presidente da Câmara, Arthur Lira

A esse quadro também se juntou a demissão de Wilson César de Lira Santos, primo do presidente da Câmara, do posto de superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Alagoas, o que acirrou os ânimos entre Lira e Planalto.

Na conversa desta quarta-feira, porém, o presidente da Câmara adotou um tom bem mais cauteloso e, além de prometer não botar pressão no que já vem sendo chamado de "pacote da vingança" nos corredores da Casa, também justificou seu ataque a Padilha.

Segundo fontes ligadas a Lira, o encontro também contou com a participação do líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE).

De acordo com o que Costa contou a interlocutores, Lira justificou os ataques a Padilha por uma necessidade de atender ao pleito corporativista de deputados preocupados com possíveis futuras ordens de prisão de parlamentares por parte do Supremo.

Segundo o relato do ministro da Casa Civil, Lira teria dito que precisou fazer esse gesto por uma demanda de sua base na Câmara. Disse, ainda, que ficou irritado com uma postagem de Padilha no Instagram com a irmã de Marielle Franco, a ministra Anielle Franco, comemorando a manutenção da prisão de Brazão.

Apesar do aceno a Rui Costa, Lira já mandou fazer um levantamento das CPIs que poderiam ser abertas – há oito na fila, esperando a instalação, como a que prevê a investigação da compra de energia da Venezuela e a que trata de segurança pública, com foco em "denúncias do crime organizado e sua relação com o crescimento do número de homicídios e atos de violência em todo o Brasil".

Outra linha de ação de Lira contra o Planalto é pautar projetos que afetem as agendas do governo. Um dos que está na fila esperando seu aval é o projeto de lei do deputado Eli Borges (PL-TO), presidente da Frente Parlamentar Evangélica, que restabelece a isenção fiscal para líderes evangélicos, que havia sido dada por Jair Bolsonaro em 2022 e foi anulada por Lula ao assumir o governo. ●

Privilégio

CCJ do Senado aprova PEC que turbina salários de juízes e promotores

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou nesta quarta-feira 17 uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que concede um aumento salarial de 5% a cada cinco anos de serviço para membros do Judiciário e do Ministério Público.

O texto, que seguirá para análise do plenário, turbina o salário de juízes e promotores até o limite de 35% da remuneração do servidor.

Pelo texto da PEC, o valor não seria contabilizado dentro do teto do funcionalismo público (atualmente em R$ 44 mil).

Relator da proposta, o senador Eduardo Gomes (PL-TO) estendeu, em seu parecer, o benefício para ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) e conselheiros dos tribunais de contas municipais e estaduais.

O acréscimo do salário para estas categorias valerá para os casos em que o servidor for impedido ou optar por não exercer a advocacia privada. ●

Sebrae-RN anuncia vencedores do Prêmio Prefeitura Empreendedora

Etapa estadual, que precede a grande final em Brasília, no mês de junho, recebeu 45 iniciativas inscritas, envolvendo 24 municípios, em nove categorias. Evento foi realizado nesta quarta-feira no hotel Holiday Inn, em Natal

MORAES NETO

Anúncio dos selecionados para etapa nacional aconteceu nesta quarta-feira 17, no hotel Holliday In, com a presença de representantes dos municípios inscritos

Tibau, Messias Targino, Janduís, Acari, Baraúna, São Paulo do Potengi e Lajes foram os municípios selecionados, entre 34 inscritos com 45 projetos ao todo, para representar o Rio Grande do Norte na 12ª edição nacional do Prêmio Sebrae Prefeitura Empreendedora, que acontece no próximo dia 11 de junho, em Brasília.

O anúncio dos selecionados aconteceu no fim da tarde desta quarta-feira 17, no hotel Holliday In, com a presença dos prefeitos e representantes dos municípios inscritos, que participaram com trabalhos em nove categorias temáticas: "Sala do Empreendedor", "Cidade Empreendedora", "Compras governamentais", "Sustentabilidade e meio ambiente", "Turismo e identidade territorial", "Empreendedorismo rural", "Governança territorial", "Inclusão produtiva" e "Empreendedorismo na escola".

O prêmio é um reconhecimento aos gestores municipais por projetos implantados em suas cidades de estímulo à criação e desenvolvimento dos pequenos negócios e à modernização da gestão pública.

Anunciaram os vencedores da fase estadual do prêmio Prefeitura Empreendedora o presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae-RN, Itamar Maciel, ao lado do diretor-superintendente José Ferreira de Melo Neto (Zeca Melo) e o diretor de Operações, Marcelo Toscano.

Já os prefeitos foram representados pelo presidente da Federação dos Municípios do RN, Luciano Santos, prefeito de Lagoa Nova. Também estavam lá o presidente da Frente Parlamentar das Micro e Pequenas Empresas, deputado Kleber Rodrigues, representando a Assembleia Legislativa, e o presidente do Tribunal de Contas do Estado, Gilberto Jales, um antigo entusiasta do prêmio.

MORAES NETO

Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Gilberto Jales discursou no evento

MORAES NETO

Prefeito de Acari, Fernando Antônio Bezerra (esq.), está entre os premiados

Num rápido discurso, o presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae-RN, Itamar Manso Maciel, falou da importância das prefeituras no apoio ao empreendedorismo e na criação de um ambiente mais propício para os pequenos negócios.

"As prefeituras desempenham um papel crucial no apoio e na promoção do ambiente empreendedor, sendo a força vital que impulsiona nossa economia e transforma comunidades", resumiu.

Destacou, ainda, o potencial do Prefeitura Empreendedora em inspirar e liderar pelo exemplo ao lembrar que o prêmio oferece visibilidade nacional e acesso a recursos para aprimorar políticas e programas, estimulando a inovação e a melhoria contínua na gestão municipal.

O diretor superintendente do Sebrae-RN, Zeca Melo, destacou a importância de incentivar os pequenos negócios para gerar mais oportunidades e renda para o Rio Grande do Norte. E fez uma saudação especial ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado estadual Ezequiel Ferreira, na iniciativa da Sala do Empreendedor.

Em 2021, com o empenho de Ezequiel, a Assembleia promoveu uma conquista histórica para os pequenos negócios, aprovando a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. No ano seguinte, iniciou a instalação de Salas do Empreendedor em todos os 167 municípios do Rio Grande do Norte, em parceria com o Sebrae-RN. Hoje, são 160 salas em todo o estado, aproximando soluções dos empreendedores e economizando a vinda deles para Natal toda a vez que precisam de orientação em seus negócios.

CONTINUA NA PÁGINA 5

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 4

MORAES NETO

Diretor-superintendente José Ferreira de Melo Neto (Zeca Melo) discursa para prefeitos e representantes de municípios inscritos durante evento realizado no hotel Holliday Inn nesta quarta-feira 17

Além da articulação política com os gestores municipais, a Assembleia do RN contribuiu com o maquinário das salas assumidas pelo. O Sebrae/RN, responsável pela implantação e acompanhamento do projeto.

"Apoiar o empreendedorismo é a chave para impulsionar o desenvolvimento do RN e contribuir para o bem-estar da população. O Sebrae-RN reconhece a importância desse apoio contínuo", lembrou Zeca Melo.

Ele agradeceu também a todos os que se uniram esforço coletivo do prêmio, trabalhando para promover o progresso e garantir um futuro próspero para o RN pela via do empreendedorismo e de uma "gestão pública competente".

Já o presidente da Federação dos Municípios do RN, Luciano Santos, relacionou o "Prêmio Prefeitura Empreendedora" à valorização de iniciativas locais e na promoção de uma competição saudável entre os municípios.

"Nós, gestores municipais, somos os responsáveis por representar e promover o desenvolvimento de nossas cidades. E essa iniciativa é uma oportunidade única de valorização e reconhecimento de ações e exemplos para o fomento do empreendedorismo no estado".

VENCEDORES ESTADUAIS. O município de Acari, que ainda celebra a sangria do açude de Gargalheiras, foi um dos grandes vencedores da noite, conquistando o prêmio nas categorias "Empreendedorismo Rural" e "Sustentabilidade e Meio Ambiente, com os projetos Empreender Rural e Acari Sustentável", respectivamente.

O prefeito de Acari, Fernando Bezerra, não foi modesto: ressaltou o potencial das iniciativas em impulsionar o desenvolvimento sustentável da região, enfatizando a colaboração com o Sebrae-RN para incentivar tais práticas.

"As iniciativas premiadas se destacam por sua significativa contribuição para o desenvolvimento de nossa cidade. Esse reconhecimento reflete o árduo trabalho de toda a equipe da prefeitura e de nossos parceiros, reafirmando que estamos trilhando o caminho certo rumo ao desenvolvimento sustentável.", comemorou.

Já o município de Messias Targino conquistou uma vitória dupla, levando para casa as premiações nas categorias "Turismo Identidade Territorial" e "Cidade Empreendedora". Para a prefeita do município, Shirley Ferreira Targino, o prêmio é uma oportunidade de dar visibilidade às gestões que verdadeiramente incentivam o empreendedorismo e promovem o desenvolvimento do Rio Grande do Norte.

"Participar deste evento nos mostra a importância do nosso trabalho não apenas localmente, mas também a nível estadual e nacional. Estou muito feliz por ser uma das vencedoras deste prêmio, e agradeço a todos que vieram nos apoiar e a toda a equipe envolvida nos projetos que apresentamos e foram premiados".

O prefeito Álvaro Dias também esteve presente, juntamente com o deputado estadual Hermano Moraes; o presidente da Federação das Indústrias do RN, Roberto Serquiz; Jeová Lins de Sá, superintendente do Banco do Nordeste no RN; o empresário Luiz Antônio Lacerda, vice-presidente da Fecomércio RN e Elan Miranda, representando a Agência de Fomento do RN.●

MORAES NETO

Presidente da Femurn, Luciano Santos (dir.), representou municípios ontem

MORAES NETO

"Apoiar empreendedorismo é a chave para impulsionar o desenvolvimento do RN", destacou Zeca Melo na cerimônia

Oposição de Ouro Branco denuncia falta de transparência em programa habitacional e em gastos públicos

Vereadores acusam prefeito de ocultar informações sobre construção de casas populares e uso de verbos para combustíveis, gerando questionamentos sobre lisura da gestão

"Imagine uma cidade de cinco mil habitantes, sendo 4,2 mil eleitores, e o prefeito anunciar que construirá casa para 200 famílias em um ano eleitoral, quando ele concorre à reeleição. Isso pode mudar completamente o rumo das eleições municipais", afirmou o vereador do município de Ouro Branco, Marcos Costa (PSDB), ao explicar o motivo da bancada de oposição ao prefeito Samuel do Souto (PL) analisar a possibilidade de ingressar com uma ação judicial para que o gestor dê transparência e publicidade aos gastos de recursos públicos na cidade, situada no Seridó potiguar.

"Pensamos em ação judicial para que o prefeito responda à população e à Câmara Municipal de Ouro Branco o que já foi solicitado inúmeras vezes e ele se nega a responder, desrespeitando, inclusive, a Lei de Acesso à Informação. A última vez que solicitamos informações foi referente ao programa de construção de casas populares, há pouco mais de um mês e que, até esta noite de quarta-feira, ele não respondeu ao ofício de bancada nº 001/2024. Esse comportamento de falta de transparência é recorrente", explicou.

Segundo o vereador, a atual gestão iniciou recentemente um programa de construção de casas populares para beneficiar cerca de 40 famílias no município, entretanto, todo o processo não foi divulgado como deve ser, o que gerou dúvidas sobre a lisura do processo. "Além da Prefeitura não ter divulgado de forma transparente o programa, também não divulgou dados básicos como critérios para participar de sorteio, local de inscrições, data do sorteio e a relação com os nomes dos moradores beneficiados", disse ao **AGORA RN** nesta quarta-feira 17.

Ele classificou o caso como uma "bagunça grande, porque todas as possíveis informações sobre o programa e detalhes como inscrições, por exemplo, foram divulgadas em grupos de whatsapp, sem a publicidade necessária que um processo deste precisa ter. Ou seja, foi tudo feito às escondidas. Muitas pessoas relataram que foram ao local indicado nos grupos e quando chegaram lá, foram informadas de que já haviam acabado as inscrições. Eram apenas 40 casas, mas tem muito mais gente dizendo que foi contemplada e a verdade é que não sabemos nada sobre como foi feito isso".

O parlamentar disse ainda que, "não houve tempo hábil para análise de documentação dos interessados e até o momento, o prefeito não apresentou a relação oficial com os nomes dos beneficiados, tem gente dizendo que vai ganhar casa sem nem saber, de fato. Soube ainda, por outras pessoas, que a Prefeitura começou a mexer e limpar o terreno onde as casas serão construídas, mas não há a licença necessária para isso, junto ao Idema (Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente)".

REPRODUÇÃO

Prefeito Samuel do Souto (PL)

REPRODUÇÃO

Vereador Marcos Costa (PSDB)

REPRODUÇÃO

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE OURO BRANCO/RN
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO BRANCO/RN
Rua Tenente Manoel Cirilo, nº345, Ouro Branco CEP: 59347-000
Edifício Coronel João Medeiros
Telefone/Fax: 084 3477-0251

Caso existam documentos, relatórios ou registros disponíveis sobre o programa de casas populares, peço que sejam anexados à resposta ou que indiquem como posso ter acesso a eles.

Ficamos à disposição para esclarecimentos adicionais, se necessário, e aguardo ansiosamente sua resposta dentro do prazo estipulado pela legislação vigente.

Sendo no momento, o que nos apresenta, agradeço e manifesto meus sentimentos de estima e apreço.

Ouro Branco-RN, 12 de março de 2024.

Atenciosamente,

Gabinete do vereador Marcos Antonio de Morais Costa

Josué Josedec de Moura

Gabinete do vereador Josué Josedec de Moura

Gabinete do vereador Lucas Batista Fonseca de Lucena

Vereadores cobram informações...

REPRODUÇÃO

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE OURO BRANCO/RN
CÂMARA MUNICIPAL DE OURO BRANCO/RN
Rua Tenente Manoel Cirilo, nº345, Ouro Branco CEP: 59347-000
Edifício Coronel João Medeiros
Telefone/Fax: 084 3477-0251

Ofício de bancada nº 001/2024 — Ouro Branco, 12 de março de 2024.

Ao Excelentíssimo senhor Prefeito Municipal
Samuel Oliveira de Souto

Assunto: Pedido de informações sobre processo integral do programa de casas populares em Ouro Branco.

Prezado,

Nós, Marcos Antonio de Morais Costa, vereador, CPF: 00799358428, RG: 1828755, residente a Rua Severino dos Santos Oliveira, 48, Castelo dos Montes, Ouro Branco, RN, Josué Josedec de Moura, vereador, CPF: 06419078423 RG: 002541403, residente no Sítio Poção, Ouro Branco, RN, Lucas Batista Fonseca de Lucena, vereador, CPF:09071845451, RG: 003012326, residente no sítio Timbaúba, Ouro Branco, RN utilizando-se das prerrogativas da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), viemos por meio deste solicitar informações referentes ao processo integral do programa de casas populares no município de Ouro Branco, no ano de 2024.

1- Descrição completa do programa de casas populares, incluindo seus objetivos, público-alvo, critérios de seleção dos beneficiários e metas estabelecidas.
2- Procedimentos e etapas do processo de seleção dos beneficiários, incluindo informações sobre inscrições, análise de documentos, critérios de priorização e formas de divulgação dos resultados.
3- Detalhes sobre os projetos de construção das casas populares, incluindo localização, infraestrutura prevista, tipos de unidades habitacionais e cronograma de execução.
4- Fontes de financiamento do programa, incluindo recursos próprios do município, convênios, parcerias ou programas governamentais.
5- Prestação de contas ou relatórios de gestão que tenham sido elaborados para apresentar a execução do programa de casas populares.
6- Lista detalhada de beneficiários.

Recebido em 12/03/2024
Maria Cristina da N. Azevedo Araújo

Josué Josedec de Moura
CPF: 064.190.784-23

... mas prefeitura omite os dados

Ele continuou: "Um cidadão do município, sabendo disso, denunciou o caso ao Ministério Público do Estado e acionou o Idema, que embargou a obra. Ou seja, a construção das casas está paralisada já há cerca de um mês. Diante disso, os vereadores da situação espalharam entre a população de Ouro Branco que a obra foi embargada por nossa causa, para tentar colocar o povo contra os parlamentares da oposição. Por isso, pedimos ao prefeito os dados e as informações necessárias sobre o programa e a lista com os nomes dos contemplados".

Segundo Marcos, o documento foi assinado também pelos vereadores Lucas Batista e José Josedec, o Dedé, ambos do PSDB, que acusam o gestor de usar sua base de apoio na Câmara Municipal para impedir a fiscalização da sua gestão por parte dos parlamentares da oposição. E que, no mesmo dia em que solicitaram as informações referentes ao programa de habitação, pediram também detalhes sobre a arrecadação municipal das taxas de iluminação pública, que também não foi respondida até o momento.

GASTOS COM COMBUSTÍVEIS. A segunda denúncia feita pela oposição em relação a não divulgação de informações oficiais sobre o uso de recursos públicos em Ouro Branco é com relação aos gastos com combustíveis para a frota municipal. Segundo o vereador Marcos Costa, a bancada da situação rejeitou, semana passada, um requerimento que solicitava informações detalhadas sobre os referidos gastos, o que levantou suspeitas sobre a transparência na gestão pública e alimentou especulações sobre possíveis irregularidades.

"O portal da transparência da prefeitura tem falhado na divulgação das informações sobre os gastos reais com combustível, prejudicando a transparência dos dados, que, na maioria das vezes, encontram-se desatualizados e dificultando a acessibilidade de tais informações a todos os detalhes. O trabalho de um vereador é fiscalizar o executivo e cobrar ações", disse ele, completando que os vereadores Lucas Batista e Dedé, ambos do PSDB, também se manifestaram a favor da exigência.

O parlamentar disse ainda que, "o Portal da Transparência de Ouro Branco revelou que, entre 01/01/2023 e 01/04/2023, foram gastos um total de R$ 45.377,43 com combustíveis. Ou seja, cerca de R$ 15 mil mensais foram destinados à manutenção de uma variedade de veículos municipais, incluindo ônibus escolares, ambulâncias, máquinas do PAC e veículos das secretarias de Assistência Social, Saúde, Educação, Conselho Tutelar, entre outros".

E que, diante da inconsistência de dados e informações no Portal da Transparência do município, foi pedido também os gastos referentes ao mesmo período de 2024. Entretanto, mais uma vez, o gestor não atendeu à solicitação. "A aparente economia nos gastos com combustíveis na Prefeitura de Ouro Branco pode, na verdade, ser um sintoma de uma falta de transparência e prestação de contas adequadas. A falta de informações claras sobre como esses recursos estão sendo usados levanta questões legítimas sobre a integridade da gestão pública", lamentou Marcos.

Prefeito já foi acionado três vezes pelo MPRN em menos de um ano

O prefeito de Ouro Branco, Samuel de Souto, já foi acionado pelo Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN) em, pelo menos, três ocasiões diferentes em menos de um ano. A primeira foi em julho de 2023, quando ele recebeu uma reprimenda do MP por protelar respostas a requisições de informações, o que confirma as denúncias da oposição sobre a recorrência no comportamento do prefeito em desrespeitar as normas e orientações legais.

A segunda foi há cerca de 30 dias, quando Samuel de Souto recebeu uma determinação do MPRN para que retirasse todas as suas selfies das paredes das repartições públicas e parasse de aparecer nas publicações do site da Prefeitura e nas redes sociais oficiais da gestão. A determinação faz parte de um inquérito civil aberto depois que o gestor ignorou denúncias de promoção pessoal. Ele também vinha protelando a resposta através de pedidos de dilação de prazos sem dar retorno.

O posicionamento do MP se baseia em dispositivo da Constituição estadual, que proíbe a fixação de fotos do prefeito nas repartições públicas e permite somente o brasão do município na propaganda institucional. Além disso, o prefeito terá que remeter ao MP cópia da licitação que comprou as molduras e fotografias que ele fixou nas paredes e explicar qual ato administrativo regulamenta o selo oficial comemorativo aos 70 anos de Emancipação Política do Município de Ouro Branco.

Já a terceira ocorreu em 28 de março passado, após denúncia no Ministério Público e pressão da comunidade para que a Prefeitura Municipal divulgasse a agenda telefônica dos serviços de saúde do município. Neste caso, o vereador Josué Josedec levantou essa questão em janeiro de 2022, mas apenas em novembro de 2023 a situação ganhou ainda mais destaque com a denúncia que revelou a ausência de números de contato nas unidades de saúde da cidade.

Na ocasião, o gestor modificou os números de celular como o único meio de contato institucional das repartições públicas, incluindo contatos antigos como o da Policlínica da cidade, cancelados e substituídos por números de celular.●

REPRODUÇÃO

Comunidade celebra pavimentação de ruas no Jardim Brasil, na Zona Norte de Natal, após anos de espera

REPRODUÇÃO

Vereadora Nina, deputado General Girão e auxiliares visitam local que será beneficiado com as obras

Com ajuda de emendas impositivas, Nina Souza destrava projetos em Natal

Drenagem e pavimentação de ruas no Jardim Brasil e a reurbanização da Lagoa do Santarém vão sair do papel

Após uma batalha de quase quatro anos, o mandato da vereadora Nina Souza (União) teve dois bons motivos para comemorar.

Primeiro, as obras de drenagem e pavimentação de 10 ruas no Loteamento Jardim Brasil, localizado no bairro de Pajuçara, na Zona Norte, foram totalmente concluídas.

Segundo, a ordem de serviço para as obras de reurbanização da Lagoa de Captação do Santarém foi finalmente assinada pelo prefeito Álvaro Dias (Republicanos), na semana passada.

O que esses dois eventos têm em comum é que ambos são antigas lutas de Nina Souza e foram possíveis graças à dobradinha da vereadora com o deputado federal General Girão (PL), que destinou emendas parlamentares no montante de R$ 7 milhões, sendo R$ 4,5 milhões para a pavimentação e drenagem das 10 ruas do Jardim Brasil e R$ 2,5 milhões para a reurbanização da Lagoa de Captação.

"São conquistas fruto de longas batalhas que merecem ser comemoradas quando se concretizam", diz a vereadora Nina Souza, conhecida por travar exaustivas lutas em favor diferentes comunidades da cidade.

No caso da Lagoa do Santarém, Nina Souza vem lutando pela reurbanização desde 2020, quando bateu na porta da Secretaria Municipal de Infraestrutura (Seinfra), em busca de uma solução para um problema que já existe há 30 anos.

"Não aguentava mais ver o sofrimento daquelas famílias. A lagoa transbordou inúmeras vezes, inundando as casas dos moradores na área, fazendo com que muitos perdessem absolutamente todos os móveis e objeto. A situação era dramática", lembra Nina.

"Sabedora da dificuldade financeira enfrentada pela prefeitura, decidi convidar o deputado General Girão para conhecer de perto o sofrimento dos moradores do entorno da lagoa e, no ano seguinte, ele destinou R$ 2,5 milhões emenda impositiva para a obra", acrescenta a vereadora.

Com relação à drenagem e pavimentação das 10 ruas do Jardim Brasil, a vereadora foi convidada para conhecer de perto as condições precárias da localidade ainda em 2019. Não se tinha projeto concebido a época, e as famílias não aguentavam mais esperar.

"Não é justo que famílias que investiram todos seus recursos ao longo do tempo para construir ou adquirir seus imóveis, estivessem sofrendo com poeira intensa, no período secos e com inundações no período chuvoso. A região era um caos, e as famílias esperavam por intervenção há décadas", relembra Nina.

Além disso, com recursos próprios, a prefeitura está investindo em iluminação pública, substituindo as antigas luminárias por lâmpadas de LED, o que proporciona maior sensação de segurança aos moradores e deixa as ruas mais iluminadas.

"Esse investimento em infraestrutura, não tenham dúvidas, é decisivo para a melhoria da qualidade de vida dos moradores do Jardim Brasil e fortalece o desenvolvimento da Zona Norte de Natal como um todo", assegura Nina.

REPRODUÇÃO

Vereadora Nina Souza articulou liberação de recursos para importantes obras, que vão beneficiar diferentes regiões da cidade

REPRODUÇÃO

Ao lado de Nina e Girão, prefeito Alvaro Dias assina ordem de serviço para obras de reurbanização de lagoa do Santarém

Em carta aos moradores do Jardim Brasil, a vereadora escreveu:

"Aos que residem nas Ruas Francisco Teixeira, Maria da Paixão, Efraim Veras, Maria Vânia Costa, Pedro de Oliveira, Paulo Dantas, 20 de novembro, Francisco Bernardo da Silva, Diego Góis e Travessa Maria da Paixão, quero deixar os parabéns e ao mesmo tempo agradecer por terem confiado em nós. Agradecer também ao Deputado General Girão e toda sua equipe, ao Secretário de infraestrutura urbana, Carlson Gomes, a secretária de planejamento Joana Guerra, e claro, ao Prefeito Álvaro Dias. Essa vitória é nossa, vamos comemorar!" ●

Perícia inicial aponta que idoso levado ao banco morreu deitado

Polícia Civil recolheu imagens de câmeras de outros setores do shopping onde fica a agência bancária

A perícia inicial realizada no corpo de Paulo Roberto Braga, 68, apontou que ele morreu deitado, e não sentado.

Paulo foi levado por Erika de Souza Vieira Nunes, 43, na terça-feira 16 para sacar R$ 17 mil em uma agência bancária em Bangu, zona oeste do Rio de Janeiro, e funcionários suspeitaram que o homem estava morto.

A mulher foi detida suspeita de vilipêndio de cadáver e furto. Inicialmente, ela foi apontada como sobrinha do idoso, mas segundo os policiais, eles são primos.

O episódio foi filmado por uma gerente do banco. No vídeo, Erika aparece segurando a cabeça de Paulo, que precisava desse amparo para ficar sustentada. Uma atendente chega a dizer: "Acho que ele não está bem não, olha a corzinha".

Erika insiste e pede para que o homem assine os papéis. "Tio, tá ouvindo? O senhor precisa assinar. Se o senhor não assinar, não tem como. Eu não posso assinar pelo senhor, o que eu posso fazer eu faço. Assina aqui, igual ao documento. Assina para não me dar mais dor de cabeça", diz ela no vídeo, gravado na tarde de terça.

A Polícia Civil recolheu imagens de câmeras de outros setores do shopping onde fica a agência bancária e investiga se há mais pessoas envolvidas.

A advogada que representa Erika, Ana Carla de Souza Correa, disse que Paulo estava vivo quando chegou à agência.

A autópsia ainda não teve resultado conclusivo, mas peritos informaram ao delegado que a presença de livor cadavérico na região da nuca indica que Braga morreu deitado. O livor cadavérico é o acúmulo de sangue em determinadas regiões do corpo e ocorre depois que o coração para de bater.

A gravidade transfere o sangue para as extremidades do corpo. Os peritos avaliam que como o livor cadavérico foi identificado na nuca, Braga estava deitado no momento do óbito. Se ele estivesse sentado, como sustenta a defesa de Erika, as manchas poderiam surgir em outras partes do corpo, como pernas e braços. ●

REPRODUÇÃO

Imagens mostram mulher chegando com idoso aparentemente já morto no shopping

BRASECO S.A.

CNPJ nº 01.487.456/0001-90

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 2023

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.620	46.855
Contas a receber	5	12.605	9.874
Adiantamento a fornecedores		70	13
Estoques		68	–
Tributos a recuperar		345	1.050
Adiantamento de dividendos	6	320	–
Outras contas a receber		10	22
Total do ativo circulante		21.038	57.814
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber	5	6.757	6.046
Depósitos judiciais		85	156
Total do realizável a longo prazo		6.842	6.202
Imobilizado	7	1.624	784
Intangível	8	8.428	7.862
Total do ativo não circulante		16.894	14.848
Total do ativo		37.932	72.662

Passivo	Nota	2023	2022
Circulante			
Fornecedores	9	1.571	831
Obrigações trabalhistas	10	254	112
Obrigações tributárias	11	3.410	5.128
Dividendos a pagar	6	354	435
Outras obrigações		2	1
Total do passivo circulante		5.591	6.507
Não circulante			
Obrigações tributárias		85	85
Provisão para contingências	12	28.758	22.727
Total do passivo não circulante		28.843	22.812
Patrimônio líquido	13		
Capital social		2.081	2.081
Reserva de capital		1.417	2.645
Reserva de lucros		–	38.617
Total do patrimônio líquido		3.498	43.343
Total do passivo e patrimônio líquido		37.932	72.662

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais)

			Reserva de lucros				
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de investimentos	Reserva legal	Retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**2.081**	**2.645**	**11**	**416**	**38.533**	**–**	**43.686**
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(343)	(343)
Absorção do prejuízo	–	–	–	–	(343)	343	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**2.081**	**2.645**	**11**	**416**	**38.190**	**–**	**43.343**
Distribuição de dividendos	–	–	–	–	(35.000)	–	(35.000)
Ajuste de exercício anterior	–	–	–	–	(54)	–	(54)
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(4.791)	(4.791)
Absorção do prejuízo	–	(1.228)	(11)	(416)	(3.136)	4.791	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**2.081**	**1.417**	**–**	**–**	**–**	**–**	**3.498**

Demonstrações do Resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Receita líquida de serviços	**14**	**23.647**	**22.026**
Custo dos serviços prestados	15	(20.580)	(19.964)
Lucro bruto		**3.067**	**2.062**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	16	(7.668)	(3.248)
Outras receitas operacionais		22	14
Outras despesas operacionais		(1)	–
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		**(4.580)**	**(1.172)**
Resultado financeiro, líquido	17	3.384	5.230
Receita financeira		3.395	5.244
Despesa financeira		(11)	(14)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**(1.196)**	**4.058**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente		(3.595)	(4.401)
Prejuízo do exercício		**(4.791)**	**(343)**

Demonstrações do Resultado Abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Prejuízo do exercício	**(4.791)**	**(343)**
Outros resultados abrangentes	–	–
Total dos resultados abrangentes	**(4.791)**	**(343)**

Diretoria

Hugo Nery dos Santos - Diretor Presidente

Paulo Studart Neto - Diretor Técnico

Contador

José Ferreira de Sousa Junior

Gerente de Contabilidade - CRC-SP - 222106/O-5 S - CE

Demonstração dos Fluxos de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Prejuízo do exercício	**(4.791)**	**(343)**
Ajuste por:		
Depreciação	2.347	2.284
Ajuste de exercício anterior	(54)	–
Provisão para desmobilização, riscos legais e contratuais	6.031	4.545
	3.533	**6.486**
Redução (aumento) nos ativos:		
Impostos a recuperar	705	(494)
Contas a receber	(3.442)	1.665
Outras contas a receber	12	(8)
Adiantamento a fornecedores	(57)	(2)
Estoques	(68)	–
Pagamento de dividendos	(35.401)	–
Depósitos judiciais	71	–
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	740	(313)
Obrigações tributárias	(1.718)	676
Obrigações trabalhistas	142	(3)
Outras obrigações	1	2
Caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais	**(35.482)**	**8.009**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Imobilizado	(1.051)	(35)
Intangível	(2.702)	(2.381)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	**(3.753)**	**(2.416)**
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	**(39.235)**	**5.593**
No início do exercício	46.855	41.262
No final do exercício	7.620	46.855
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	**(39.235)**	**5.593**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Braseco S/A ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Natal, Estado do Rio Grande do Norte. Constituída em 16 de outubro de 1996, a Companhia possui como objeto social o tratamento de resíduos sólidos ou similar. **Contrato de concessão:** As operações da Companhia são representadas, substancialmente, pelo contrato de concessão firmado junto à Prefeitura Municipal de Natal a seguir descrita: Em 18 de outubro de 1996, a Companhia firmou, junto a Prefeitura Municipal de Natal, representado pela URBANA (Companhia de Serviços Urbanos de Natal), contrato de concessão (nº 001/96) para execução de serviços públicos municipais de tratamento e destino final de resíduos sólidos urbanos do município de Natal, compreendendo a construção, manutenção e operação de aterro sanitário

14. Receita líquida de serviços:	2023	2022
Receita bruta de serviços de limpeza urbana	25.951	24.112
Impostos incidentes:		
ISS	(1.298)	(1.206)
PIS	(179)	(157)
COFINS	(827)	(723)
	23.647	**22.026**

15. Custo dos serviços prestados por natureza:	2023	2022
Pessoal	(1.380)	(765)
Materiais aplicados	(2.936)	(2.357)
Serviços contratados	(2.435)	(3.155)
Depreciação e amortização	(2.319)	(2.254)
Aluguéis de imóveis, veículos, máquinas e equipamentos	(7.296)	(6.467)
Provisão para desmobilização	(3.788)	(4.545)
Outros	(426)	(421)
	(20.580)	**(19.964)**

WWW.GRUPOMARQUISE.COM.BR

Moraes vai ao Congresso e diz que antes das redes sociais 'nós éramos felizes e não sabíamos'

Ministro do Supremo tem sido um defensor ferrenho da regulamentação das redes sociais

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes disse nesta quarta-feira 17 que, antes da existência das redes sociais, "nós éramos felizes e não sabíamos". A declaração foi durante a entrega do anteprojeto do novo Código Civil ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

"Vossa excelência lembrou que na virada do século, não existiam redes sociais, nós éramos felizes e não sabíamos. Há necessidade dessa regulamentação do tratamento da responsabilidade, do tratamento de novas formas obrigacionais. Então, a comissão fez exatamente isso", afirmou.

Moraes tem sido um defensor ferrenho da regulamentação das redes sociais e, no discurso desta quarta, disse que a questão é "importantíssima", e que o anteprojeto do novo Código Civil, elaborado por uma comissão de juristas, trata do tema.

"Há necessidade dessa regulamentação, do tratamento da responsabilidade, do tratamento de novas formas obrigacionais. Então, a comissão fez exatamente isso." ●

SERECO S.A.

CNPJ nº 01.040.456/0001-48

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 2023

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Balanços Patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.459	53.574	1.839	6.719
Títulos e valores mobiliários		–	3.625	–	3.625
Contas a receber	5	12.694	9.876	542	440
Estoques		68	–	–	
Adiantamento a fornecedores		50	38	19	23
Dividendos a receber	6	–	–	–	430
Impostos e contribuições a recuperar		336	1.179	4	129
Outras contas a receber		18	34	18	21
Total do ativo circulante		22.625	68.326	2.422	11.387
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber	5	6.757	6.046	–	–
Depósitos judiciais		90	161	5	5
Total do realizável a longo prazo		6.847	6.207	5	5
Propriedade para investimento		35	40	35	40
Investimento	7	–	–	3.463	42.910
Imobilizado	8	2.579	2.066	945	1.282
Intangível	9	8.431	7.866	3	5
Total do ativo não circulante		17.892	16.179	4.451	44.242
Total do ativo		**40.517**	**84.505**	**6.873**	**55.629**

	Nota	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	10	1.187	508	69	123
Obrigações trabalhistas	11	254	173	–	61
Obrigações tributárias	12	3.489	5.337	92	208
Dividendos a pagar	6	354	782	–	778
Adiantamentos de clientes		1	–	39	–
Antecipação de dividendos	6	–	–	320	–
Outras obrigações		–	1	–	–
Total do passivo circulante		5.285	6.801	520	1.170
Não circulante					
Obrigações tributárias	12	90	90	5	5
Provisão para contingência	13	28.759	22.727	–	–
Total do passivo não circulante		28.849	22.817	5	5
Patrimônio líquido	14				
Capital social		4.548	4.548	4.548	4.548
Reservas de lucros		1.800	49.906	1.800	49.906
Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores		6.348	54.454	6.348	54.454
Participação dos acionistas não controladores		35	433	–	–
Total do patrimônio líquido		6.383	54.887	6.348	54.454
Total do passivo e do patrimônio líquido		**40.517**	**84.505**	**6.873**	**55.629**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total Antes dos Não Controladores	Participação dos Não Controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.548	910	46.753	–	52.211	436	52.647
Ajustes períodos anteriores	–	–	7	–	7	–	7
Lucro líquido do exercício	–	–	–	2.379	2.379	–	2.379
Destinação dos lucros:							–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(143)	(143)	–	(143)
Transferência para reserva de retenção de lucros	–	–	2.236	(2.236)	–	–	–
Participação dos acionistas não controladores	–	–	–	–	–	(3)	(3)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.548	910	48.996	–	54.454	433	54.887
Ajustes períodos anteriores	–	–	(54)	–	(54)	–	(54)
Distribuição de dividendos	–	–	(44.561)	–	(44.561)	–	(44.561)
Prejuízo do exercício	–	–	–	(3.491)	(3.491)	–	(3.491)
Absorção prejuízo do exercício	–	–	(3.491)	3.491	–	–	–
Participação dos acionistas não controladores	–	–	–	–	–	(398)	(398)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.548	910	890	–	6.348	35	6.383

Demonstrações do Resultado individuais e consolidadas - exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto lucro por ações)

	Nota	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Receita líquida	15	23.399	21.747	3.783	5.051
Custo das vendas e dos serviços prestados	16	(18.203)	(16.720)	(1.654)	(1.876)
Lucro bruto		5.196	5.027	2.129	3.175
Outras despesas/receitas					
Despesas com vendas	17	(146)	–	(66)	–
Despesas gerais e administrativas	17	(8.298)	(3.802)	(711)	(765)
Outras despesas/receitas operacionais líquidas		69	444	49	430
Resultado da equivalência patrimonial		–	–	(4.743)	(339)
Resultado antes das Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas		(3.179)	1.669	(3.342)	2.501
Resultado financeiro, líquido	18	4.158	5.870	774	640
Receita financeira		4.174	5.888	779	644
Despesa financeira		(16)	(18)	(5)	(4)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		979	7.539	(2.568)	3.141
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente		(4.518)	(5.163)	(923)	(762)
Resultado antes da participação dos não controladores		(3.539)	2.376	(3.491)	2.379
Participação dos não controladores		48	3	–	–
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(3.491)	2.379	(3.491)	2.379
Lucro/prejuízo por ação básico e diluído				(0,77)	0,52

Demonstrações do Resultado Abrangente individuais e consolidadas exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(3.539)	2.375	(3.491)	2.379
Outros resultados abrangentes:				
Depreciação de imobilizado	–	6	–	6
Receitas financeiras exercícios anteriores	–	1	–	1
Ajuste equivalência patrimonial	–	(6)	–	–
Resultado abrangente total	(3.539)	2.376	(3.491)	2.386
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	(3.491)	2.386		
Acionistas não controladores	(48)	(10)		

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Sereco S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Natal - RN. Constituída em 9 de fevereiro de 1996, a Companhia tem como objeto social a prestação de serviços de monitoramento e conservação ambiental, higiene urbana; obras de construção e gerenciamento de aterros sanitários para lixo domiciliar e especial seja ele considerado hospitalar, industrial, comercial ou tóxico nocivos; coleta diferenciada, recuperação de resíduo, transformação em compostos e adubos orgânicos, coleta e transporte de lixo, terraplanagem e obras; projetos e consultoria ambiental e empresarial; produção de energia elétrica através de biogás e outros sistemas; aluguéis de imóveis, automóveis e equipamentos; e, ainda, investimentos em participações societárias. A Companhia possui 99% de participação societária na Braseco S/A, sociedade anônima de capital fechado, com sede em Natal, Estado do Rio Grande do Norte. Constituída em 16 de outubro de 1996, a Companhia possui como objeto social o tratamento de resíduos sólidos ou similar.

15. Receita líquida:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Serviços Ambientais Sustentáveis	25.951	24.112	1.657	2.347
Receita de prestação de serviços	–	34	2.374	3.017
Receita de aluguéis	25.951	24.146	4.031	5.364
PIS	(208)	(192)	(29)	(35)
COFINS	(963)	(884)	(136)	(161)
ISS	(1.381)	(1.323)	(83)	(117)
	23.399	**21.747**	**3.783**	**5.051**

16. Custo dos serviços prestados por natureza:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Pessoal	(1.947)	(1.654)	(567)	(888)
Materiais aplicados	(3.369)	(2.777)	(36)	(53)
Serviços contratados	(2.663)	(1.086)	(277)	(301)
Depreciação e amortização	(2.357)	(2.254)	(38)	–
Gastos com aluguéis de veículos, máquinas e equipamentos	(3.997)	(4.324)	(732)	(631)
Provisão desmobilização e riscos ambientais	(3.788)	(4.545)	–	–
	(18.203)	**(16.720)**	**(1.654)**	**(1.876)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa individuais e consolidadas - exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Consolidado 2023	Consolidado 2022	Controladora 2023	Controladora 2022
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(3.491)	2.379	(3.491)	2.379
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades aplicadas pelas atividades operacionais				
Ajuste exercício anterior	(54)	7	–	7
Participação dos acionistas minoritários	(48)	(3)	–	–
Depreciação e amortização	2.605	2.566	258	282
Resultado na venda de ativo imobilizado	100	(6)	100	(6)
Provisão para contingências	6.032	4.545	–	
Resultado da equivalência patrimonial	–	–	4.743	339
	5.144	9.488	1.610	3.001
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	(3.529)	1.662	(102)	(3)
Adiantamentos a fornecedores	(12)	–	4	3
Estoques	(68)	–	–	–
Impostos a recuperar	843	(583)	125	(89)
Outras contas a receber	16	(3)	3	5
Depósitos judiciais	71	–	–	–
Fornecedores	679	(394)	(54)	(50)
Obrigações trabalhistas	81	(3)	(61)	–
Obrigações tributárias	(1.848)	751	(116)	74
Adiantamento de clientes	1	–	39	–
Outras obrigações	(1)	1	–	–
	(3.767)	1.431	(162)	(60)
Disponibilidades líquidas das atividades operacionais	1.377	10.919	1.448	2.941
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de itens do ativo imobilizado	(3.778)	(2.453)	(14)	(39)
Aquisição de itens do ativo intangível	–	(2)	–	–
Empréstimos concedidos - partes relacionadas	–	–	–	(31)
Dividendos recebidos	–	–	35.400	–
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	(3.778)	(2.455)	35.386	(70)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aquisição de empréstimos e financiamentos				
Dividendos pagos	(45.339)	–	(45.339)	–
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	(47.740)	8.464	(8.505)	2.871
No início do exercício	57.199	48.735	10.344	7.473
No fim do exercício	9.459	57.199	1.839	10.344
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	(47.740)	8.464	(8.505)	2.871

Diretoria

Hugo Nery dos Santos
Diretor Administrativo

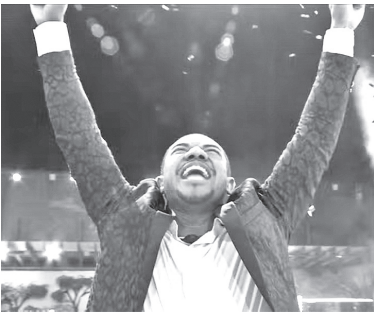
Paulo Studart Neto
Diretor de Operações

Gerente de Contabilidade

José Ferreira de Sousa Júnior
CRC-SP - 222106/O-5 S -CE

WWW.GRUPOMARQUISE.COM.BR

Mobilidade

Quinta-feira passada, no programa Brasil Urgente/Band RN, entrevistei a secretária de Mobilidade Urbana de Natal, Daliana Bandeira. Pedi o retorno de linhas que foram transferidas sem consultar os usuários das Quintas e do Planalto. Também requisitei que taxistas com passageiros possam usar faixas exclusivas de ônibus na cidade. A secretária informou que vai discutir com sua equipe técnica e ficou de dar um retorno até o início de maio. Estamos aguardando!

BBB-24

Muito comemorada a vitória do jovem Davi, um baiano, no programa Big Brother Brasil 2024 na TV Globo. Ele teve 60,52% da média dos votos do público. Um jovem humilde que saiu da Bahia e ganhou o prêmio de quase R$ 3 milhões.

PROTESTO

O Sinte, sindicato dos professores do RN, fez ontem pela manhã um protesto em frente à Câmara Municipal de Natal. O sindicato montou várias tendas no intuito de cobrar apoio dos vereadores na luta por melhoria salarial. Houve algumas reclamações de que a mobilização ocupou vagas de estacionamento para pessoas com deficiência. Mas não só eles reclamam. Nesta semana, policiais civis suspenderam as diárias operacionais e deram prazo para que o governo atenda reivindicações da categoria. Estamos acompanhando!

FECAM

O RN tem pela 1ª vez uma mulher no comando da Fecam. A ex-diretora Erineide Sá assumiu a presidência com a renúncia de Wolney França, pré-candidato a prefeito de Parnamirim.

SENADO

O senado aprovou nesta semana uma PEC que proíbe a posse e o porte de qualquer tipo de drogas, incluindo a maconha, independente da quantidade. Os senadores Rogério Marinho, Styvenson Valentim e Zenaide Maia votaram a favor. A PEC agora vai à Câmara.

OLIMPÍADAS

Nosso campeão Italo Ferreira será comentarista da Globo nos Jogos Olímpicos de Paris 2024. Parabéns!

SEMÁFORO

Bandidos roubaram, na madrugada de terça-feira, o equipamento de controlador do semáforo no cruzamento da Rua Apodi com a Princesa Isabel. Até o fechamento desta coluna, ontem, a STTU ainda estava no local providenciando a substituição do equipamento. Foi feito um B.O e a polícia está investigando o caso.

Educação

UFRN vai discutir calendário acadêmico após fim da greve dos professores e técnicos

O reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), José Daniel Diniz Melo, recebeu nesta quarta-feira 17 representantes de professores da instituição, que vão entrar em greve na próxima segunda-feira 22. Os servidores solicitaram apoio institucional no diálogo junto ao Governo Federal, visando à valorização e reestruturação da carreira, bem como a recomposição orçamentária das instituições federais de ensino.

O presidente do Adurn-Sindicato, Oswaldo Negrão, relatou que a categoria realizou assembleia e plebiscito para decidir sobre a adesão à greve. Na consulta junto aos docentes, mais de 60% votaram favoravelmente pela paralisação. "Esperamos que a greve seja potente e breve", disse Negrão.

O reitor Daniel Diniz afirmou que a rede de universidade federais vem mantendo diálogo junto ao Governo Federal, por meio da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

O gestor contou que, no dia 12 de abril, em audiência com a Presidência da República, as instituições de ensino reforçaram a necessidade urgente de recomposição do orçamento, de reestruturação da carreira dos servidores técnico-administrativos e docentes, bem como de investimentos na assistência estudantil.

Além da recomposição do orçamento das Ifes, o Adurn-Sindicato tem como reivindicação o reajuste salarial linear para os servidores públicos federais de 7,06% em 2024, 7,06% em 2025, e 7,06% em 2026, totalizando 22,8%, e a reestruturação das carreiras do Magistério Superior e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT).

Na UFRN, a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progesp) criou uma Comissão Interna de Mediação Organizacional durante a paralisação, com o objetivo de manter diálogo permanente com os servidores para dar encaminhamentos durante o período de greve.

A UFRN fará discussão sobre possíveis alterações no calendário universitário após a finalização da greve, quando os Colegiados Superiores da instituição decidirão sobre o tema.●

PEDIDO DE LICENÇA PRÉVIA

RICARDO JOSÉ NELSON DOS SANTOS, CPF: 200.357.484-00, torna público que está requerendo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e desenvolvimento urbano – SEMUR/PARNAMIRIM o pedido de Licença Prévia, para posto de revenda de combustível líquido com capacidade de armazenamento de 45m³, localizado na Av. Parque dos Pássaros com Av. da Goiabeira, S/N, Quadra A, Lote P1, Lot. Parque das Árvores, Parque das Árvores, Parnamirim/RN;

RICARDO JOSÉ NELSON DOS SANTOS
PROPRIETÁRIO

CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

A Empresa **LUSTOSA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.**, CNPJ/MF nº **12.014.842/0001-81**, torna público que recebeu do INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE - IDEMA, a **LICENÇA DE OPERAÇÃO**, do Loteamento Bosque dos Flamboyants, com prazo de validade até 11/04/2030, localizado na Av. Pau Brasil, s/n, bairro Pitimbu da Cruz, no município de Macaíba/RN.

Alessandra Martins Miranda - Sócia Proprietária

CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

LIGHTSOURCE JAGUAR GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA, CNPJ: 28.483.529/0001-22, torna público que recebeu do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA a **Licença de Instalação**, com prazo de validade até 12/03/2030, em favor do empreendimento **Usina Fotovoltaica Jaguar 7**, localizado na Zona Rural do Município de Baraúna/RN.

Ricardo Barros de Vasconcelos Lima
Representante Legal

CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

LIGHTSOURCE JAGUAR GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA, CNPJ: 28.483.529/0001-22, torna público que recebeu do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA a **Licença de Instalação**, com prazo de validade até 12/03/2030, em favor do empreendimento **Usina Fotovoltaica Jaguar 6**, localizado na Zona Rural do Município de Baraúna/RN.

Ricardo Barros de Vasconcelos Lima
Representante Legal

CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

LIGHTSOURCE JAGUAR GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA, CNPJ: 28.483.529/0001-22, torna público que recebeu do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA a **Licença de Instalação**, com prazo de validade até 06/03/2030, em favor do empreendimento **Usina Fotovoltaica Jaguar 5**, localizado na Zona Rural do Município de Baraúna/RN.

Ricardo Barros de Vasconcelos Lima
Representante Legal

CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

LIGHTSOURCE JAGUAR GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA, CNPJ: 28.483.529/0001-22, torna público que recebeu do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA a **Licença de Instalação**, com prazo de validade até 12/03/2030, em favor do empreendimento **Usina Fotovoltaica Jaguar 2**, localizado na Zona Rural do Município de Baraúna/RN.

Ricardo Barros de Vasconcelos Lima
Representante Legal

CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

LIGHTSOURCE JAGUAR GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA, CNPJ: 28.483.529/0001-22, torna público que recebeu do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA a **Licença de Instalação**, com prazo de validade até 30/01/2030, em favor do empreendimento **Usina Fotovoltaica Jaguar 1**, localizado na Zona Rural do Município de Baraúna/RN.

Ricardo Barros de Vasconcelos Lima
Representante Legal

CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

LIGHTSOURCE JAGUAR GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA, CNPJ: 28.483.529/0001-22, torna público que recebeu do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA a **Licença de Instalação**, com prazo de validade até 12/03/2030, em favor do empreendimento **Usina Fotovoltaica Jaguar 3**, localizado na Zona Rural do Município de Baraúna/RN.

Ricardo Barros de Vasconcelos Lima
Representante Legal

CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

LIGHTSOURCE JAGUAR GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA, CNPJ: 28.483.529/0001-22, torna público que recebeu do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA a **Licença de Instalação**, com prazo de validade até 12/03/2030, em favor do empreendimento **Usina Fotovoltaica Jaguar 4**, localizado na Zona Rural do Município de Baraúna/RN.

Ricardo Barros de Vasconcelos Lima
Representante Legal

PEDIDO DE LICENÇA DE REGULARIZAÇÃO DE OPERAÇÃO – LRO

JONAS DA COSTA DEOCLECIANO PANIFICADORA, CNPJ: **14.312.072/0001-89**, torna público que está requerendo do IDEMA, a LRO, para Comércio varejista com panificação denominado "**Panificadora Zumbi**", localizado na Rua São Sebastião, n° 9680, Centro, Rio do Fogo/RN.

JONAS DA COSTA DEOCLECIANO PANIFICADORA
CNPJ: 14.312.072/0001-89

JOSÉ ALDENIR / AGORA RN

Previsão do Ministério é aplicar 240 mil doses dos imunizantes que compõem o Calendário Nacional de Vacinação

Com reforço do Ministério da Saúde, RN espera imunizar quase 12 mil indígenas

Mês de Vacinação dos Povos Indígenas começou no último sábado 13; João Câmara é município potiguar com maior estimativa da população

O Ministério da Saúde iniciou o Mês de Vacinação dos Povos Indígenas (MVPI) no último sábado 13. No Rio Grande do Norte, a estimativa populacional indígena é de 11.724 habitantes, conforme informou a Secretaria Estadual de Saúde Pública (Sesap).

A expectativa da pasta é que a cobertura vacinal dessa população chegue a 90%, assim como é recomendado aos demais grupos prioritários. A operacionalização da vacinação fica a cargo dos Municípios, já que o RN não possui Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI).

Conforme os dados da Sesap, quatro municípios potiguares reúnem os maiores números de habitantes indígenas: João Câmara (2.421), Natal (1.798), Macaíba (1.170) e Ceará-Mirim (1.064). Seguidos por Canguaretama (739), Apodi (731), Baía Formosa (558), Jundiá (520), São Gonçalo do Amarante (409), Parnamirim (343) e Mossoró (296).

O Ministério da Saúde informou que o Rio Grande do Norte tem 5.536 indígenas cadastrados no Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI), distribuídos em 15 aldeias concentradas em João Câmara, Jardim de Angicos, Canguaretama, Goianinha, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Apodi, Açu, Ceará-Mirim e Baía Formosa.

A proposta da ação do Ministério da Saúde, que se estende até 12 de maio, é intensificar a imunização em territórios indígenas, ampliando a cobertura vacinal, sobretudo em áreas de difícil acesso.

Em todo o país, a previsão do Ministério da Saúde é aplicar cerca de 240 mil doses dos imunizantes que compõem o Calendário Nacional de Vacinação. O Mês de Vacinação dos Povos Indígenas acontece em todos os 34 DSEIs situados nas cinco regiões do país. Mais de 2,5 mil trabalhadores e trabalhadoras da saúde estão envolvidos na atividade.

Além de doses contra a Covid-19, serão aplicadas BCG, febre amarela, tríplice viral (sarampo, rubéola e caxumba), pneumo 23, poliomielite, varicela, difteria e tétano, meningo ACWY, meningocócica C, poliomielite oral, rotavírus, HPV, pentavalente, pneumo 10 e DTPA (para gestantes).

Segundo o Ministério da Saúde, a população indígena foi impactada pela disseminação de fake news contra a vacinação, algo que vem sendo revertido após estratégias desenvolvidas pela própria pasta.●

PEDIDO DE LICENÇA DE REGULARIZAÇÃO DE OPERAÇÃO

BEE SERVIÇOS EDUCACIONAIS LTDA, CNPJ: 30.952.985/0001-16, torna público que está requerendo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano – SEMUR a LRO, para a **Escola Infantil**, localizada na **Av. Comte. Petit, nº 263, Boa Esperança, Parnamirim/RN**.

Mateus Seabra de Melo - Sócio

CONCESSÃO DE LICENÇA SIMPLIFICADA

Avançar Construções e Incorporações LTDA, CNPJ nº **34.409.761/0001-13**, torna público que recebeu do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA, a Licença Simplificada, para um Conjunto Habitacional, com prazo de validade até 19/03/2030, localizada na Av. Stela Alcântara dos Santos, S/N, QD. 09, Nova Caicó, Caicó /RN.

Avançar Construções e Incorporações LTDA - Proprietário

PEDIDO DE LICENÇA DE REGULARIZAÇÃO DE OPERAÇÃO

ABIDENE SALUSTIANO DA SILVA JUNIOR (ARGAMASSA SUPER COLA), CNPJ sob nº19.433.470/0001-77, torna público que está requerendo ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA a **Licença de Regularização de Operação (LRO)**, para a atividade de preparação de massa de concreto e argamassa para construção, localizada no **Rod. BR-101, s/n, Loteamento 1015 B 07 Belo Monte, Cajupiranga, município de Parnamirim/RN.**

Abidene Salustiano da Silva Junior
Proprietário

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA DE FUNDAÇÃO ASSOCIAÇÃO AMBIENTAL DOS CARROCEIROS E CARROCEIRAS DE NATAL

Convido as pessoas interessadas para a Assembleia de Fundação da Associação Ambiental dos Carroceiros e Carroceiras de Natal, a comparecerem na Rua Artesão Miranda, n. 77, Loteamento Jardim Progresso, Nossa Senhora da Apresentação, Natal/RN, CEP 59115-570, às 14h do dia 27/04/2024. Os presentes na Assembleia participarão na qualidade de sócios fundadores e na ocasião serão discutidas e votadas as seguintes deliberações: Discussão e aprovação do projeto de Estatuto Social, Constituição e fundação definitiva da associação, Aprovação da denominação social, Eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal e Posse da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Adriano de Brito Terceiro de Almeida
Presidente da comissão de fundação

OFÍCIO ÚNICO DE TIBAU DO SUL
COMARCA DE GOIANINHA - RN
Tabelião Público – Benedito Fagundes Pereira
Substituto – Bartolomeu Fagundes Bisneto
Substituto – Matheus Oliveira Fagundes
Avenida Governador Aluízio Alves, 174 – Centro. CEP 59.178-000

EDITAL PARA FINS DE RECONHECIMENTO EXTRAJUDICAL DE USUCAPIÃO

O notário e Registrador Público do Cartório Único de Tibau do Sul/RN faz saber, com base no Art. 216-A da Lei 6.015/73 e Provimento 65/2017 Corregedoria Nacional de Justiça - CNJ, que foi protocolizado pedido para reconhecimento extrajudicial de usucapião extraordinário. **Solicitantes**: o Sr. **DANIEL SIEBER**, nacional da Alemanha, casado com a Sra. **SYLMARA RIBEIRO DA SILVA**, empresário, inscrito no CPF/MF n° 720.565.934-59, portador do RNM F614786-7, com validade até 23 de junho 2031, ela, brasileira, inscrita no CPF/MF n° 105.767.854-66, residentes e domiciliados à Rua Beturlina Antunes, 98, Vale do Sol, Cidade de Parnamirim/RN, CEP. 59.143-035, que vem através de seu advogado, **Dr. Tiago Inácio da Silva**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RN n° 17.519, com escritório profissional na Avenida Baía dos Golfinhos, Pipa Praia Shopping, Loja n° 12, Praia da Pipa, CEP 59.178-000. **Área objeto da usucapião**: "terreno urbano localizado na Rua Sorocaba, Praia da Pipa, Tibau do Sul/RN, com 726,43m² (setecentos e vinte e seis metros e quarenta e três decímetros quadrados), imóvel cadastrado junto a Secretaria de Tributação do Município de Tibau do Sul/RN sob o n° 1.0101.038.05.3380.0000.4 e sequencial n° 1.006529.6. LIMITES E CONFRONTAÇÕES - NORTE: Com Área 06 (pertencente a Natália Lorena Blanch), medindo 13,48 metros, mais 6,68 metros, e com Área 02 (pertencente a Natália Lorena Blanch), medindo 7,17 metros; perfazendo um total de 27,33 metros; SUL: Com Rua Sorocaba, medindo 8,80 metros, mais 6,10 metros, mais 14,00 metros perfazendo um total de 28,90 metros; LESTE: Com Área 03 (pertencente a Natália Lorena Blanch), medindo 23,80 metros; OESTE: Com Travessa Sorocaba, medindo 27,21 metros; Imóvel não registrado no cartório. O valor atribuído a este imóvel é R$ 116.000,00. Os requerentes alegam o exercício pleno da posse do imóvel há mais de 15 (quinze) anos, somadas as posses de seus antecessores. **Conforme o Art. 16 do Provimento 65/2017 do CNJ, ficam a Sra. Natalia Lorena Blanch, bem como terceiros eventualmente interessados cientes da tramitação do procedimento acima, podendo manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias. Não havendo apresentação de impugnação no prazo previsto neste artigo implicará anuência ao pedido de reconhecimento extrajudicial da usucapião.** O presente edital contém os requisitos exigidos no citado artigo: (I – o nome e a qualificação completa do requerente; II – a identificação do imóvel usucapiendo com o número da matrícula, quando houver, sua área superficial e eventuais acessões ou benfeitorias nele existentes; III – os nomes dos titulares de direitos reais e de outros direitos registrados e averbados na matrícula do imóvel usucapiendo e na matrícula dos imóveis confinantes ou confrontantes de fato com expectativa de domínio; IV – a modalidade de usucapião e o tempo de posse alegado pelo requerente; V – a advertência de que a não apresentação de impugnação no prazo previsto neste artigo implicará anuência ao pedido de reconhecimento extrajudicial da usucapião.)

Tibau do Sul/RN, 18.04.2024

BENEDITO FAGUNDES PEREIRA
Notário e Registrador

OFÍCIO ÚNICO DE TIBAU DO SUL
COMARCA DE GOIANINHA - RN
Tabelião Público – Benedito Fagundes Pereira
Substituto – Bartolomeu Fagundes Bisneto
Substituto – Matheus Oliveira Fagundes
Avenida Governador Aluízio Alves, 174 – Centro. CEP 59.178-000

EDITAL PARA FINS DE RECONHECIMENTO EXTRAJUDICAL DE USUCAPIÃO

O notário e Registrador Público do Cartório Único de Tibau do Sul/RN faz saber, com base no Art. 216-A da Lei 6.015/73 e Provimento 65/2017 Corregedoria Nacional de Justiça - CNJ, que foi protocolizado pedido para reconhecimento extrajudicial de usucapião extraordinário. **Solicitante**: a Sra. **DAMARIS ELIZABETH SANTADER VALDÉS,** chilena, solteira, portadora do passaporte chileno n° P16416438 e inscrita sob o n° do CPF/MF 719.506.764-55, residente e domiciliada na Travessa da Pérola, 04, Praia da Pipa, Tibau do Sul/RN, CEP: 59.178-000, que vem através de seu advogado, **Dr. Tiago Inácio da Silva**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RN n° 17.519, com escritório profissional na Avenida Baía dos Golfinhos, Pipa Praia Shopping, Loja n° 12, Praia da Pipa, CEP 59.178-000. **Área objeto da usucapião**: "terreno urbano localizado na Travessa Cavaço, Praia da Pipa, Tibau do Sul/RN, com 300,00m² (trezentos metros quadrados), imóvel sem cadastro junto a Secretaria de Tributação do Município de Tibau do Sul/RN. Ao Norte, do ponto P1 ao P2 com 20,00m, com a Sra Antonia Barbosa da Silva; Ao Leste, do ponto P2 ao P3 com 15,00m, com Sra Antonia Barbosa da Silva; Ao Sul, do ponto P3 ao P4 com 20,00m, com Sra Antonia Barbosa da Silva; Ao Oeste, do ponto P4 ao P1 com 15,00m com a Travessa Cavaçu. Imóvel não registrado no cartório. O valor atribuído a este imóvel é R$ 45.000,00. A requerente alega o exercício pleno da posse do imóvel há mais de 15 (quinze) anos, somadas as posses de seus antecessores. **Conforme o Art. 16 do Provimento 65/2017 do CNJ, ficam a Sra. Antonia Barbosa da Silva, bem como terceiros eventualmente interessados cientes da tramitação do procedimento acima, podendo manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias. Não havendo apresentação de impugnação no prazo previsto neste artigo implicará anuência ao pedido de reconhecimento extrajudicial da usucapião.** O presente edital contém os requisitos exigidos no citado artigo: (I – o nome e a qualificação completa do requerente; II – a identificação do imóvel usucapiendo com o número da matrícula, quando houver, sua área superficial e eventuais acessões ou benfeitorias nele existentes; III – os nomes dos titulares de direitos reais e de outros direitos registrados e averbados na matrícula do imóvel usucapiendo e na matrícula dos imóveis confinantes ou confrontantes de fato com expectativa de domínio; IV – a modalidade de usucapião e o tempo de posse alegado pelo requerente; V – a advertência de que a não apresentação de impugnação no prazo previsto neste artigo implicará anuência ao pedido de reconhecimento extrajudicial da usucapião.)

Tibau do Sul/RN, 28.03.2024

BENEDITO FAGUNDES PEREIRA
Notário e Registrador

Ação na Justiça levanta suspeitas sobre contratos de R$ 10 milhões nas gestões de Arlindo Dantas e Zé Figueiredo

Farra das Quentinhas: Vereadores de São José de Mipibu denunciam esquema de corrupção em licitações da Prefeitura

Um grupo de vereadores de São José de Mipibu, na Grande Natal, apresentou à Justiça na semana passada a denúncia de um suposto esquema de corrupção envolvendo a compra de quentinhas pela prefeitura da cidade. Os contratos sob suspeita totalizam quase R$ 10 milhões, pagos a partir de notas fiscais supostamente superfaturadas.

De acordo com a denúncia, o esquema tem como mentores o ex-prefeito Arlindo Dantas e o filho dele Fábio Dantas – que também foi vice-governador do Rio Grande do Norte. Ligado politicamente aos dois, o atual prefeito e pré-candidato à reeleição, Zé Figueiredo, teria dado continuidade aos desvios após a assumir a gestão municipal, em 2021.

Os vereadores indicam que tudo começou em 2016, ano em que Arlindo Dantas foi reeleito prefeito de São José de Mipibu. Segundo a Ação Popular, naquele ano licitações da prefeitura começaram a ser direcionadas para uma empresa de Márcio Pereira Fernandes (conhecido como Márcio Santino), tio do então vereador Jota Veras – que foi secretário da atual gestão de Zé Figueiredo até o início deste mês, quando entregou o cargo para ficar apto a disputar as eleições de 2024.

A denúncia aponta que, inicialmente, Arlindo Dantas e Jota Veras se uniram para direcionar contratos do Município para uma empresa de Márcio Santino que prestava serviços na área de informática. Logo depois, contudo, Márcio Santino e sua esposa, Gilmara Alves dos Santos, abriram mais dois negócios na área de alimentação (venda de quentinhas) para concentrar contratos mais volumosos.

"Dessa forma, o empresário Márcio Santino abriu uma nova empresa para que pudesse concorrer com licitações em que seus valores fossem mais altos e lucrativos, no sentido de desviar dinheiro para financiar possíveis eleições, como foi o caso do seu próprio sobrinho que participou das eleições de 2016, sendo eleito vereador da cidade de São José de Mipibu, e também ajudando financeiramente a eleições do então prefeito Arlindo Duarte Dantas, que foi reeleito nesse período", afirma trecho da denúncia, obtida pelo **AGORA RN**.

As empresas de Márcio Santino e de Gilmara são a GM Serviços de Alimentação, a Gilmara Alves de Macedo dos Santos – ME e a Mérito Serviços e Telecomunicações. Ao todo, essas empresas conquistaram contratos com a prefeitura de mais de R$ 9,7 milhões.

A denúncia narra que houve fraude na escolha dessas empresas para a prestação dos serviços através de licitações manipuladas. Outras empresas eram assediadas para abrir mão das concorrências públicas em troca de serem "recompensadas financeiramente". Além disso, as empresas já escolhidas foram contempladas com aditivos (acréscimos na contratação original).

Uma peça importante da engrenagem seria Maurício José Gomes de Melo, secretário-geral da prefeitura. Ele seria responsável por dar legalidade ao processo, inclusive prorrogando contratos através de convites e aditivos aos processos de licitações. Além dele, a pregoeira Arialda Helena do Carmo Martins seria a responsável por organizar todos os pregões e dar uma imagem de que todo o processo licitatório ocorria dentro da legalidade.

Esquema teria começado na gestão de Arlindo (dir.) e continuado na de Zé

Zé Figueiredo ao lado de Jota Veras, ex-secretário e pré-candidato a vereador

FDSHDHSDFHFDHDSH

IV. VALOR

4.1 O valor total deste Contrato é de **R$ 1.113.000,00 (Hum Milhão Cento e Treze Mil Reais.)**, conforme abaixo especificado:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UND	V. U.	TOTAL
01	**QUENTINHA:** composta de feijão, arroz, macarrão, salada, carne ou frango ou peixe, pesando 650g, acompanhado de refrigerante (de primeira qualidade) c/350ml ou suco natural de fruta da época, copo c/ 300ml, (sabores variados a critério da prefeitura no momento da solicitação).	30.000	UND	18,10	543.000,00

30 mil quentinhas por R$ 18,10 cada: valor é quase três vezes maior que o adquirido pelo Governo do Estado

Contratos superfaturados no valor e na quantidade

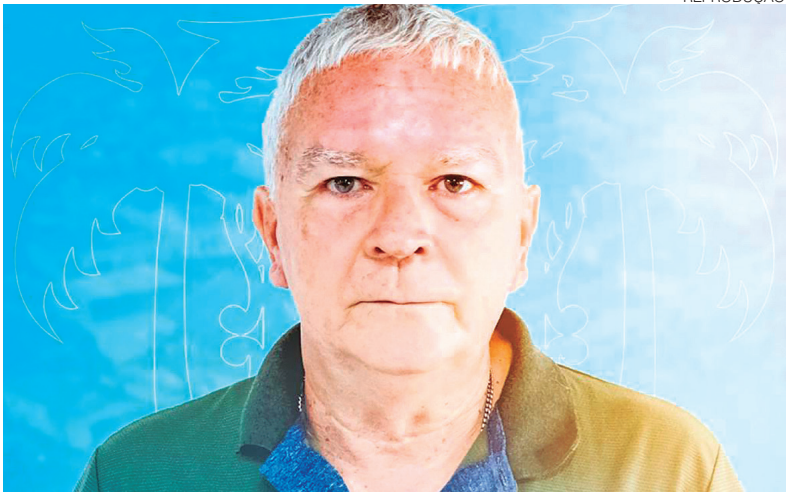
Os maiores contratos estão concentrados na GM Serviços de Alimentação. Para os denunciantes, a empresa emitiu "notas superfaturadas com o propósito exclusivo de desviar muito dinheiro". A comercialização de quentinhas para a prefeitura facilitaria a arquitetura do esquema. Como se tratam de itens perecíveis, a fiscalização sobre a entrega efetiva do que foi contratado fica mais difícil de ser realizada.

A Ação Popular apresentou cópias de contratos que, segundo os denunciantes, evidenciam a fraude. Um deles prevê a aquisição de nada menos que 30 mil quentinhas só para "servidores em horário estendido". Em outro, são 25 mil lanches comprados. Para se ter uma ideia do volume de refeições e da desproporção do contrato, a cidade de São José de Mipibu tem, ao todo, 47 mil habitantes, de acordo com o último Censo.

"A quantidade de quentinhas produzidas até hoje pela empresa é capaz de, sem dúvida nenhuma, dar uma volta inteira ao redor do território municipal, fato que é comentado aos quatro cantos da cidade", afirmam os vereadores na denúncia.

"Em nenhuma gestão pública se vê duas empresas serem vencedores em tantos procedimentos licitatórios e com objetos tão distintos. E mais, num município situado na Grande Natal, onde existem inúmeras empresas que prestam o mesmo serviço. Entretanto, os maiores vencedores dos procedimentos licitatórios são as empresas aqui citadas", destaca a Ação Popular.

Além da grande quantidade de refeições compradas, chama a atenção também o valor individual cobrado por cada uma. Em um dos casos, a prefeitura comprou quentinhas por R$ 18,10 cada. Para se ter uma ideia, o AGORA RN encontrou contrato recente da Secretaria Estadual de Saúde Pública (Sesap) para aquisição de quentinhas semelhantes por um valor bem menor: R$ 6,49.

CONTINUA NA PÁGINA 13

Maurício de Melo, secretário-geral da prefeitura, seria operador do esquema

Irmãos Alexandre e Fábio Dantas: mentor e operador do esquema, diz denúncia

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 12

Denúncia aponta indícios de lavagem de dinheiro e vida luxuosa de empresários

A Ação Popular também aponta indícios de lavagem de dinheiro. Segundo os vereadores que levaram o caso à Justiça, Márcio Santino e sua esposa Gilmara abriram um restaurante, o Palladares Gastrobar, "para lavar o dinheiro recebido" do suposto esquema ilícito instalado na Prefeitura de São José de Mipibu.

"Pois, como as quentinhas eram feitas no fundo de suas cozinhas, a estrutura viria para dar aparência de legalidade, haja vista que nem se tinha estrutura para estoque de mercadorias, pois estamos falando de valores que chegam à casa dos significantes R$ 10 milhões. Dessa forma, a empresa teria que ter uma grandiosa estrutura de estoque de mercadorias", enfatiza a denúncia.

Além disso, os vereadores apontam que os empresários beneficiados pelo esquema de corrupção levam uma "vida de luxo", ostentando seus ganhos nas redes sociais. Márcio Santino, inclusive, seria também dono de uma academia de luxo em São José de Mipibu, além do Palladares Gastrobar.

REPRODUÇÃO

Empresários Márcio Santino e a esposa Gilmara fariam parte do esquema

Quem é quem no esquema?

O esquema criminoso denunciado na Ação Popular teria a participação de ao menos 10 pessoas. São eles:

Fábio Dantas: Filho do ex-prefeito Arlindo Dantas, apontado como "mentor operacional" do esquema, sendo "o grande maestro intelectual e beneficiário do sistema".

Arlindo Dantas: Ex-prefeito, mentor do esquema.

Zé Figueiredo: Atual prefeito, teria dado continuidade ao esquema.

Jota Veras: Ex-vereador e ex-secretário de Desenvolvimento Econômico da gestão Zé Figueiredo. Além de indicar o tio para receber os supostos contratos fraudulentos, teria sido beneficiado com financiamento para candidaturas a vereador.

Márcio Pereira Fernandes (Márcio Santino) e Gilmara Alves de Macedo dos Santos: "Criadores das empresas que ganharam as licitações e responsáveis por lavar o dinheiro comprando imóveis, construindo casas em praias e abrindo academia e restaurante para lavar o dinheiro".

Maurício José Gomes de Melo: Secretário-geral da Prefeitura de São José de Mipibu. Conforme a Ação Popular, "responsável por dar legalidade ao processo, inclusive prorrogando contratos através de convites e aditivos aos processos de licitações já ganhos pelas empresas citadas".

Arialda Helena do Carmo Martins: Pregoeira da Prefeitura de São José de Mipibu, segundo a denúncia, "responsável por organizar todos os pregões e dar uma imagem de que todo o processo licitatório ocorria dentro da legalidade, chamando as empresas concorrentes para fazer os acordos para que ganhasse os pregões a empresa de Márcio Santino e Gilmara;

Alexandre Dantas: Filho do ex-prefeito Arlindo Dantas e ex-secretário de Saúde, pasta que, segundo a denúncia, mais desviou recursos e que dava a maior vazão para os gastos.

Thazia Thaiane de Souza Varela: Filha do atual prefeito Zé Figueiredo e chefe de gabinete da Prefeitura. A denúncia aponta que ela é o principal elo entre o prefeito e os demais servidores envolvidos no esquema de desvio de verbas, através das licitações.

Nº DO CONTRATO	MODALIDADE	CNPJ	CONTRADADA	VALORES
117/2023	CONVITE	24.745.482/0001-71	MÉRITO TELECOMUNICAÇÕES	171.000,00
17/2023	PREGÃO PRESENCIAL	19.747.717/0001-20	GM SERVIÇO E ALIMENTAÇÃO LTDA	1.113.000,00
17/2023	PREGÃO PRESENCIAL	19.747.717/0001-20	GM SERVIÇO E ALIMENTAÇÃO LTDA	135.750,00
128/2022	PREGÃO PRESENCIAL	19.747.717/0001-20	GM SERVIÇO E ALIMENTAÇÃO LTDA	1.399.910,00
128/2022	PREGÃO PRESENCIAL	19.747.717/0001-20	19.747.717/0001-20	249.792,50
128/2022	PREGÃO PRESENCIAL	19.747.717/0001-20	19.747.717/0001-20	1.453.840,00
119/2022	PREGÃO PRESENCIAL	19.747.717/0001-20	GM SERVIÇO E ALIMENTAÇÃO LTDA	620.500,00
119/2022	PREGÃO PRESENCIAL	19.747.717/0001-20	GM SERVIÇO E ALIMENTAÇÃO LTDA	65.625,00
74/2022	PREGÃO PRESENCIAL	19.747.717/0001-20	GM SERVIÇO E ALIMENTAÇÃO LTDA	376.427,61
73/2022	PREGÃO PRESENCIAL	19.747.717/0001-20	GM SERVIÇO E ALIMENTAÇÃO LTDA	37.486,44
58/2021	DISPENSA EMERGENCIAL	19.747.717/0001-20	GM SERVIÇO E ALIMENTAÇÃO LTDA	94.575,00
57/2021	DISPENSA EMERGENCIAL	19.747.717/0001-20	GM SERVIÇO E ALIMENTAÇÃO LTDA	23.637,50
57/2020	PREGÃO PRESENCIAL	19.747.717/0001-20	GM SERVIÇO E ALIMENTAÇÃO LTDA	922.123,00
51/2019	PREGÃO PRESENCIAL	19.747.717/0001-20	GM SERVIÇO E ALIMENTAÇÃO LTDA	1.088.460,00
51/2019	PREGÃO PRESENCIAL	19.747.717/0001-20	GM SERVIÇO E ALIMENTAÇÃO LTDA	24.040,00
26/2017	CONVITE	19.747.717/0001-20	GM SERVIÇO E ALIMENTAÇÃO LTDA	77.160,00
21/2017	PREGÃO PRESENCIAL	19.747.717/0001-20	GM SERVIÇO E ALIMENTAÇÃO LTDA	875.000,00
21/2017	PREGÃO PRESENCIAL	19.747.717/0001-20	GM SERVIÇO E ALIMENTAÇÃO LTDA	218.750,00
02/2017	CONVITE	19.747.717/0001-20	GM SERVIÇO E ALIMENTAÇÃO LTDA	56.400,00
02/0217	CONVITE	19.747.717/0001-20	GM SERVIÇO E ALIMENTACÃO LTDA	18.800,00
37/2022	PREGÃO PRESENCIAL	24.745.482/0001-71	MÉRITO TELECOMUNICAÇÕES	460.00,00
XXXXXXXX	XXXXXXXXX	XXXXXXXXX	XXXXXXXXX	9.761.152,05

Lista de contratos fraudulentos, segundo denúncia apresentada à Justiça

Quem apresentou a denúncia?

■ A denúncia é apresentada por um conjunto de sete vereadores. São eles: Crisóstomo, Daniel Ferreira, Janete Paiva, Júnior de Kerinho, Kélia Serafim, Lula de Laranjeiras e Zé Lúcio. A ação foi distribuída para a Vara Única da Comarca de São José de Mipibu e aguarda deliberação do Poder Judiciário. Se condenados, os réus podem ter de ressarcir os cofres públicos por danos causados ao erário.●

REPRODUÇÃO

Academia de luxo em S. J. de Mipibu seria empresa ligada a Márcio e Gilmara

REPRODUÇÃO

Prefeito Zé Figueiredo em festa de aniversário do Palladares Gastrobar

CEDIDA

Presidente do Lide RN, Jean Valério, diz que objetivo é levar debates sobre empreendedorismo para todo o Estado

Lide RN busca expansão no interior do RN e mais conexão com empresários potiguares

“A gente tem atuado para fomentar os segmentos da agricultura, construção imobiliária e turismo”, diz presidente da unidade Lide RN, Jean Valério

Para fortalecer o desenvolvimento econômico e social, bem como consolidar a cidadania empresarial, o Grupo de Líderes Empresariais (Lide) foi criado, e é com o mesmo objetivo que a iniciativa busca a expansão no território potiguar. Em entrevista ao **AGORA RN**, o presidente do Lide RN, Jean Valério, ressaltou que a base está fortalecida em Natal, mas que agora busca expandir o grupo para as regiões do interior do estado.

A agenda de abril no Rio Grande do Norte foi inaugurada com um evento de encontro empresarial na última quarta-feira 10, em Assu, município citado pelo presidente como um local de movimento intenso de empresários. “Quando a gente fortaleceu a base em Natal, também começaram a vir os maiores empresários de cada região. Então Assu apresentou um movimento intenso de empresários que desejavam se integrar ao Lide”, afirmou.

“Recebemos pelo menos cinco associados grandes de Assu e pelo menos 10 associados de Mossoró, isso fez com que a gente tomasse a decisão de expandir o movimento, levando também alguns encontros empresariais para polos de desenvolvimento, que são os casos de Assu e Mossoró”, explicou.

Para Jean, um dos principais temas discutidos pelo Lide tem sido o fortalecimento da infraestrutura. “O debate das parcerias público-privadas (PPPs) foi iniciado dentro do Lide até que o governo do Estado anunciou a legislação das PPPs. A gente tem atuado para fomentar também os segmentos da agricultura, construção imobiliária e turismo”, completou.

Ele diz que hoje são 22 unidades do Lide em todo o Brasil e mais 20 internacionais, onde as equipes estão “conectadas com as maiores empresas de cada estado e de cada país desse que tem interesse em fazer negócios com o Brasil”. Só no RN são mais de 250 associados, segundo ele, que têm o mesmo propósito de desenvolver o estado e criar oportunidades e conteúdos que possam fomentar conexões entre pessoas.

“O ano inteiro a gente tem essa agenda intensa. A gente vai ter agora o fórum do varejo discutindo sobre como podemos avançar e modernizar o varejo do Rio Grande do Norte. A gente traz os maiores nomes nacionais do varejo que vão fazer uma análise do setor atual do crescimento do setor para onde a gente pretende ir, quais são as ações que precisam ser feitas para melhorar os resultados empresariais”, contou.

Jean Valério também mencionou que o segmento imobiliário também será tópico de discussão, bem como a infraestrutura aeroportuária, portuária e de transporte. “É uma agenda intensa de eventos de cada setor, mas também de palestras. Temos uma agenda programada também para Assu e Mossoró, para que outros empresários de grande porte possam conhecer o nosso trabalho, participar da agenda em Natal e também nas suas cidades e fomentar e estimular que outros empresários venham aderir ao movimento”, concluiu.

O presidente ainda citou que o próximo evento a ser realizado pelo Lide RN será a palestra “O poder da influência”, no dia 19 de abril, com a participação de Kaká Diniz. Além disso, o grupo também participará como parceiro no Fórum Fecomércio RN, que celebrará os 75 anos no evento no dia 24 de abril.

Fundado em 2003 no Brasil, o Lide congrega líderes executivos de diversos setores e visa fortalecer a livre iniciativa no desenvolvimento econômico e social, além de promover a ética na governança, tanto no âmbito público quanto no privado. As unidades regionais e internacionais do grupo colaboram com a finalidade de potencializar o papel do empresariado na construção de uma sociedade ética e competitiva.●

AGÊNCIA DE FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
CNPJ Nº 03.848.103/0001-02
EDITAL DE CONVOCAÇÃO – ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

São convidados os Senhores Acionistas da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A., situada na Rua Seridó, 466, Petrópolis, Natal/RN, a se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária**, no dia 30 de abril de 2024, às 10h, a fim de deliberarem sobre a seguinte **ordem do dia: a)** Tomada de Contas dos Administradores, Exame e Aprovação do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório de Administração e Pareceres relativos ao exercício de 2023. **b)** Deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023. **c)** Eleição para os Membros do Conselho Fiscal. **d)** Fixação da remuneração dos Membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva. Natal/RN, 16 de abril de 2024.

Raimundo Alves Júnior
Presidente do Conselho de Administração da Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A.

LICENÇA SIMPLIFICADA – LS

BRASVENTOS ARATUÁ 1 GERADORA DE ENERGIA S.A., CNPJ 11.637.037/0001-41, torna público que está requerendo ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA, a Licença Simplificada (LS) para uma **Linha de Transmissão de 69KV com extensão de 11,8KM entre a subestação do Parque Eólico Aratuá 1 e a subestação de Guamaré**. Localizada na **zona rural do município de Guamaré/RN.**

ANDRÉ JÚLIO PIMENTEL DE ALBUQUERQUE MARANHÃO
Diretor Executivo

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA e EXTRAORDINÁRIA

CENTRO DE ESTRATÉGIAS EM RECURSOS NATURAIS E ENERGIA - CERNE, CNPJ de nº 12.840.634/0001-31, convoca seus membros mantenedores e convidados, nos termos de seu Estatuto Social, para comparecerem à sua sede, localizada na Rua Raimundo Chaves, nº 2182, lojas 04/05, Candelária, Natal-RN, CEP: 59.064-390, **no dia 02 de maio de 2024, às 14:00**, com o fim de participarem de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que se realizará no sentido de deliberar a respeito de: **1)** eleição da Diretoria com mandato de 02 de maio de 2024, até 02 de maio de 2029.

Natal-RN, 18 de abril de 2024

DARLAN EMANOEL SILVA DOS SANTOS
Diretor-Presidente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA e EXTRAORDINÁRIA

CENTRO DE ESTRATÉGIAS EM RECURSOS NATURAIS E ENERGIA - CERNE, CNPJ de nº 12.840.634/0001-31, convoca seus membros mantenedores e convidados, nos termos de seu Estatuto Social, para comparecerem à sua sede, localizada na Rua Raimundo Chaves, nº 2182, lojas 04/05, Candelária, Natal-RN, CEP: 59.064-390, **no dia 02 de maio de 2024, às 10:00**, com o fim de participarem de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que se realizará no sentido de deliberar a respeito de: **1)** mudança no estatuto, especificadamente no Art. 19, § 1º, modificando o prazo do mandato da diretoria executiva de 03 (três) para 05 (cinco) anos, bem como admitir expressamente a permissibilidade de reeleição consecutiva; **2)** mudança no estatuto, especificadamente no Art.2º acrescentando como escritórios de apoio, além do escritório localizado no Rio de Janeiro/RJ, os escritórios de Brasília/DF e Teresina/PI. **3)** Prestação de contas do ano de 2023, com apresentação do Demonstrativo Financeiro Anual, com o devido Parecer favorável por parte do Conselho Fiscal; **4)** Aprovação de orçamento anual do CERNE do ano de 2024, elaborado pela Diretoria Executiva; **5)** Exclusão do Quadro de Membros Mantenedores de GHM Energia e Consórcio Santo Agostinho. **6)** Inclusão de Membros Mantenedores, qual seja, Fomento do Brasil Mineração LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 18.955.752/0001-71.

Natal-RN, 18 de abril de 2024

DARLAN EMANOEL SILVA DOS SANTOS
Diretor-Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES/RN

AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP - Nº 010/2024 – PML/RN
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 083/2024
LICITAÇÃO Nº 045/2024

A Prefeitura Municipal de Lajes/RN, através do Pregoeiro Oficial, torna público que realizará licitação, modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE**, objetivando ao **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ALIMENTÍCIOS COM FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES REFERENTE A 12 MESES: CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO E JANTAR (QUENTINHA) PARA SUPRIR AS NECESSIDADES COTIDIANAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E COMPONENTES DA MÁQUINA PÚBLICA DE LAJES/RN, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS.** Data e horário do recebimento das propostas: até às 08h59min do dia 06/05/2024. Data e horário do início da disputa: **09h00min do dia 06 de maio de 2024**, através do Portal de Compras Públicas www.portaldecompraspublicas.com.br. Conforme Lei nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/2023 e Decreto Municipal nº 011/2023. Outros esclarecimentos necessários deverão se dirigir na Sede da PML, no horário das 08h00min às 12h00min, em dias úteis. Qualquer informação poderá ser obtida no endereço e horário supracitado, bem como através do telefone/fax (84) 3532-2627. **A Retirada do Edital e seus anexos deverá ser através do Portal de Compras Públicas** www.portaldecompraspublicas.com.br, através do Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP https://pncp.gov.br/app/editais **e através do site institucional** www.lajes.rn.gov.br.

Lajes/RN, 17 de abril de 2024.
RUDSON PEREIRA DA SILVA
Pregoeiro Oficial

OFÍCIO ÚNICO DE TIBAU DO SUL
COMARCA DE GOIANINHA - RN
Tabelião Público – Benedito Fagundes Pereira
Substituto – Bartolomeu Fagundes Bisneto
Substituto – Matheus Oliveira Fagundes
Avenida Governador Aluízio Alves, 174 – Centro. CEP 59.178-000

EDITAL PARA FINS DE RECONHECIMENTO EXTRAJUDICAL DE USUCAPIÃO

O notário e Registrador Público do Cartório Único de Tibau do Sul/RN faz saber, com base no Art. 216-A da Lei 6.015/73 e Provimento 65/2017 Corregedoria Nacional de Justiça - CNJ, que foi protocolizado pedido para reconhecimento extrajudicial de usucapião extraordinário. **Solicitante**: o Sr. **DIEGO GABRIEL PARENTE**, argentino, solteiro, personal trainer, inscrito no CPF sob o n° 707.869.114-84, portador do passaporte n° AAB507968, RNE n° 178475MI, emitido pela embaixada Argentina em 29 de dezembro de 2013, filho de Nestor Antônio Parente e Azucena Lúcia Feudo, residente e domiciliado na Rua Cajarana, n° 89, Praia de Pipa, Tibau do Sul/ RN, CEP 59.178-000, que vem através de seu advogado, **Dr. Ítalo Marinho Silva de Menezes,** brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RN n° 17.095, com escritório profissional na Avenida Baía dos Golfinhos, Praia da Pipa, n° 661-B, CEP 59.179-000. **Área objeto da usucapião**: “terreno urbano localizado na Rua dos Pássaros, n° 04, Praia da Pipa, Tibau do Sul/RN, CEP 59.178-000, com 159,72m² (cento e cinquenta e nove metros e setenta e dois decímetros quadrados), imóvel cadastrado junto a Secretaria de Tributação do Município de Tibau do Sul/RN sob o n° 1.0101.016.05.1231.0000.0 e sequencial n° 1.000420.3. CONFRONTAÇÕES - Ao NORTE: Confrontando com VERA NEIDE FREIRE MARINHO medindo 17,14 m; AO SUL: Confrontando com SONIA MARIA COSTA BARBOSA medindo 15,97 m; AO LESTE: Confrontando com JOSENALDO LOPES medindo 9,77 m; AO OESTE: Confrontando com RUA DOS PASSAROS medindo 10,20m; Imóvel não registrado no cartório. O valor atribuído a este imóvel é R$ 120.000,00. O requerente alega o exercício pleno da posse do imóvel há mais de 15 (quinze) anos, somadas as posses de seus antecessores. **Conforme o Art. 16 do Provimento 65/2017 do CNJ, ficam o Sr. Josenaldo Lopes, a Sra. Vera Neide Freire Marinho, a Sra. Sonia Maria Costa Barbosa, bem como Terceiros eventualmente interessados cientes da tramitação do procedimento acima, podendo manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias. Não havendo apresentação de impugnação no prazo previsto neste artigo implicará anuência ao pedido de reconhecimento extrajudicial da usucapião.** O presente edital contém os requisitos exigidos no citado artigo: (I – o nome e a qualificação completa do requerente; II – a identificação do imóvel usucapiendo com o número da matrícula, quando houver, sua área superficial e eventuais acessões ou benfeitorias nele existentes; III – os nomes dos titulares de direitos reais e de outros direitos registrados e averbados na matrícula do imóvel usucapiendo e na matrícula dos imóveis confinantes ou confrontantes de fato com expectativa de domínio; IV – a modalidade de usucapião e o tempo de posse alegado pelo requerente; V – a advertência de que a não apresentação de impugnação no prazo previsto neste artigo implicará anuência ao pedido de reconhecimento extrajudicial da usucapião.)

Tibau do Sul/RN, 18.04.2024

BENEDITO FAGUNDES PEREIRA
Notário e Registrador

Aneel aprova aumento de até 8,14% nas contas de energia do RN a partir de segunda-feira 22

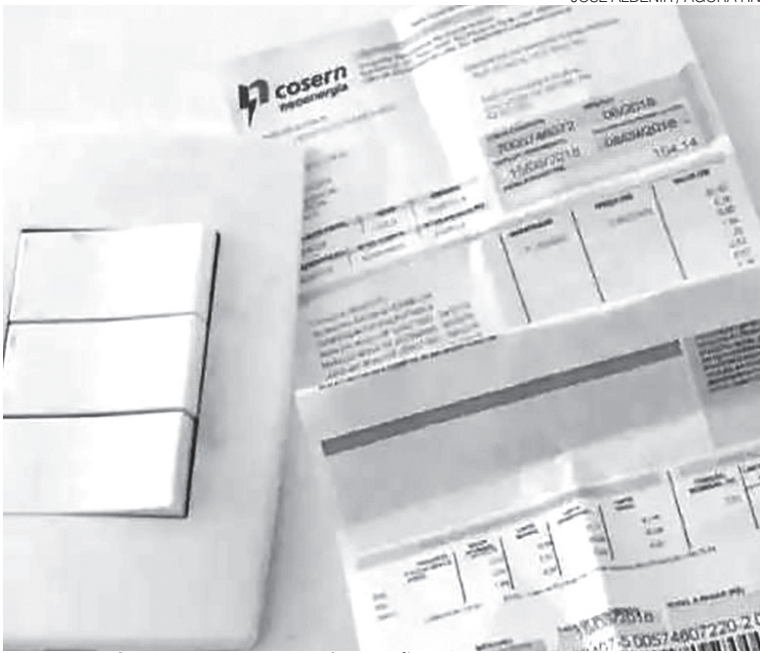
Itens não gerenciáveis pela distribuidora subiram muito, diz Cosern

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) autorizou nesta semana um reajuste tarifário para a Companhia Energética do Rio Grande do Norte – Neoenergia Cosern.

Consumidores residenciais da distribuidora, que atende cerca de 1,58 milhão de unidades, deverão sentir um aumento de até 8,14%. O reajuste entra em vigor na próxima segunda-feira 22.

Segundo a Aneel, três itens influenciaram para que o reajuste tivesse aprovação: os gastos com pagamentos de encargos setoriais, os custos com transmissão de energia e os componentes financeiros.

Em nota, a Neoenergia Cosern afirmou que o reajuste foi impactado por elevações mais significativas em itens não gerenciáveis pela distribuidora.

JOSÉ ALDENIR / AGORA RN

Neoenergia Cosern atende mais de 1,5 milhão de consumidores residenciais no RN

“Pelas variações desses itens o índice de reajuste seria de 10%. Dentre os itens, destacam-se os custos de encargos setoriais que estão contribuindo com 2,92% no índice de reajuste e os custos com transmissão e geração de energia contribuindo com 1,98% no índice, totalizando 4,90%. Além disso, os custos de componentes financeiros, com efeitos de 5,10% no índice final”, informou a empresa.

Ainda de acordo com a distribuidora, um fator que contribuiu para que o reajuste deste ano fosse mais elevado foi a limitação dos valores passíveis de compensação dos créditos de PIS/Cofins, estabelecida pela Medida Provisória nº 1.202/2023.●

Tributação

Senado aprova isenção do Imposto de Renda para quem ganha até dois salários mínimos

O Senado aprovou um projeto que, na prática, isenta de Imposto de Renda quem ganha até R$ 2.824 mensais – o equivalente a dois salários mínimos, em 2024.

O texto, que já foi aprovado pela Câmara dos Deputados, seguirá para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Apresentada pelo líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), a proposta replica o teor de uma medida provisória, editada por Lula em fevereiro e que já está em vigor. Com a eventual sanção do texto, a MP será revogada, dando lugar à lei.

WALDEMIR BARRETO / SENADO

Relator da proposta, senador Randolfe Rodrigues rejeitou alterações no texto

No papel, o projeto prevê uma faixa de isenção menor, que passará de R$ 2.112 para R$ 2.259,20.

Este valor, no entanto, será complementado por um desconto estabelecido pelo governo para assegurar a isenção a dois salários mínimos. O benefício será de R$ 564,80.

Em seu parecer, o relator da proposta, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), rejeitou sugestões de mudança que estabeleciam novas ampliações na faixa de isenção.

Randolfe argumentou que as medidas serão discutidas, mais profundamente, em um projeto de reforma do Imposto de Renda, que deverá ser enviado pelo governo ainda este ano.

De acordo com o governo, em 2024, a atualização da faixa de isenção do IR beneficiará 15,8 milhões de brasileiros. O Ministério da Fazenda estima uma redução de R$ 3 bilhões em receitas. ●

PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA SIMPLIFICADA

CHAVES E MELO LTDA, CNPJ: **08.395.436/0001-39**, torna público está requerendo ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA a Renovação da Licença Simplificada, para uma Industria de fabricação de doces, localizada a Av. Alberto Maranhão, 775, Alto da Conceição, Mossoró/RN. CEP: 59.600-315.

MARIA GUADALUPE DE MELO CHAVES – Sócia Administradora

CONCESSÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

WELL POSTOS DE COMBUSTIVEIS LTDA - CNPJ: **07.110.196/0001-16**, torna público que recebeu do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA), a Licença de Operação de n° 2023-191849/TEC/LO-0053 com validade até 04/04/2030, para um Posto de revenda de combustíveis líquidos, com capacidade de 45m³, localizado na Rodovia BR427 – km02 – 55 – Zona Rural – Currais Novos/RN.

Aline L. de Araújo Silva - Sócio/proprietário

PEDIDO DE LICENÇA DE REGULARIZAÇÃO DE OPERAÇÃO – LRO

SUPERMERCADO OLIVEIRA LTDA, CNPJ: 48.578.273/0001-44, torna público que está requerendo do IDEMA, a LRO, para Comércio varejista com panificação denominado "**Supermercado Oliveira**", localizado na Rua Manoel Amaro de Lima, n° 09, Centro, Bom Jesus/RN.

SUPERMERCADO OLIVEIRA LTDA
CNPJ: 48.578.273/0001-44

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU/RN

AVISO DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Ipanguaçu/RN torna público para conhecimento dos interessados que realizará às **09:01min do dia 06/05/2024**, licitação na modalidade Pregão Eletrônico - Objeto: **Contratação de pessoa jurídica por meio de maior desconto, para FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DA ABCFARMA, SUPLEMENTOS E FÓRMULAS ALIMENTARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE IPANGUAÇU/RN.** Conforme especificações do Termo de Referência, ETP e DFD. Maiores Informações na Avenida Luiz Gonzaga, 800 – Centro - Ipanguaçu/RN, de segunda a sexta, das 07h00 ao 13h00min ou através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

Ipanguaçu/RN, 17/04/2024
FLUSSIEUR AURELIO VIEIRA GALDINO
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL/RN

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2024
MODO DE DISPUTA: ABERTO

O Município de Serra do Mel/RN, torna público aos interessados que realizará certame licitatório para Registro de Preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA, sob o n° 04/2024**, julgamento do tipo **“menor preço por item”**, com objeto de escolha da(s) proposta(s) mais vantajosa, visando o **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada em fornecimento de Material Esportivo, visando atender as demandas das Secretarias: Esporte e Lazer / Educação e Cultura / Trabalho, da Habitação e Assistência Social, da Prefeitura de Serra do Mel/RN.** Data de abertura dia **30.04.2024 às 09:h:00:m**, conforme especificações estabelecidas no Edital e seus anexos. O Edital e seus anexos encontram-se disponível no site: www.portaldecompraspublicas.com.br e também podem ser lidos e/ou obtidos no Núcleo Administrativo, Setor de Licitações, de segunda a sexta-feira das 08h00min às 13h00min. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

Serra do Mel/RN em 17.Abril.2024.
Fábio Francisco Viana
Pregoeiro

OFÍCIO ÚNICO N0TARIAL E REGISTRAL DE PEDRA PRETA/RN
(COMARCA DE LAJES-RN)
CNPJ/MF 09.329.538/0001-19 – CEI (INSS) 51.233.28049/07 - Rua 04 de Outubro, nº136- Centro - Pedra Preta/RN, CEP:59547-000 Fone (84) 3536-0060 - E-mail oficiounico.pedrapreta.m@gmail.com
Bel. ANA LIDIA PROCÓPIO DE MOURA – Tabeliã Pública

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 15 (QUINZE) DIAS

O OFÍCIO ÚNICO N0TARIAL E REGISTRAL DE PEDRA PRETA/RN, faz a presente INTIMAÇÃO POR EDITAL do Sr.. **ALEXANDRE SABOIA AUGUSTO BORGES (CPF: 322.069.413-68)** e do Sr. **FERNANDO MELO TRIGUEIRO (CPF: 392.439.234-04)**, que não foram notificados em virtude de não terem sido encontrados nos endereços informados, portanto, encontrando-se em local incerto e não sabido, segundo as atribuições conferidas pelo art. 26, da Lei 9514/1997, bem como pela credora, **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** garantido pelo **Instrumento Particular de Abertura de Linha de Crédito e Outras Avenças nº 0840** ("Contrato de Abertura de Crédito"), datado de **02/10/2020** e seus respectivos aditamentos, conforme os termos de **Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel com Efeitos de Escritura Pública** ("Instrumento de Alienação Fiduciária"), datado de **20/04/2020** e seus respectivos aditamentos, averbados e registrados sob os números **AV-1, R-2, AV-3 e AV-4**, nas matriculas números **340, 341, 342,343 e 344**, deste Cartório, referente aos imóveis: **I) FAZENDA ALVORADA** (antiga propriedade Olho D'água do Capim), situado neste Município de Pedra Preta-RN, com uma área de 56,3651 hectares, perímetro de 3.447,39; **2) FAZENDA SANTO ANTONIO**, situado neste Município de Pedra Preta-RN, medindo uma área de 9,9321 hectares, perímetro de 1.611,73; **3) FAZENDA ALVORADA** (antiga propriedade SÃO FRANCISCO) , situado neste Município de Pedra Preta-RN, medindo uma área de 26,0826 hectares, perímetro de 2.259,63m; **4) FAZENDA RETIRO** situado neste Município de Pedra Preta-RN, medindo uma área de 42,1571hectares, perímetro de 2.877,54; **5) FAZENDA BOA FÉ,** situado neste Município de Pedra Preta-RN, medindo uma área de 6,0749 hectares, perímetro de 1.335,51m, e dos imóveis de matrículas nºs 1.512 e 701, do **SERVIÇO REGISTRAL DE PENDÊNCIAS/RN**, com saldo devedor de responsabilidade de V. Sª, venho intimar-lhes para fins de cumprimento das obrigações contratuais.

Informo ainda que, o valor destes encargos posicionado em (26/02/2024) corresponde ao valor de **R$ 8.263.068,59** (**oito milhões, duzentos e sessenta e três mil, sessenta e oito reais e cinquenta e nove centavos)**, sujeito a atualização monetária dos juros de mora e as despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se também, os encargos que vencerem no prazo da intimação que será apurado no ato de seu comparecimento para quitação.

Assim, procedo a **INTIMAÇÁO POR EDITAL** de Vossas Senhorias, para que se dirijam a este **OFÍCIO ÚNICO NOTARIAL E REGISTRAL DE PEDRA PRETA/RN**, situado a Rua 04 de Outubro, nº 136 - Centro - Pedra Preta-RN, CEP: 59547-000, no horário de 08:00h às 16:00h, de segunda a sexta-feira (dias úteis), onde deverá efetivar a purga do débito acima mencionado, no prazo improrrogável de **15 (quinze) dias** contados da terceira e última publicação do presente edital.

Na oportunidade, ficam Vossas Senhorias **CIENTIFICADA**S que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do credor fiduciário **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A**, nos termos do art. 26, parágrafo 7º, da lei nº. 9514/97 .

E, para constar, eu ANA LIDIA PROCOPIO DE MOURA, oficial, fiz lavrar e assino o presente.

Pedra Preta/RN, 15 de abril de 2024
Atenciosamente,

Simone Silva SOCIAL

@simonesilvarn simonesilvarn1@gmail.com

"Quando não é com você, você não se importa ou presta atenção."

FESTA PARA SETENTONA

A Fecomercio RN empreende os últimos preparativos para a principal atividade que vai marcar os 75 anos da entidade e que ocorre dia 24 de abril, no Teatro Riachuelo, com o tema "Caminhos para o Futuro", o evento deve reunir 1.500 convidados e tem apoio da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Na ocasião a atriz Giovanna Antonelli falando sua experiência como empresária; já o Maestro João Carlos Martins, um dos melhores pianistas do mundo, fará palestra-show. Aos 84 anos será a primeira vez se apresentando na Capital Potiguar. Na programação o Fórum recebe o "Painel RN em Foco: Parcerias Público-Privadas (PPPs)", mediado pelo jornalista Osair Vasconcelos, o debate terá participação do economista Guilherme Mercês, Maíra Nieto e José Dionísio Gomes.

RELÍQUIA

Os fãs dos Beatles serão presenteados com uma versão restaurada do documentário Let It Be, de 1970, que será relançado na Disney+ em 8 de maio. O projeto é liderado por Peter Jackson, diretor da série documental Get Back, que já havia utilizado cenas originais do longa na obra. Desde os anos 1980, o longa não está oficialmente em circulação, nunca tendo sido lançado na era do DVD, tampouco no streaming. Dirigido originalmente por Michael Lindsay-Hogg, Let It Be mostra os bastidores da gravação do último álbum da banda.

VERSÁTIL E FESTEIRO

"Uma festa para os que fazem festa". Esse é o tema da edição 2024 do Prêmio Versátil, organizado pelo amigo jornalista Toinho Silveira. O evento visa promover uma celebração da excelência nos segmentos de organização e promoção de eventos, bem como de profissionais atuantes em diversas áreas da indústria em torno das celebrações. A solenidade será realizada no dia 30 de abril, no La Mouette Recepções e promete ser marcada por reconhecimento, prestigio, elegância e valorização profissional. Uma novidade para esta edição será o lançamento do troféu Nilson Barreto (In Memorian). O profissional ganhou destaque no ramo da gastronomia potiguar por ser uma figura emblemática que unia requinte e sabor em suas criações. Os acessos para o evento estão disponíveis na loja Fina Flor Noivas.

O casal Kallyandra Cavalcanti e Alexandre Dias prestigiaram a inauguração do escritório Super Mega Vendas, do empresário Mateus Araujo

Vereador Raniere Barbosa com a filha Raianny Barbosa, no I torneio de Beach Tenus do The Winner Club

O brinde de José Undario, Leila Lima e Manoel Onofre Neto, na posse da nova diretoria da ANARN

Valesca Benjamim, gerente de marketing da Verd Fruit comemora a abertura da segunda loja da rede, em Natal

SAIBA TUDO

● **A super advogada Niele Araujo resolveu festejar seu aniversário este ano e reúne amigos no próximo domingo, a partir das 17h, no ótimo Atma Rooftoop, que oferece uma bela vista da orla de Ponta Negra e Morro do Careca. A coluna confirma presença.**

● O Teatro Riachuelo recebe no próximo dia 26 o novo show de Ítalo Sena, o Rei das Pegadinhas. O humorista apresenta "Duas Conversas" às 20h. Os ingressos já estão disponíveis na bilheteria do teatro (de terça a sábado, das 14h às 20h) e no site uhuu.com.

● **O Salão da Casa Própria do RN, que reúne as principais construtoras, imobiliárias e correspondentes Caixa do estado, segue até o dia 20, das 9h às 21h, na Ferreira Costa, em Capim Macio. A entrada e o estacionamento são gratuitos e há opções para todos os gostos e bolsos.**

● Lucas Trindade, Joel Lopes e Claudio Lima comemoram os seis anos da Colina Tech uma das empresas líderes em Marketing Digital no Rio Grande do Norte. É especializada em oferecer soluções em tráfego pago, SEO e desenvolvimento de sites.

● **A 13ª Mostra Cinema e Direitos Humanos, realizada na Rampa, termina amanhã. Voltada ao público infantojuvenil, ocorre das 9 às 11h, com sessões livres e classificação até 14 anos. da Secretária Extraordinária de Cultura do RN e da Fundação José Augusto.**

Happy Birthday

Vanessa Gallindo, Wanda Lyra, Beatriz Fernandes, Sandro Calafange Pachêco, Emídia Felipe, Francineide Damasceno, Marimô Morais, Thabata Medeiros, Débora Dore, Karla Fonseca e **Albert Dickson**

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE

CNPJ Nº 08.334.385/0001-35

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH

caern
COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE

RELATÓRIO INTEGRADO DE GESTÃO 2023

APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação e renovado compromisso que apresentamos o Relatório de Gestão Integrada referente ao ano de 2023 da Companhia de Água e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN). Este documento representa uma compilação cuidadosa das atividades realizadas ao longo do período, enfatizando nossas conquistas, os desafios superados e o desempenho operacional e econômico-financeiro alcançado. Reflete, ainda, o profundo comprometimento da CAERN com a excelência operacional, a constante inovação e a busca contínua por atender às necessidades da sociedade potiguar. Expressamos nossa sincera gratidão pela confiança depositada por todos os envolvidos e reiteramos nosso compromisso irrevogável em contribuir para o desenvolvimento sustentável do nosso estado.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O Relatório de Gestão Integrada da CAERN referente ao ano de 2023 reflete não apenas os resultados financeiros, mas também o compromisso contínuo da nossa Companhia com o desenvolvimento sustentável do estado do Rio Grande do Norte. Em 2023, a Companhia prestou os serviços de saneamento para 152 municípios, garantindo que mais cidadãos tenham acesso a serviços essenciais de água e esgoto.
A receita operacional líquida de serviços de água e esgoto alcançou um marco impressionante de R$ 986,626 milhões, um aumento significativo de 25% em relação aos R$ 788,342 milhões, registrados em 2022.
A arrecadação totalizou R$ 901 milhões, demonstrando a eficácia de nossas operações e estratégias de gestão.
O resultado líquido operacional de 2023 foi extremamente positivo, com um lucro de R$ 63,102 milhões, obtida através da adoção de medidas que possibilitaram um incremento na receita líquida (aumento de R$ 198,284 milhões em relação ao ano de 2022), advindo principalmente dos investimentos realizados e dos reajustes tarifários concedidos pelas agências reguladoras, possibilitando o reequilíbrio econômico-financeiro e a melhora na capacidade operacional da Companhia.
Os investimentos em infraestrutura totalizaram R$ 144 milhões, com R$ 52 milhões destinados especificamente a obras de infraestrutura hídrica, sublinhando nossa dedicação à melhoria contínua dos sistemas de abastecimento e tratamento.
Mantivemos a nota de risco A+, concedida pela agência Fitch Ratings, refletindo a confiança do mercado em nossa gestão e estabilidade financeira. Além disso, alcançamos a regularização da prestação dos serviços em todos os municípios atendidos, consolidando nossa reputação de confiabilidade e qualidade.
Investimos R$ 212 mil na capacitação de nossos empregados, reforçando nosso compromisso com o desenvolvimento profissional e a excelência operacional.
Todos esses resultados que convidamos você a conhecer a partir da leitura desse documento, são fruto do trabalho árduo e da dedicação de toda a equipe da CAERN, bem como da confiança depositada por nossos clientes e parceiros. Agradecemos a todos e continuaremos a nos esforçar para superar desafios, maximizar oportunidades e contribuir para um futuro mais sustentável para a sociedade potiguar.

A Administração.

1 PERFIL

A COMPANHIA

A Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN, com sede em Natal, é uma sociedade de economia mista criada conforme estabelece a Lei nº 3.742, de 26 de junho de 1969. Iniciou suas operações em 2 de setembro de 1969, por iniciativa do então Governador do Estado, Monsenhor Walfredo Gurgel. Especializada nas áreas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a CAERN atende a 152 dos 167 municípios do estado, além de prestar serviços de esgotamento sanitário a 43 municípios e apresenta 1.998 empregados. A empresa está vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH) e tem como objetivo principal a prestação de serviços públicos de abastecimento de água e saneamento básico em todo o território do Rio Grande do Norte. Além da sede em Natal, a CAERN possui unidades regionais em áreas estratégicas do estado.

COBERTURA E ATENDIMENTO

Em termos geográficos, a CAERN está organizada em diversas Regionais, incluindo Agreste Trairi, Sertão Central, Seridó, Mato Grande, Oeste, Alto Oeste, além de Natal. Estas Regionais são encarregadas da gestão de 152 sistemas de abastecimento de água, servindo aproximadamente 600 comunidades rurais, principalmente ao longo das grandes adutoras. Quanto ao esgotamento sanitário, a CAERN opera 43 sistemas em todo o estado do Rio Grande do Norte.
Os indicadores de Nível de Cobertura (disponibilidade dos serviços) e Nível de Atendimento (uso dos serviços) nos municípios atendidos pela CAERN são os seguintes: Nível de Cobertura de água (152 municípios) atinge 92,31%, enquanto o Nível de Atendimento de água alcança 78,09%. Já em relação ao esgotamento sanitário, o Nível de Cobertura atinge 25,10% e o Nível de Atendimento é de 23,70%.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Estado do Rio Grande do Norte (RN) detém a maioria das ações, possuindo mais de 95% do total, distribuídos da seguinte forma:

- Estado do RN: 97,22%
- BANDERN [1] /EMGERN [2] : 2,69%
- União: 0,08%
- Outros: 0,01%

[1] Banco do Estado do Rio Grande do Norte, instituição financeira fundada em 1909, durante o governo de Augusto Tavares de Lyra. Antes de seu fechamento, em 1990, o BANDERN possuía 56 agências em todo o estado potiguar. A liquidação se deu em 2008. A estrutura da instituição incluía quatro ramificações: um banco de desenvolvimento, um banco comercial, uma poupança e uma financeira.
[2] Empresa Gestora de Ativos do Rio Grande do Norte S/A, criada pela Lei Complementar Estadual nº 288/2005, é uma Empresa Pública vinculada à SEPLAN, com sede em Natal-RN. Atua na gestão de ativos, incluindo bens imóveis e recuperação de créditos do Sistema Financeiro Estadual, incluindo as carteiras dos extintos BANDERN e BDRN, além da manutenção e conservação dos bens geridos.

COMPROMISSOS

A CAERN, como empresa responsável pelo abastecimento de água potável e esgotamento sanitário em todo o território do Rio Grande do Norte, tem como principal missão assegurar o acesso universal a serviços de qualidade, fomentando o desenvolvimento sustentável e aprimorando a qualidade de vida da população. Com uma gestão orientada pelos princípios da governança, a empresa se dedica à melhoria de seu ambiente operacional, à transparência na divulgação de informações, à equidade no tratamento das partes interessadas, à prestação de contas de forma clara, sucinta e pontual, e à promoção da responsabilidade corporativa por meio da avaliação contínua de seus gestores.

2 ESTRATÉGIA E GOVERNANÇA

DIRETRIZES INSTITUCIONAIS

As diretrizes institucionais da CAERN são embasadas pelo Plano de Negócios e o Planejamento Estratégico, impulsionados pela necessidade de adaptação à mudança organizacional, especialmente em decorrência da Lei 13.303/2016. Em 2022, um novo Planejamento Estratégico para o período de 2023-2027 foi desenvolvido, após consultoria especializada para modernização organizacional, visando atender aos novos desafios impostos pelo marco do saneamento básico.
Nossos direcionadores estratégicos (missão, visão e valores) são elementos cruciais que norteiam as decisões da CAERN rumo aos seus objetivos de longo prazo. Eles fornecem uma base sólida para o planejamento estratégico, concentrando esforços e recursos nas áreas prioritárias e adaptando-se às mudanças do ambiente externo, promovendo, assim, a competitividade e sustentabilidade da empresa.

Missão

Contribuir para a qualidade de vida da população, para satisfazer suas necessidades de saneamento básico, atuando com excelência, inovação, sustentabilidade e responsabilidade social.

Visão

Ser reconhecida pela excelência dos serviços prestados de saneamento básico em busca da universalização.

Valores

- Foco nos resultados;
- Satisfação dos clientes;
- Responsabilidade socioambiental.

PLANO DE NEGÓCIOS

O Plano de Negócios da CAERN é fundamental para estabelecer os objetivos da empresa, considerando diversos fatores de mercado, garantindo sua viabilidade e reduzindo incertezas. Acompanha a situação mercadológico-financeira da empresa, oferecendo caminhos para a alta administração. Os indicadores financeiros monitorados incluem liquidez corrente, liquidez imediata, liquidez geral, endividamento total, retorno sobre o patrimônio líquido, WACC e EBITDA. Embora a liquidez apresente desafios, houve uma melhoria significativa no endividamento total em 2023, indicando uma maior estabilidade financeira. Entretanto, o retorno sobre o patrimônio líquido e o EBITDA mostraram uma tendência de queda, exigindo uma análise mais aprofundada para entender seu impacto nas operações e na saúde financeira da CAERN.

ESTRUTURA DA GOVERNANÇA

A estrutura organizacional da empresa engloba a Assembleia Geral de Acionistas, órgãos de governança, Diretoria Executiva, Assessorias, Gerências, Unidades, Núcleos, Unidades de Receita e Escritórios.

GESTÃO DE RISCOS

No aspecto da Gestão de Riscos da CAERN destaca-se o Comitê Duo Diligence, que tem como objetivo reduzir os riscos e fortalecer as contratações da Companhia. Esse comitê é parte integrante da Política de Gestão de Riscos e está alinhado à Política de Gestão de Ativos e à Política Antissuborno e Anticorrupção da CAERN. Sob a supervisão da Assessoria de Riscos e Conformidade (ARC), o Comitê realiza o Due Diligence de Integridade (DDI) para avaliar os riscos de integridade relacionados às interações com terceiros, atribuindo um Grau de Risco de Integridade (GRI) a cada processo. No ano de 2023, dos 13 processos analisados, 53,8% foram considerados de baixo risco, 30,8% de médio risco e 15,4% de alto risco.

AVALIAÇÃO DE RISCOS

Em 2023, a CAERN manteve a nota de risco A+ atribuída pela Agência de Risco Fitch Ratings, uma das principais agências de classificação de risco de crédito do mundo, indicando um nível elevado de segurança e confiabilidade nas operações da Companhia.

TREINAMENTO DE LIDERANÇAS

Promovemos, no período, o treinamento anual para os membros dos órgãos de governança da CAERN, conforme exigido pela Lei 13.303/2016 (art. 17, §4º) e pelo Estatuto Social da Companhia. O evento, direcionado à Diretoria Executiva, ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal e ao Comitê de Auditoria Estatutário, abordou várias temáticas importantes, incluindo Governança, Controles Internos, Viabilidade Econômico-Financeira e os desafios apresentados pelo Novo Marco Legal do Saneamento Básico. Realizado de forma online, preparou e capacitou os membros dos órgãos de governança para a possível renovação de mandatos e incluiu vídeos sobre os seguintes assuntos:

- Legislação Societária;
- Divulgação de Informações;
- Controle Interno;
- Integridade;
- Combate à Corrupção;
- Gestão de Riscos; e
- Saneamento Básico.

3 REGULAÇÃO DO SERVIÇO

TARIFAS

Atualmente, os serviços prestados pela Companhia são regulados por duas agências reguladoras: a Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento Básico do Município de Natal - ARSBAN e a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte – ARSEP, responsável pela regulação em todos os municípios do Rio Grande do Norte à exceção da capital, Natal. Ambas as agências praticam as mesmas fórmulas para reajuste e revisão tarifária, conforme o histórico abaixo nos últimos cinco anos:

RESOLUÇÃO	ANO	AGÊNCIA	TIPO	ÍNDICE DE REAJUSTE (%)	DATA DA HOMOLOGAÇÃO	VIGÊNCIA
001/2018	2018	ARSBAN	Reajuste	4,36	17/01/2018	30 dias após homologação
029/2019	2018	ARSEP	Reajuste	9,4530	12/08/2019	30 dias após homologação
037/2020	2020	ARSEP	Reajuste	6,7243	11/12/2020	30 dias após homologação

Destaca-se que os modelos sempre devem levar em consideração uma tarifa módica, ou seja, a prestação adequada dos serviços com a justa remuneração, fundamentando-se no equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

RESOLUÇÃO	ANO	AGÊNCIA	TIPO	ÍNDICE DE REAJUSTE (%)	DATA DA HOMOLOGAÇÃO	VIGÊNCIA
001/2018	2021	ARSBAN	Revisão e Reajuste	4,42	25/08/2021	30 dias após homologação

Em 2023, os reajustes foram realizados de acordo com as Resoluções abaixo:

RESOLUÇÃO	ANO	AGÊNCIA	TIPO	ÍNDICE DE REAJUSTE (%)	DATA DA HOMOLOGAÇÃO	VIGÊNCIA
001/2023	2023	ARSBAN	Reajuste	13,03	01/03/2023	30 dias após homologação
010/2022	2022	ARSEP	Reajuste	11,0547	21/12/2022	30 dias após homologação

CONTRATOS

Em 15 de julho de 2021, o Governo do Estado do Rio Grande do Norte promulgou a lei complementar 682, instituindo as Microrregiões de Águas e Esgotos (MRAE) do Centro-Oeste, composta por 71 municípios, incluindo Mossoró, a segunda maior cidade do Estado, e a MRAE do Litoral-Seridó, composta por 96 municípios, incluindo Natal, a capital do Estado. Essa legislação permitiu à CAERN celebrar os Termos de Atualização dos Contratos de Prestação Regionalizada de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (Termo de Atualização MRAE I - Centro-Oeste; e Termo de Atualização MRAE II - Litoral-Seridó), os quais definiram as áreas de atendimento, metas contratuais/regulatórias e prazos de delegação dos serviços prestados pela Companhia em 48 municípios até 30 de dezembro de 2051.
Depois, buscando regularizar a prestação dos serviços nos demais municípios atendidos pela Companhia, as MRAE I e II emitiram, respectivamente, as Resoluções 3 e 4, em 18 de dezembro de 2023. Por meio dessas resoluções, os serviços passam a ser prestados diretamente pela Companhia, conforme estipulado no caput do art. 175 da Constituição Federal, na Lei Complementar Estadual nº 682/2021 e na Lei Federal nº 13.089/2015, que determina o compartilhamento de responsabilidades e ações na prestação, pelas microrregiões, dos serviços de interesse comum, em termos de organização, planejamento e execução. Adicionalmente, por decisão colegiada, o município de São Miguel do Gostoso, anteriormente com serviços realizados de forma autônoma, passará a ter, a partir de 2024, os serviços prestados pela CAERN.
A Companhia tem fortalecido sua relação com as Agências Reguladoras, contribuindo para a elaboração de normativos e aprimoramento de informações. As concessões são cruciais para o futuro da empresa, com um planejamento que enfatiza o cumprimento das metas contratuais estabelecidas.

4. SUSTENTABILIDADE

AMBIENTAL

Nossa Companhia está comprometida com práticas que visam a preservação e a conservação dos recursos naturais, especialmente da água, um dos seus principais ativos. A busca pela eficiência energética, a redução do desperdício e a promoção do uso sustentável dos recursos hídricos são prioridades constantes. Além disso, a empresa investe em tecnologias e processos que minimizam os impactos ambientais de suas operações, contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas e a promoção da biodiversidade.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA) é responsável pela avaliação e autorização de empreendimentos que possam causar impactos ambientais, emitindo licenças ambientais. Na Companhia, há 119 processos de licenciamento, sendo 76 relacionados a Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES) e 43 a Sistemas de Abastecimento de Água (SAA). Em relação ao status dos processos, a maioria está licenciada, mas há casos sem licença ou com licença vencida, aguardando análise do IDEMA.
Durante 2023, diversas licenças foram emitidas para empreendimentos como ampliação de sistemas de esgoto, adutoras e estações de tratamento, destacando-se o SES de Natal Ponta Negra e o SAA Jardim de Piranhas. Essas ações refletem o compromisso da Companhia com a regularização ambiental de suas atividades e o desenvolvimento sustentável do estado.

AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

Durante 2023, a equipe de educação ambiental da CAERN realizou diversas ações, incluindo o lançamento do Projeto Circuito das Águas e a reedição do Projeto Arara Azul. Também promoveu uma horta agroecológica para os colaboradores e fortaleceu a Campanha RN+Limpo, apresentando-a na COP-28 em Dubai. Além disso, organizou a Conferência Territorial da Região Seridó para a construção da Política Estadual de Educação Ambiental. Outras iniciativas incluíram a doação de acervo literário infantil para a biblioteca do Maior Cajueiro do Mundo e visitas técnicas educativas em municípios e instituições de ensino, visando promover o uso adequado do sistema de esgotamento sanitário e a conservação da água.

SOCIAL

Na CAERN, a sustentabilidade é essencial, influenciando a cultura organizacional e as relações com a sociedade. Capacitamos nossos colaboradores para serem agentes de mudança, através de educação ambiental e participação em projetos sociais. Nos comprometemos com o acesso universal aos serviços de água e esgoto, e promovemos o desenvolvimento socioeconômico das regiões onde atuamos.

EMPREGADOS

O desenvolvimento sustentável de qualquer empresa passa pelo compromisso com a preservação do meio ambiente em prol da qualidade de vida das pessoas e o futuro do planeta. A Companhia, consciente da relevância desse compromisso, incorpora o tema em sua missão e valores organizacionais. Como parte dos objetivos estratégicos para o novo ciclo de cinco anos, destaca-se a universalização do abastecimento de água e esgotamento sanitário, além do fortalecimento da atuação socioambiental. No âmbito social, a empresa prioriza a saúde, segurança e qualidade de vida de seus quase 2 mil empregados, respeitando a diversidade e reconhecendo a necessidade contínua de evolução.

CAERN – INDICADORES DO QUADRO FUNCIONAL

Indicadores	2023	2022	2021
Nº de empregados(as) ao final do período	1.994	2.024	2.064
Nº de admissões durante o período	14	15	15
Nº de demissões durante o período	44	55	79
Nº de estagiários(as)	118	80	102
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	947	922	918
Nº de mulheres que trabalham na empresa	250	255	258
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	21,48%	30,2%	31,0%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	754	766	777
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	37,32%	13,32%	13,13%
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	21	20	46
Nº total de acidentes de trabalho	87	75	104

Durante o período, a CAERN implementou mudanças cruciais na força de trabalho visando otimizar recursos em várias áreas. Sob a orientação de uma consultoria externa, foram introduzidas as funções de Gestores de Programa e de Projeto, para aprimorar a gestão de resultados e alocar recursos de forma mais eficaz. Em comparação entre 2023 e 2022, houve uma redução de 1,5% no número total de funcionários, enquanto as admissões diminuíram em aproximadamente 7,14%. Além disso, as demissões tiveram uma queda significativa de 20%, e o número de estagiários aumentou em 47,5%, destacando o foco na capacitação.
O contingente de empregados com mais de 45 anos cresceu 2,71%. Em relação à diversidade, houve um aumento de 5% no número de pessoas com deficiência e uma redução de 1,96% nas mulheres empregadas. A representatividade de negros(as) tanto no quadro funcional quanto em cargos de chefia foi, respectivamente, 37,81% e 37,32%, respectivamente, demonstrando que a empresa está atenda às questões de equidade e justiça social. Os acidentes de trabalho aumentaram em cerca de 16%, destacando a importância de medidas preventivas.

TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO

Além dos cursos obrigatórios, 1.350 funcionários foram capacitados em cursos específicos. Esses programas abrangem uma variedade de áreas, incluindo aquelas relacionadas aos objetivos de universalização, sustentabilidade, segurança, gestão de riscos e melhorias.
Os cursos oferecidos abarcam uma ampla gama de temas, como: Operação de sistemas de tratamento de efluentes e recuperação de áreas degradadas; Compreensão de Estações de Tratamento de Esgotos - ETE; Avaliação da viabilidade econômica e financeira de projetos de Saneamento Básico; Análise de riscos em obras; Treinamentos em operação de máquinas pesadas e Georradar [3]; Uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs); Sinalização em vias públicas; Gestão de Processos; Programas de Educação Continuada em Contabilidade; bem como participação em fóruns e congressos relevantes.
Além disso, foram realizados investimentos significativos, totalizando cerca de R$ 212 mil, para cobrir tanto os custos diretos quanto os custos indiretos dessas iniciativas. Esses investimentos são justificados pela experiência dos profissionais da Companhia e pelas parcerias estabelecidas para garantir a eficácia e o impacto positivo dos programas de treinamento.

[3] O Georradar, ou GPR, é uma tecnologia que mapeia subsuperfícies usando ondas eletromagnéticas. Detecta objetos enterrados, sendo útil em arqueologia e engenharia.

PROGRAMA DE ESTÁGIOS

O Programa desempenha um papel fundamental na formação de estudantes, proporcionando-lhes a oportunidade de adquirir competências profissionais relacionadas às suas áreas de interesse. Além disso, esse programa contribui para o desenvolvimento de atividades em diversos setores da empresa, capacitando os estagiários para se tornarem futuros profissionais qualificados na sociedade. Atualmente, a CAERN oferece 170 vagas de estágio, das quais 118 estão preenchidas, sendo 89 de nível superior e 29 de nível técnico.

PROGRAMA DE APRENDIZAGEM DE JOVENS

Como parte de sua responsabilidade social, a empresa também mantém o Programa de Aprendizagem de Jovens, que contratou um total de 89 jovens pelo Centro Educacional Dom Bosco. Esses jovens estão distribuídos em diferentes cidades, como Natal, Parnamirim, Macaíba, Caicó e Mossoró.

INVESTIMENTOS

A CAERN está comprometida em investir na capacitação de seus empregados através do Plano Anual de Desenvolvimento de Pessoas. Este plano é elaborado com base nas necessidades identificadas na avaliação de desempenho, bem como nas exigências legais e regulatórias, com foco nas diversas áreas que envolvem o negócio da empresa.
Entre os principais projetos desenvolvidos, destacam-se iniciativas como o "Laboratório de Liderança", voltado para o aprimoramento dos gestores de nível tático. Além disso, o programa "Líderes em Ação" foi direcionado aos gestores de nível operacional, buscando aprimorar sua performance e atuação nas diversas regiões de atuação, com o objetivo de oferecer o melhor serviço à sociedade.
A empresa também investiu em diversos treinamentos, especialmente aqueles voltados para garantir a saúde e segurança dos trabalhadores. Isso incluiu o reforço em diversos aspectos relacionados às atividades operacionais, priorizando a segurança e o bem-estar dos empregados.

SOCIEDADE

A CAERN está empenhada em oferecer os melhores serviços à sociedade, garantindo condições igualitárias a todos os clientes. Isso inclui a disponibilização de tarifas diferenciadas, como as tarifas sociais, e a promoção de ações de conscientização e educação ambiental por meio de projetos que visam ampliar seu alcance em diversas comunidades. Além disso, a empresa incentiva a inclusão e a prática de esportes e atividades culturais por meio de patrocínios, como o da Sociedade Amigos do Deficiente Físico (SADEF).

5 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

INVESTIMENTOS

A Companhia de Água e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN) realizou investimentos significativos em diversos municípios potiguares para melhorias nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário ao longo do ano de 2023. Os investimentos totalizaram R$ 144.623.527,87 e foram distribuídos em várias categorias, como imobilizado, adutoras, intangíveis, relacionados a sistemas de abastecimento de água (SAA) e esgotamento sanitário (SES).
Alguns municípios, como Natal, Mossoró, Parnamirim, Parelhas e Caicó, receberam investimentos consideráveis, tanto através de recursos próprios quanto de convênios e empréstimos, demonstrando esforço contínua para melhorar a infraestrutura de saneamento básico nas regiões.
Outros municípios, embora em menor escala, também receberam investimentos importantes para a melhoria da qualidade de vida da população, refletindo o compromisso da CAERN com o fornecimento de serviços essenciais à comunidade.

INFRAESTRUTURA

Os investimentos em obras de infraestrutura hídrica em 2023 refletiram um compromisso sólido com o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população em diversos municípios do estado. O montante total investido nessas iniciativas alcançou a expressiva marca de R$ 52 milhões, evidenciando o esforço conjunto para promover avanços significativos no setor.

OBRAS

Entre os principais investimentos no sistema de abastecimento de água, destaca-se a ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Mossoró, que demandou um investimento de R$ 15 milhões, a Adutora Pau dos Ferros, investimento de R$ 3,8 milhões, e o SAA Parnamirim e Caraúbas, onde foram investidos respectivamente R$ 1,5 e R$ 1,2 milhões.
Entre os investimentos em esgotamento sanitário destacam-se R$ 12 milhões no SES Parelhas, R$ 16 milhões no SES Parnamirim, R$ 11 milhões no SES Caicó e R$ 48 milhões no SES Natal.
Ao contemplar os municípios mais beneficiados, observa-se que Mossoró liderou com os investimentos em infraestrutura hídrica, seguido por Parnamirim. Natal e Parnamirim lideram com os investimentos em obras de esgotamento sanitário.

OBRAS CONCLUÍDAS

No período de janeiro a dezembro de 2023, destacam-se alguns pontos relevantes, tanto por obra quanto por município. Foram finalizados investimentos em diversos projetos de infraestrutura hídrica e esgotamento sanitário, com recursos provenientes de fontes distintas, tais como recursos próprios, convênios e empréstimos. O investimento total reconhecido foi de R$ 15.235.085,90.
Dentre as obras mais significativas, destaca-se a Perfuração de Poços Tubulares nas Captações do RN, que demandou um investimento total de R$ 955.119,60, nos municípios de Parnamirim, Macaíba, Natal, Tibau do Sul e Goianinha, financiado integralmente com recursos próprios da CAERN.
Outro projeto relevante foi a obra do SES Assú que foi encerrada parcialmente, totalizando um investimento de R$ 8.452.334,45, sendo R$ 1.746.789,78 de recursos próprios e R$ 6.705.544,67 de recursos de convênio.
Também registramos a conclusão das obras de melhoria nos reservatórios elevados dos municípios de Monte das Gameleiras e Triunfo Potiguar, totalizando R$ 729.218,59.
Entre os municípios, é possível identificar a distribuição dos investimentos conforme a localidade beneficiada. O montante total investido foi de R$ 15.235.085,90. Assú foi o município que recebeu o maior volume de investimentos, totalizando R$ 8.452.334,45. Esse valor inclui recursos provenientes de convênio e empréstimos destinados à ampliação e melhorias no sistema de abastecimento de esgotamento sanitário.
Além disso, merece destaque o Investimento em extensões de rede de água e esgoto que totalizou R$ 5.668.443,80.

EXTENSÃO DA REDE

No que diz respeito aos investimentos por obra, observa-se que a CAERN direcionou em 2023 um total de R$ 4.460.198,71 para diversos projetos de extensão de rede. Estes recursos foram provenientes de recursos próprios e empréstimos.
No exercício de 2023, realizamos o encerramento de extensões de rede em 68 municípios, num total reconhecido de R$ 5.668.443,80.
Dentre as obras de destaque, está a Adutora Nova Cruz, que totalizou um investimento de recursos próprios na ordem de R$ 2.693.545,78. Outro projeto relevante foi a Extensão de Rede de São Paulo do Potengi, que demandou um investimento total de R$ 469.851,05, com parte significativa desse valor proveniente de empréstimos para financiamento da infraestrutura. Também destacamos a Extensão de Rede em Paraná, que recebeu um aporte de R$ 370.495,93, financiado com recursos próprios da CAERN. Todas essas obras contribuíram significativamente para a expansão do sistema de abastecimento de água na região.
Outros municípios como Coronel Ezequiel, Governador Dix-Sept Rosado e Mossoró também foram contemplados com investimentos consideráveis, totalizando respectivamente R$ 187.225,57, R$ 111.813,06 e R$ 454.753,92.

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

No exercício de 2023, a Receita Operacional Líquida (ROL) totalizou R$ 986.626 milhões, enquanto que no ano de 2022 foi de R$ 788.342 milhões, números que revelam um crescimento significativo em relação ao ano anterior: 25%. A Receita proveniente dos serviços de abastecimento de água registrou um aumento de cerca de 14%, enquanto a receita dos serviços de esgoto aumentou aproximadamente 16% na comparação ano a ano, sendo os investimentos em saneamento, por meio da Receita de Construção, representaram uma elevação de 210%, por meio de investimentos em 2023 que totalizaram a importância de R$ 123.717 (Em 2022 foi de R$ 39.884).
Essas variações positivas evidenciaram não apenas o crescimento das atividades operacionais da Companhia, mas também sua capacidade de captar receitas de forma eficiente. É importante destacar que no primeiro semestre de 2023, ocorreu a aplicação do reequilíbrio econômico-financeiro da tarifa, o que impactou diretamente nos valores apurados. Em 12 de janeiro de 2023, foi realizado o reequilíbrio na tarifa dos municípios do interior do estado do Rio Grande do Norte, conforme Resolução nº 10, de 30 de novembro de 2022, aprovada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte (ARSEP). Esse reajuste, com índice de 11,0547%, foi aplicado tanto nos serviços de abastecimento de água quanto nos serviços de esgotamento sanitário.
Além disso, em 12 de março de 2023, foi aprovado pela Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Município do Natal (ARSBAN) o reequilíbrio na tarifa de Natal, conforme Resolução nº 001/2023, de 25 de janeiro de 2023. Este reajuste, com índice de 13,03%, também foi aplicado nos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.
Essas medidas contribuíram significativamente para o aumento da Receita Operacional Líquida, refletindo o compromisso da empresa em garantir a sustentabilidade econômico-financeira de suas atividades, bem como a qualidade e a eficiência na prestação de serviços aos seus clientes.

CUSTOS E DESPESAS

Os custos aumentaram em R$ 86,487 milhões, totalizando o valor de R$ 595.774, representando um acréscimo de 17% em comparação a 2022 (R$ 509,287 milhões), enquanto as despesas operacionais tiveram um aumento de R$ 38,366 milhões, totalizando a quantia de R$ 344,324 milhões, um acréscimo de 12,54% ante ao ano anterior (R$ 305,958 milhões).

RESULTADO LÍQUIDO OPERACIONAL

O resultado líquido operacional de 2023 indicou um lucro de R$ 63,102 milhões ante um prejuízo operacional de R$ 8.249 milhões em 2022. Apesar da elevação considerável dos custos, o aumento do resultado se dá, sobretudo, pelo incremento de R$ 198,283 milhões da receita líquida do período, advindo principalmente dos investimentos realizados e dos reajustes tarifários concedidos pelas agências reguladoras, possibilitando o reequilíbrio econômico-financeiro e a melhora na capacidade operacional da Companhia.

EFICIÊNCIA FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Para aprimorar o desempenho financeiro e patrimonial, foram adotadas diversas estratégias. Entre elas, destaca-se a iniciativa de retirar o ISS da composição dos custos das obras de saneamento, seguindo o entendimento do Supremo Tribunal Federal-STF. Além disso, foram realizados leilões de bens inservíveis, resultando em uma arrecadação significativa de 518 milhões. Outras ações incluíram fiscalização e inventário de 540 imóveis, abrangendo cerca de 35% do patrimônio da Companhia. Também foi realizado um teste de impairment [4] dos ativos e lançado um edital de credenciamento de agentes arrecadadores, contribuindo para a redução do valor das tarifas. Por fim, a aprovação de uma Carta Consulta junto ao Banco do Nordeste foi um marco importante, auxiliando na estruturação do modelo de financiamento de longo prazo.

[4] Redução do valor de um ativo devido a eventos que diminuem sua expectativa de retorno financeiro. Garante que o Balanço Patrimonial reflita fielmente a situação financeira da empresa, ajustando os valores dos ativos conforme sua capacidade de gerar benefícios econômicos.

GESTÃO DE ATIVOS

Dada a importância de que os ativos da companhia sejam repostos constantemente para que permaneçam operacionais de forma satisfatória, em 2023, foram investidos significativos montantes na renovação e substituição de equipamentos essenciais da companhia. Isso incluiu R$ 8.862.123,74 em bens de uso gerais, R$ 5.903.992,29 em equipamentos para sistemas adutores, R$ 18.566.383,07 em equipamentos para sistemas de abastecimento de água e R$ 2.634.618,34 em equipamentos para sistemas de esgotamento sanitário, totalizando R$ 35.967.117,44.

GESTÃO DE NOVOS EMPREENDIMENTOS

A Companhia atualmente possui um portfólio de novos empreendimentos para expandir os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, incluindo projetos como SAA Parnamirim, SAA Mossoró, SAA Portalegre, SAA São José do Seridó, SAA São João do Sabugi, entre outros. Esses empreendimentos têm por objetivo atender à crescente demanda por água e saneamento nas diversas regiões do estado e são relevantes para o desenvolvimento socioeconômico das localidades atendidas.

GESTÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS

Para melhorar continuamente os processos e modernizar a gestão, foi estabelecido o Escritório de Portfólio de Empreendimentos. Esse escritório utiliza a metodologia do Project Management Institute - PMI. Além disso, foram criadas as funções de Gestor de Programa, encarregado de supervisionar um conjunto de projetos de maneira coordenada para alcançar benefícios que não seriam possíveis se os projetos fossem tratados individualmente, e Gestor de Projeto, cuja responsabilidade é planejar, executar e coordenar todas as atividades de um projeto.

6 DESEMPENHO OPERACIONAL

DESEMPENHO OPERACIONAL

No decorrer de 2023, a Diretoria de Operação e Manutenção, por meio das Regionais e com a gestão da Diretoria, implementou aproximadamente 37.823 metros de extensão de rede de água e esgoto em todo o estado, o que representou um investimento de cerca de R$ 4,6 milhões. Essa iniciativa contribuiu significativamente para expandir ainda mais a cobertura do serviço de abastecimento de água.
Em relação ao abastecimento no município de Mossoró, a Diretoria de Operação realizou visitas no período, conduzindo reuniões com a Gerência Regional Oeste, a Prefeitura e outros interessados. Além disso, ocorreu uma reunião de alinhamento e orientação com uma empresa de pavimentação local. Adicionalmente, houve o restabelecimento e monitoramento do controle por meio de um aplicativo de manobra, que definiu as áreas afetadas pelas manobras, permitindo a quantificação dos imóveis impactados e garantindo a disponibilidade de água nos dias em que esses procedimentos foram realizados.
Devido às dificuldades operacionais enfrentadas na área da orla de Ponta Negra, em Natal, devido à baixa cota em relação ao reservatório, que resultava em vazamentos recorrentes, uma válvula redutora de pressão foi instalada após a realização de estudos na região. O objetivo foi diminuir a pressão na parte mais baixa do bairro e represar água na parte mais alta, melhorando o abastecimento, reduzindo as perdas não visíveis e minimizando os vazamentos visíveis.

GESTÃO DE PERDAS

O Projeto Água Justa foi expandido para abranger todas as regionais da CAERN, com o objetivo de promover melhorias operacionais e redução de perdas no sistema de distribuição de água. Essa expansão tem como intuito implementar diversas estratégias, como a setorização das redes, análise do balanço hídrico, modelagem hidráulica para melhor compreensão do fluxo de água, automatização dos poços para otimizar o controle do abastecimento, instalação de Válvulas Redutoras de Pressão (VRP) para regular a pressão na rede, revisão e instalação de válvulas para maior controle do sistema, entre outras medidas.
Além disso, no período, foram implantados 51 novos macromedidores de diversos tipos, como os ultrassônicos "clamp-on" e os eletromagnéticos, para monitorar o consumo de água em larga escala. Isso envolveu a confecção de caixas de alvenaria para os dispositivos, fornecimento e instalação de conexões, construção de abrigos e tampas para proteção dos equipamentos, além do fornecimento de painéis de telemetria para coleta e análise de dados em tempo real.
Todo esse conjunto de ações teve um custo aproximado de R$ 670 mil, mas representa um investimento significativo na melhoria da infraestrutura e eficiência dos serviços de abastecimento de água. Essas iniciativas não apenas têm como objetivo melhorar a qualidade do serviço prestado, mas também garantir um uso mais sustentável e eficiente dos recursos hídricos, contribuindo para a preservação do meio ambiente e o bem-estar da população atendida pela Companhia.

OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS

Para melhorar o sistema de manutenção, a Companhia implementou um repositório digital de projetos e desenhos técnicos dos ativos eletromecânicos. Isso contribuiu para padronizar os desenhos e projetos de engenharia, seguindo especificações originais e readequações operacionais e de segurança. Essa medida garantiu uniformidade e qualidade nas peças fabricadas, tanto com mão de obra própria quanto externa. Como resultado, o processo de usinagem e caldeiraria se tornou mais versátil e ágil.

ABASTECIMENTO

No período, a CAERN prosseguiu com a perfuração de novos poços em diferentes áreas do Rio Grande do Norte: nove, em 2023. Essa iniciativa resultou em um aumento significativo na vazão, totalizando 625,117 metros cúbicos por hora. Adicionalmente, foram substituídos cinco poços antigos ou danificados, visando aprimorar a eficiência operacional. Essas ações incluíram a retirada de poços desgastados e a instalação de novos em locais estratégicos, proporcionando melhorias no sistema de abastecimento de água.

MERCADO LIVE

No período a CAERN expandiu ainda mais sua presença no mercado livre de energia, com a migração de mais 43 estações ao longo do ano, totalizando 103 estações operando através dessa modalidade, tornando a CAERN líder no Nordeste neste aspecto. A economia gerada no período foi de aproximadamente 17 milhões, com uma economia acumulada em torno de 42 milhões desde outubro de 2020. Os contratos correspondem a 73% da energia consumida pela Companhia e é produzida através de fontes renováveis (solar, eólica, biomassa).

7 DESEMPENHO COMERCIAL

DESEMPENHO COMERCIAL

Em 2023, a Companhia registrou uma arrecadação recorde de R$ 901.020.486,20, marcando um crescimento de 12,14% em relação a 2022, quando totalizou R$ 803.446.945,12. Esse valor representa uma média mensal de R$ 75.085.040,52. O desafio principal ainda reside na inadimplência de consumidores públicos, contrastando com uma adimplência média superior a 95% entre os consumidores privados. Durante o ano, foram adquiridos novos hidrômetros, com um investimento de R$ 5.852.205,00, e foram gerenciados contratos para instalação e substituição de hidrômetros, totalizando 99 mil substituições. Isso elevou o índice de hidrometração para 96,75% das ligações ativas, ou 97,63% excluindo áreas de vulnerabilidade social.
Também foram estabelecidos quatro períodos para parcelamento, com condições especiais, facilitando a negociação de débitos vencidos de clientes particulares e de perfil normal, ativos ou cortados. Essa iniciativa, que ofereceu financiamento pela Companhia, resultou em um montante negociado de R$ 32.917.033,95.
Além disso, a CAERN promoveu o parcelamento de R$ 28.901.985,24 com 58 prefeituras e de R$ 118.596.034,35 com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, impactando positivamente os resultados.

ATUALIZAÇÃO CADASTRAL

Durante 2023, a CAERN efetuou 168.740 atualizações cadastrais, gerando diversos benefícios. Destacam-se: 21.216 mudanças de endereço, 6.543 alterações de nome de cliente, 1.003 mudanças de hidrômetro, 968 novos imóveis cadastrados, 2.327 mudanças de CPF/CNPJ e 12.049 inclusões de RG.

RELACIONAMENTO COM O CLIENTE

A Companhia oferece atendimento ao cliente por meio de diversos canais, incluindo os presenciais, como os núcleos e escritórios de atendimento e o serviço itinerante CAERN Móvel; e os não presenciais, como o teleatendimento 115, agência virtual, o app CAERN, chat online, WhatsApp e redes sociais. Em 2023, registrou-se um total de 867.823 atendimentos, destacando-se uma significativa migração para os canais não presenciais.

CAERN MÓVEL

Este serviço itinerante demonstrou sua eficácia ao cobrir mais de 53 municípios, totalizando mais de 25 mil atendimentos, e recebendo uma resposta positiva tanto da população quanto da mídia local.

TELEATENDIMENTO 115

Este canal, que opera 24 horas por dia, 7 dias por semana, realizou 287.716 atendimentos ao longo do ano. As metas regulatórias foram alcançadas, com uma taxa média de atendimento satisfatório.

A totalização mostrou, em 2023, uma boa taxa de atendimento ao longo dos meses, embora tenham sido observadas variações.
Em média, o índice de satisfação com o teleatendimento 115 em 2023 alcançou 83,57%, evidenciando a consolidação desse canal como um dos principais meios de comunicação entre a Companhia e o cidadão.

SATISFAÇÃO DO ATENDIMENTO

A pesquisa de satisfação com os serviços prestados e o atendimento ao cliente CAERN, através da leitura de um QR Code, revelou um índice médio de 82,41%, indicando um nível satisfatório de satisfação por parte dos clientes, mas ainda há espaço para melhorias para proporcionar uma experiência ainda mais positiva.

- Continua -

- Continuação -

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE

CNPJ Nº 08.334.385/0001-35

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH

8. BALANÇO SOCIAL

Na CAERN, acreditamos firmemente na importância da transparência e responsabilidade social corporativa. É por isso que estamos apresentando nosso Balanço Social, adotando o modelo proposto pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). Este documento visa reforçar nossa transparência perante empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas, clientes e a sociedade em geral. A prestação de contas sobre valores éticos como participação, igualdade, diversidade de gênero e raça, e inclusão de pessoas com deficiência mostra que a empresa está atenta às questões de equidade e justiça social. Além disso, ao destacar não apenas as conquistas, mas também os desafios a serem enfrentados, a CAERN mostra sua disposição em melhorar e progredir continuamente.

BALANÇO SOCIAL ANUAL - 2023

Empresa: COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RN - CAERN

1 - Base de Cálculo	2023 Valor (em reais R$)	2022 Valor (em reais R$)
Receita líquida (RL)	986.625.778,80	788.341.824,85
Resultado operacional (RO)	63.102.722,72	(8.249.521,30)
Folha de pagamento bruta (FPB)	207.216.989,57	207.287.487,09

2 - Indicadores Sociais Internos	2023 Valor (em reais R$)	% sobre FPB	% sobre RL	2022 Valor (em reais R$)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	32.772.461,68	15,82%	3,32%	29.614.465,61	14,29%	3,76%
Encargos sociais compulsórios	65.539.259,90	31,63%	6,65%	63.296.644,69	30,53%	8,03%
Previdência privada	1.794.345,18	0,87%	0,18%	1.685.957,56	0,81%	0,21%
Saúde	13.608.857,94	6,57%	1,38%	11.111.156,54	5,36%	1,41%
Segurança e saúde no trabalho	868.410,86	0,42%	0,09%	1.028.573,80	0,50%	0,13%
Educação	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Cultura	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	212.707,83	0,10%	0,02%	373.089,38	0,18%	0,05%
Creches ou auxílio-creche	2.203.632,48	1,06%	0,22%	1.987.484,82	0,96%	0,25%
Participação nos lucros ou resultados	10.781.765,69	5,20%	1,09%	3.440.663,11	1,66%	0,44%
Outros	2.072.099,50	1,00%	0,21%	1.879.457,23	0,91%	0,24%
Total - Indicadores sociais internos	**129.853.541,06**	**62,67%**	**13,16%**	**114.417.492,74**	**55,20%**	**14,51%**

3 - Indicadores Sociais Externos	2023 Valor (em reais R$)	% sobre RO	% sobre RL	2022 Valor (em reais R$)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Cultura	0,00	0,00%	0,00%	80.000,00	-0,97%	0,01%
Saúde e saneamento	1.124.338,35	1,78%	0,11%	1.198.377,77	-14,53%	0,15%
Esporte	151.800,00	0,24%	0,02%	162.000,00	-1,96%	0,02%
Combate à fome e segurança alimentar	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outros	0,00	0,00%	0,00%	5.000,00	-0,06%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	**1.276.138,35**	**2,02%**	**0,13%**	**1.445.377,77**	**-17,52%**	**0,18%**
Tributos (excluídos encargos sociais)	83.112.958,83	131,71%	8,42%	72.009.881,81	-872,90%	9,13%
Total - Indicadores sociais externos	**84.389.097,18**	**133,73%**	**8,55%**	**73.455.259,58**	**-890,42%**	**9,32%**

4 - Indicadores Ambientais	2023 Valor (em reais R$)	% sobre RO	% sobre RL	2022 Valor (em reais R$)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	**0,00**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00**	**0,00%**	**0,00%**
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(X) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 76 a 100%		(X) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 76 a 100%	

5 - Indicadores do Corpo Funcional	2023	2022
Nº de empregados(as) ao final do período	1.994	2.024
Nº de admissões durante o período	14	15
Nº de demissões durante o período	44	55
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	447	443
Nº de estagiários(as)	118	80
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	947	922
Nº de mulheres que trabalham na empresa	250	255
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	21,48%	30,20%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	754	766
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	37,32%	13,32%
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	21	20

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2023			2022		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	26,96			28,75		
Número total de acidentes de trabalho	87			75		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	(X) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	( ) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	(X) não serão considerados	( ) serão sugeridos	( ) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	(X) apóia	( ) organiza e incentiva	( ) não se envolverá	(X) apoiará	( ) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 2.665	no Procon -	na Justiça -	na empresa 2.576	no Procon -	na Justiça -
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 50,42%	no Procon -	na Justiça -	na empresa 62,94%	no Procon -	na Justiça -
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$):	**Em 2023: R$ 570.457.189,94**			**Em 2022: R$ 455.367.917,45**		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	21,30 % governo 10,98 % acionistas	53,59% colaboradores(as) 14,13 % terceiros		25,19 % governo 2,67 % acionistas	66,22 % colaboradores(as) 5,92 % terceiros	

7 - OUTRAS INFORMAÇÕES

A CAERN é uma empresa que oferece os serviços de tratamento de água e de efluentes domésticos e industriais como uma forma de minimizar o impacto ambiental no meio ambiente em detrimento das necessidades vitais de cada ser humano. Somos conscientes e sabemos que quanto mais unidades habitacionais do Rio Grande do Norte forem contempladas com água tratada e esgotamento sanitário, estamos cuidando e contribuindo com a preservação do meio ambiente e com a melhoria da qualidade de vida e da saúde da população.

ASSEGURAÇÃO INDEPENDENTE

Os trabalhos conduzidos pelos auditores independentes da Emerson Auditores e Consultores S/S foram realizados de acordo com os preceitos legais e normativos contábeis. Assim, a CAERN assegura, em sua política institucional, a plena imparcialidade na avaliação dos auditores externos. Isso inclui conceder amplo acesso aos setores da empresa, permitindo a realização de testes de conformidade e procedimentos substantivos necessários para a auditoria.

Natal-RN, em 19 de março de 2024

ROBERTO SÉRGIO RIBEIRO LINHARES
Diretor Presidente

GEORGE MARCOS DE AQUINO FREITAS
Diretor de Planejamento e Finanças

JULIANA MARIA DUARTE UBARANA
Diretora Administrativa

JOSÉ GUILHERME DE ANDRADE GUEDES
Diretor Comercial e de Antendimento

SERGIO EDUARDO RODRIGUES DA SILVA
Diretor de Empreendimentos

THIAGO DE SOUZA ÍNDIO DO BRASIL
Diretor de Operação e Manutenção

9 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Senhores Acionistas e Administradores da
COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE - CAERN
Natal/RN

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho das suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeira (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Boards (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Ativo Intangível – contrato microrregiões e aplicação da prestação de serviço direta aos municípios Conforme nota explicativa nº 9 e nota explicativa nº 11, chamamos atenção reclassificação de saldos referente de ativo financeiro para ativo intangível no montante de R$ 467.731 mil, referente a 104 (cento e quatro) municípios que estão inseridos nas microrregiões Litoral-Seridó e Central-Oeste e com aplicação do entendimento técnico da prestação de serviço direta aos municípios até o ano de 2051, em observância aos contratos e regulação das referidas microrregiões. A nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos do Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade, é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Natal/RN, 19 de março de 2024

Emerson Auditores e Consultores S/S
Auditores Independentes CRC/RN 547/O-8

José Diego Braz da Silva
Contador CRC/RN 10575/O-9

BALANÇO PATRIMONIAL
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

ATIVO	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	**629.159**	**292.165**
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	406.240	71.559
Contas a receber (Nota 4)	127.576	140.449
Estoques para operação (Nota 5)	52.143	58.259
Tributos a recuperar (Nota 6)	13.089	829
Adiantamentos	2.112	2.002
Depósitos Judiciais (Nota 7)	27.949	19.067
Outros ativos circulantes	50	-
Não circulante	**3.535.650**	**3.412.215**
Contas a receber (Nota 4)	105.087	54.066
Créditos Fiscais (Nota 8.1)	40.221	44.525
Créditos de acionistas	5.930	5.609
Ativo Financeiro (Nota 9)	401.503	741.033
Imobilizado líquido (Nota 10)	931.878	841.452
Intangível líquido (Nota 11)	2.040.118	1.702.228
Direito de Uso Arrendamento Mercantil (Nota 12)	10.913	23.302
Total do ativo	**4.164.809**	**3.704.380**

PASSIVO	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	**159.232**	**127.161**
Fornecedores de bens e serviços (Nota 13)	28.897	23.953
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Nota 14)	16.718	6.253
Arrendamento Mercantil (Nota 15)	7.393	15.340
Obrigações tributárias (Nota 16)	25.506	25.431
Obrigações sociais (Nota 17)	52.700	41.800
Benefícios Pós-emprego e Acordos Judiciais (Nota 18)	5.136	5.952
Parcelamento de Tributos (Nota 19)	1.657	2.028
Compromisso Contrato de Concessão (Nota 20)	12.050	6.000
Dividendos e Juros sobre o capital próprio a pagar (Nota 21)	9.175	404
Não circulante	**1.376.356**	**1.000.268**
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Nota 14)	399.843	-
Arrendamento Mercantil (Nota 15)	3.586	10.138
Benefícios Pós-emprego e Acordos Judiciais (Nota 18)	183	456
Parcelamento de Tributos (Nota 19)	3.105	4.739
Provisões para Contingências (Nota 22)	39.079	40.461
Receita Diferida (subvenção governamental) (Nota 23)	771.016	763.002
Compromisso Contrato de Concessão (Nota 20)	-	14.050
Tributos Diferido (Nota 8.2)	159.544	167.422
Total do passivo	**1.535.588**	**1.127.429**
Patrimônio Líquido (Nota 24)	**2.629.221**	**2.576.951**
Capital social	1.408.750	1.408.750
Reserva de Capital	50.363	50.363
Reserva de Lucro	283.374	187.398
Lucros/Prejuízos acumulados	-	-
Outros resultados abrangentes	886.734	930.440
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**4.164.809**	**3.704.380**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida dos serviços prestados (Nota 25)	986.626	788.342
Custo dos serviços prestados (Nota 26)	(595.774)	(509.287)
Lucro bruto	**390.852**	**279.055**
Despesas administrativas (Nota 27)	(228.406)	(210.498)
Despesas comerciais (Nota 28)	(107.103)	(82.151)
Provisões/Reversão para Contingências (Nota 29)	1.382	(2.226)
Despesas tributárias (Nota 30)	(7.435)	(11.085)
Outras receitas operacionais (Nota 31)	13.813	18.656
Lucro / (prejuízo) antes do resultado financeiro	**63.103**	**(8.249)**
Receitas financeiras (Nota 32)	70.585	40.133
Despesas financeiras (Nota 33)	(61.164)	(7.618)
Lucro / (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**72.524**	**24.266**
Imposto de renda e Contribuição Social (Nota 34)	(9.900)	(12.101)
Lucro / (prejuízo) líquido do exercício	**62.624**	**12.165**
Lucro Líquido por ação do capital social no fim do exercício (em unidades de R$) (Nota 24.4.1)	**0,0445**	**0,0086**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do período	**62.624**	**12.165**
Realização do Custo Atribuído (Com Efeito no Resultado)	43.706	45.667
Resultado Abrangente Total Com Efeito no Resultado	**106.330**	**57.832**
Ajuste da Diferença Temporária Passiva - AAP (Sem Efeito no Resultado)	-	215.953
Resultado Abrangente Total	**106.330**	**273.785**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro do Exercício Antes do IRPJ/CSLL	**72.524**	**24.266**
Ajustes:		
Depreciação e amortização	117.734	129.511
Provisão para devedores duvidosos	51.841	23.313
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(2.407)	7.167
Provisão/reversão para Contingências	(1.382)	2.226
(-) Lucro na venda de imobilizado	(1.175)	(1.242)
Juros e variações monetárias	65.951	7.047
(Aumento)/Diminuição dos ativos:		
Contas a receber e demais recebíveis	(87.583)	(74.482)
Estoques	6.117	(11.931)
Tributos a recuperar	(12.260)	12.631
Adiantamentos concedidos	(110)	(935)
Depósitos judiciais	(8.882)	2.937
Outros ativos	3.933	9.117
Aumento/(Diminuição) dos passivos:		
Fornecedores	4.944	(9.906)
Obrigações tributárias	74	9.202
Outras obrigações	(6.067)	(20.042)
Caixa Gerado/(consumido) pelas Operações	**203.252**	**108.879**
Imposto de renda e contribuição pagos/restituídos	(9.900)	(12.102)
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	**193.352**	**96.777**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento pela venda de imobilizado e intangível	1.298	4.200
Pagamento pela compra de imobilizado e intangível	(183.341)	(118.843)
Caixa líquido (usado nas) atividades de investimentos	**(182.043)**	**(114.643)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Amortizações de empréstimos, financiamentos e arrendamentos	(93.794)	(34.262)
Amortizações de parcelamentos de impostos	(2.200)	(1.863)
Amortizações de parcelamentos de serviços	-	(35.228)
Amortizações de arrendamentos financeiros	(10.913)	-
Ingresso de empréstimos, financiamentos e arrendamentos	423.847	31.661
Receitas diferidas	8.015	21.986
Pagamentos de dividendos e JCP	(1.583)	(32.639)
Aumento de Capital Social	-	11.987
Caixa líquido oriundos das (usado nas) ativ. de financiamentos	**323.372**	**(38.358)**
Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa	**334.681**	**(56.224)**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	406.240	71.559
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	71.559	127.783
Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa	**334.681**	**(56.224)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

				Reserva de Lucros						
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Reserva de Incentivos Fiscais	Dividendos Adicionais Propostos	Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2022	**1.396.763**	**50.363**	**-**	**5.458**	**106.947**	**17.558**	**-**	**-**	**760.154**	**2.337.243**
Aumento de Capital – AGO/AGE de 29/04/2022 (Nota 24.7)	11.987	-	-	-	-	-	-	-	-	11.987
Reserva Legal	-	-	-	608	-	-	-	(608)	-	-
Reserva de Expansão	-	-	-	-	45.667	-	-	(45.667)	-	-
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	9.972	-	(9.972)	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	1.188	(1.188)	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	12.165	-	12.165
Juros Sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	(397)	-	(397)
Realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial - APP	-	-	-	-	-	-	-	45.667	(45.667)	-
Tributos Diferido s/APP	-	-	-	-	-	-	-	-	215.953	215.953
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.408.750**	**50.363**	**-**	**6.066**	**152.614**	**27.530**	**1.188**	**-**	**930.440**	**2.576.951**
Reserva Legal	-	-	-	3.131	-	-	-	(3.131)	-	-
Reserva de Expansão	-	-	-	-	63.912	-	-	(63.912)	-	-
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	22.829	-	(22.829)	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	7.292	(7.292)	-	-
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	-	(1.188)	-	-	(1.188)
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	62.624	-	62.624
Juros Sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	(9.166)	-	(9.166)
Realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial - APP	-	-	-	-	-	-	-	43.706	(43.706)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.408.750**	**50.363**	**-**	**9.197**	**216.526**	**50.359**	**7.292**	**-**	**886.734**	**2.629.221**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
RECEITAS	**1.055.188**	**868.022**
Prestação de serviços de água e esgoto	1.090.808	879.845
Outras receitas	13.814	18.657
Perda com crédito de liquidação duvidosa	(51.841)	(23.313)
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)	2.407	(7.167)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**(437.582)**	**(323.277)**
Custo dos serviços prestados	(337.583)	(247.552)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(99.999)	(75.725)
VALOR ADICIONADO BRUTO	**617.606**	**544.745**
Depreciação e amortização	(117.734)	(129.511)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	**499.872**	**415.234**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**70.585**	**40.134**
Receitas financeiras	70.585	40.134
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**570.457**	**455.368**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal	**305.684**	**301.555**
Remuneração direta, benefícios, FGTS, participação nos lucros	305.684	264.847
Impostos, taxas e contribuições	**121.517**	**114.691**
Impostos gerais (federais, estaduais e municipais)	121.517	114.691
Remuneração de capitais de terceiros	**80.632**	**26.957**
Juros e atualização monetária	61.164	7.618
Aluguéis	19.468	19.339
Remuneração de capitais próprios	**62.624**	**12.165**
Reservas de lucros	62.624	12.165
TOTAL VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**570.457**	**455.368**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

- Continua -

- Continuação -

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE

CNPJ Nº 08.334.385/0001-35

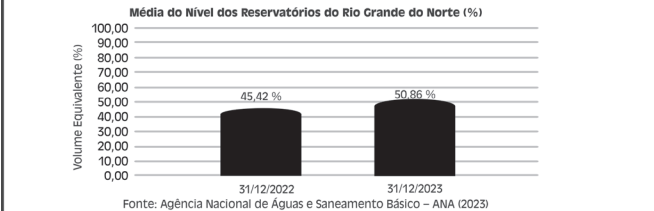
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN, com sede na Av. Senador Salgado Filho, 1555, Bairro do Tirol, município do Natal, estado do Rio Grande do Norte, foi constituída mediante autorização da Lei Estadual nº 3.742 de 26 de junho de 1969, alterada pela Lei nº 4.747, de 06 de julho de 1978. Atuando na captação, no tratamento e na distribuição de água, e na coleta e no tratamento de esgotos no Estado do Rio Grande do Norte, a CAERN é uma empresa de economia mista, enquadrada no regime jurídico de direito privado brasileiro como uma sociedade anônima de capital fechado, sendo seu acionista majoritário o Governo do Estado do Rio Grande do Norte. O nível dos reservatórios do Sistema de Abastecimento de Água do Rio Grande do Norte representou um volume médio de 50,86% em 31 de dezembro de 2023.

Média do Nível dos Reservatórios do Rio Grande do Norte (%)

Fonte: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA (2023)

Dos 47 reservatórios que possuem capacidade superior a 5 milhões de metros cúbicos, destacamos os volumes dos 10 (dez) principais:

	Reservatório	Capacidade (hm³)	Volume (hm³)	Volume (%)
Assú	Eng. Armando Ribeiro Gonçalves	2.373,07	1.281,33	53,99%
Apodi	Santa Cruz do Apodi	599,71	353,69	58,98%
Upanema	Umarí	292,81	225,92	77,16%
Assú	Mendubim	77,6	57,03	73,49%
Nísia Floresta	Lagoa do Bonfim	84,27	42,81	50,80%
Pau dos Ferros	Pau dos Ferros	54,85	39,11	71,30%
Poço Branco	João Batista do Rego	136	36,31	26,70%
Macaíba	Tabatinga	89,84	34,12	37,98%
Umarizal	Rodeador	21,4	14,75	68,93%
São Paulo do Potengi	Campo Grande	23,14	13,47	58,21%

Em 23 de dezembro de 2021, a Companhia assinou contratos com as Microrregiões de Águas e Esgotos do Centro-Oeste (MRAE I) e Litoral-Seridó (MRAE II) do estado do Rio Grande do Norte. Os contratos asseguram a prestação de serviços regionalizada, mediante critérios econômicos, sociais e técnicos da regulação nos municípios que possuíam contratos vigentes, mediante dilatação de prazo, de forma a que avença original com a sua vigência ampliada até 30 de dezembro de 2051. Ao término do ano de 2023, a Companhia prestou serviços para 152 municípios de um total de 167 municípios do Estado do Rio Grande do Norte. As 10 (dez) principais concessões da companhia possuem os seguintes prazos de vencimento:

	Faturamento	Número de economias	Término concessão		Vigência Ampliada	
Natal	374.911	404.933	29/04/2027		30/12/2051	(ii)
Mossoró	122.450	133.410	14/07/2025		30/12/2051	(ii)
Parnamirim	97.229	93.262	27/03/2043		30/12/2051	(ii)
Caicó	25.718	28.240	28/08/2041		30/12/2051	(ii)
Macaíba	16.984	16.117		(a)	30/12/2051	(ii)
Assú	14.052	13.792	30/08/2029		30/12/2051	(i)
Currais Novos	12.476	19.832		(a)	30/12/2051	(ii)
Macau	10.228	13.477	26/04/2033		30/12/2051	(i)
Joao Câmara	9.630	13.281		(a)	30/12/2051	(ii)
Nova Cruz	8.883	13.857		(a)	30/12/2051	(ii)

Legendas: (a) Prestação direta dos serviços formalizados no âmbito da Microrregião. (i) Municípios que integram a Microrregião Central-Oeste - MRAE I. (ii) Municípios que integram a Microrregião Litoral-Seridó – MRAE II.

1. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram adotadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

1.1. BASE DE PREPARAÇÃO – 1.1.1. Declaração de Conformidade – As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09, as normas e procedimentos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estão alinhados com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo Internacional Accounting Standasds Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras. A autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, correspondentes ao exercício do ano de 2023, foram autorizadas em 11 de março de 2024. **1.1.2. Continuidade Operacional –** A administração não tem conhecimento de qualquer incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia e tem realizado todo seu planejamento e ações com a finalidade de possibilitar a continuidade dos seus negócios. Portanto, as Demonstrações Contábeis foram elaboradas considerando que a Companhia está em continuidade e continuará em operação no futuro previsível. **1.1.3. Base de Mensuração e Apresentação –** As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e os ativos financeiros mensurados ao valor justo, exceto quando de outra forma indicado, conforme demonstrado nas notas explicativas. **1.1.4. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação –** As demonstrações financeiras são apresentadas em Milhares de reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, exceto quando indicado de outra forma. **1.1.5. Julgamento, estimativa e premissas contábeis significativas –** A preparação das demonstrações financeiras em consonância com os CPCs e as IFRS requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Dessa forma, os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas adotadas são continuamente revistas e tais revisões são reconhecidas nos períodos em que são revisados e em quaisquer períodos futuros afetados.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplica as práticas contábeis de forma consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis. As políticas contábeis significativas adotadas estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

3.1. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2023	31/12/2022
Bens Numerários – Caixa (i)	**129**	**158**
Depósito bancários (ii)	**14.977**	**14.473**
Livres em conta corrente	14.130	5.774
Vinculados em conta corrente	847	8.699
Aplicações financeiras (iii)	**391.734**	**57.214**
Recursos próprios	370.223	50.128
Recursos vinculados	21.511	7.086
(-) Bloqueio Aplicação Recursos Próprios	**(600)**	**(286)**
(-) Bloqueio Aplicação Recursos Próprios	(600)	(286)
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	**406.240**	**71.559**

Em 31/12/2023 as disponibilidades da Companhia somam R$ 406.240, enquanto 31/12/2022 soma R$ 71.559, representando um aumento equivalente a R$ 334.681, conforme apresentado a seguir: i. Os bens numerários representam R$ 129. ii. Os depósitos bancários representam R$ 14.977, sendo R$ 14.130 recursos de livre movimentação e R$ 847 de recursos vinculados. Dos R$ 847 de recursos vinculados, R$ 85 são das garantias contratuais depositadas pelos fornecedores que prestam serviços à Companhia, R$ 461 são referentes à aplicação dos recursos em obras de saneamento, ou seja, são recursos com destinação específica obtidos mediante convênio e R$ 301 são dos convênios do Sesi e Senai. iii. As aplicações financeiras representam R$ 391.734, sendo R$ 21.511 de recursos vinculados e R$ 370.223 refere-se a aplicações sem destinação específica no seu uso. Dos recursos vinculados, R$ 12.047 refere-se aos valores destinados particularmente a obras de expansão da CAERN, devendo ser aplicado exclusivamente para esse fim, R$ 54 são das aplicações dos convênios do Sesi e Senai e R$ 9.410 são das garantias contratuais, entre eles o valor de R$ 1.550 do contrato nº 22.01488 da Prime Energy Comercializadora de Energia Ltda.

No primeiro trimestre de 2023, a CAERN realizou um empréstimo junto ao banco Santander no valor de R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões) para Capital de Giro e emitiu Debêntures no valor total de R$ 370.000.000,00 (trezentos e setenta milhões) a fim de atingir as metas de universalização do saneamento básico conforme novo Marco Legal, principais motivos do aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa. Nos valores registrados no caixa e equivalentes de caixa estão representados apenas os recursos em que a Companhia possui gestão. Os valores remanescentes das contas de recursos vinculados são transitórios que foram transferidos para a CAERN a fim de pagar os fornecedores das respectivas obras a que as contas estão vinculadas. A Companhia mantém os recursos próprios provenientes de sua atividade aplicados em Certificados de Depósito Bancário – CDBs, títulos de renda fixa, cuja remuneração média é baseada, substancialmente, na variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. A remuneração média das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2023 foi de 100% do CDI (em 31 de dezembro de 2022 também foi de 100% do CDI). Os ativos financeiros possuem características de curto prazo, de alta liquidez, com baixo risco de variação de valor e são constituídos somente com valores em Reais, não havendo aplicações em moeda estrangeira. Nenhum dos valores aplicados está vencido e não foram identificadas perdas dos seus valores recuperáveis.

3.2. MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	57.214	108.063
Novas aplicações	1.214.892	722.130
Rendimentos	45.764	6.475
Resgates	(926.136)	(779.454)
Saldo final	**391.734**	**57.214**

Os ativos financeiros possuem características de curto prazo, de alta liquidez, com baixo risco de variação de valor e são constituídos somente com valores em Reais, não havendo aplicações em moeda estrangeira. Nenhum destes valores está vencido e não foram identificadas perdas dos seus valores recuperáveis.

4. CONTAS RECEBER DE CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS

4.1. CONTAS A RECEBER

	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Recebíveis dos serviços de água e esgoto (i)	750.225	-	750.225	582.116	-	582.116
Parcelamentos de conta de água e esgoto (ii)	24.183	21.087	45.270	25.905	19.170	45.075
Financiamentos de serviços	3.032	104	3.136	3.060	170	3.230
Valores a receber de Parte Relacionada (iii)	66.703	83.846	150.549	196.043	34.726	230.769
Outras contas a receber	1.645	50	1.695	2.083	-	2.083
(-) Pagamentos em duplicidade (iv)	(16)	-	(16)	(13)	-	(13)
(-) Outros Valores	(2.637)	-	(2.637)	(2.600)	-	(2.600)
Total antes da PECLD	**843.135**	**105.087**	**948.222**	**806.594**	**54.066**	**860.660**
(-) Perda Estimadas em Crédito Liquidação Duvidosa (PECLD) (v)	(715.559)	-	(715.559)	(666.145)	-	(666.145)
Total após a PECLD	**127.576**	**105.087**	**232.663**	**140.449**	**54.066**	**194.515**
Total do Contas a Receber	**127.576**	**105.087**	**232.663**	**140.449**	**54.066**	**194.515**

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, constituída quando existe evidências objetivas de que a Companhia não receberá todos os valores apresentados no Contas a Receber nos prazos originais das contas registradas. A Companhia aplica o CPC 47 e 48 na sua carteira de contas a receber e possui uma política de cobrança dos clientes inadimplentes, através da inscrição do nome dos devedores no Serviço de Proteção ao Crédito – SPC, bem como realizando a cobrança por meio judicial. Ainda, cabe relatar que os saldos de contas a receber de clientes superiores a 12 meses (não circulante), referentes a parcelamentos, são ajustados a valor presente. Do montante de R$ 232.663 registrado no grupo, cabe destacar o seguinte: (i) Os recebíveis dos serviços de água e esgoto de partes relacionadas foram reconhecidos separadamente, permitindo aos usuários a compreensão do efeito potencial desse relacionamento nos totais das contas a receber da empresa; (ii) A variação aumentativa nos parcelamentos de conta de água e esgoto é decorrente das negociações dos débitos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte com a CAERN ocorrida em 12/12/2022 e em 15/09/2023. No primeiro parcelamento foram compreendidos os débitos da Secretaria Estadual de Saúde Pública e dos demais órgãos estaduais do período de janeiro de 2018 a dezembro de 2020, com exceção da Secretaria de Educação. No segundo parcelamento foram compreendidos os débitos da Secretaria Estadual de Saúde e dos demais órgãos estaduais do período de janeiro de 2021 a junho de 2023, como também os débitos da Secretaria de Educação de janeiro de 2018 a junho de 2023. Cabe ressaltar, que as secretarias assumiram o compromisso de adimplência das parcelas a vencer e em virtude da referida negociação, porém não exime o Estado do Rio Grande do Norte do pagamento regular das faturas emitidas pela CAERN em seu desfavor. Dessa forma, ficou garantido em contrato que o pagamento das faturas vincendas ou qualquer inadimplemento de alguma parcela do parcelamento, serão quitadas pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte, no mês de abril de cada ano, por meio de encontro de contas, relativo aos valores de Juros sobre Capital Próprio e/ou Dividendos que serão distribuídos pela CAERN ao acionista controlador, no momento de deliberação da Assembleia Geral Ordinária – AGO, diante disso o prazo de prescrição foi interrompido; (iii) A Companhia realiza transações comerciais com várias partes relacionadas destacando-se o Estado do Rio Grande do Norte e a Prefeitura de Mossoró, conforme demonstrado na Nota (36); (iv) A variação nas perdas refere-se ao registro de estimativas de perdas complementares para os créditos a vencer e vencidos há menos de 180 (cento e oitenta) dias para clientes que possuem fatura(s) inserida(s) na provisão de crédito de liquidação duvidosa, levando em consideração todo o histórico de perdas passadas, o prazo decorrido por tipo de cliente e o valor da fatura para prever o risco de não realização das contas em aberto.

Os vencimentos dos recebíveis são como seguem:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	78.880	73.634
Vencidos até 30 dias	48.340	39.161
Vencidos de 31 a 60 dias	26.177	21.005
Vencidos de 61 a 90 dias	15.898	13.189
Vencidos de 91 a 120 dias	12.730	10.191
Vencidos de 121 a 180 dias	21.187	17.027
Vencidos de acima de 180 dias (i)	745.010	686.453
Total Contas a Receber	**948.222**	**860.660**

(i) No exercício de 2023, do montante de R$ 745.010 registrado nos recebíveis de clientes vencidos acima de 180 dias, cabe destacar que R$ 202.509 dos débitos estão prescritos. Em 2022, os débitos prescritos correspondiam a R$ 206.009 de um total de R$ 686.453 de recebíveis vencíveis acima de 180 dias.

Além disso, em 03/02/2022 foi expedido em favor da Companhia o precatório nº 2021.84.00.001.201364 em favor da CAERN, que trata da ação de cobrança judicial de serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos, de faturas em atraso da UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte). A Companhia espera um recebimento futuro de R$ 7.972.

4.2. PERDA ESTIMADA COM CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA – PECLD

A PECLD apresenta a seguinte movimentação:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	**(666.145)**	**(635.673)**
Constituição	(354.311)	(158.387)
Reversão	304.897	127.915
Saldo Final	**(715.559)**	**(666.145)**

A Companhia adota como estimativa para cálculo de PECLD as seguintes regras:

Conforme a Lei nº 9.430/1996 para perdas incorridas: a) Clientes com títulos vencidos há mais de 180 dias e com valor até R$ 15.000; b) Clientes com títulos vencidos há mais de 1 ano e com valor maior que R$ 15.001 e menores que R$100.000, desde que mantida a cobrança administrativa; **Conforme o CPC 47 e CPC 48 para perdas esperadas:** a) Total de faturas, vencidas até 180 dias ou a vencer, dos clientes que se encontram com histórico de inadimplência. **Parcelamento Partes Relacionadas:** a) Em dezembro de 2022, foi firmado o parcelamento entre o Governo do Estado e a Companhia, compreendendo o período de janeiro de 2018 a dezembro de 2020 e em setembro de 2023, foi firmado um novo parcelamento entre as partes, compreendendo os débitos da Secretaria Estadual de Saúde e dos demais órgãos estaduais do período de janeiro de 2021 a junho de 2023, como também os débitos da Secretaria de Educação de janeiro de 2018 a junho de 2023, de onde foi consolidado o compromisso de adimplência das parcelas a vencer. A política adotada para provisão/reversão dos valores específicos para o contrato de parcelamento celebrado considera que os eventos e garantias oferecidas tornam o ativo recuperável. O reconhecimento da provisão será acompanhado pela Companhia pelo histórico de atraso atrelado ao contrato.

5. ESTOQUES

	31/12/2023	31/12/2022
Materiais em trânsito	70	606
Estoques de materiais - uso e consumo (i)	3.974	5.106
Estoques de materiais - operação e manutenção (i)	48.182	52.667
Estoque materiais – obsoletos (ii)	438	48
(-) Perda Estimada (iii)	(521)	(168)
Total dos Estoques	**52.143**	**58.259**

Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgoto sanitário avaliados pelo custo médio de aquisição, que não excedem aos custos de reposição ou valores líquidos de realização. Do montante de R$ 52.143 registrado no grupo, cabe destacar o seguinte: (i) A redução de R$ 1.132 nos estoques de materiais de uso e consumo e de R$ 4.485 nos estoques de materiais de operação e manutenção, deu-se pelo aumento da utilização dos materiais. Os materiais são recebidos na filial da administração central e posteriormente distribuídos para os almoxarifados das regionais. (ii) O aumento de R$ 390 no estoque de materiais inservíveis deve-se principalmente a reclassificação de produtos que não tinha mais utilidade, porém serão designados para os leilões que ocorrerão em 2024. (iii) A Companhia adotou a política de constituição de perdas conforme, preceitua as normas contábeis vigentes, bem como, adotou uma política de realização de venda dos materiais inservíveis, em 2023 houve a necessidade de constituir a provisão para perdas considerando o histórico de perdas registradas pelos inventários realizados em anos anteriores, considerando as situações aceitáveis contidas no artigo 303 do Decreto 9.580/2018.

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

A Companhia reconhece o crédito tributário no momento em que julga dispor de elementos jurídicos e técnicos que permitam o reconhecimento do direito e a mensuração confiável do valor a ser compensado ou restituído. Os saldos dos tributos a recuperar estão apresentados da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Programa de Integração Social (Pis) – Lei 10.637/02	83	-
Cont. Financ. Segur. Social (Cofins) – Lei 10.833/03	382	-
Imposto de Renda Pessoa Jurídica a Recuperar	6.451	682
Cont. Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) a Recuperar	5.998	-
Tributo pago a maior – Imposto Sobre Serviços – ISS	25	5
Tributo pago a maior – Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS	26	18
Tributo pago a maior - FGTS	124	124
Total dos Tributos a Recuperar	**13.089**	**829**

6.1. IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA (IRPJ) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO (CSLL) A RECUPERAR – O saldo da conta Imposto de Renda Pessoa Jurídica a Recuperar é composta pelas seguintes contas analíticas: IRPJ saldo negativo e IRRF pago a maior. Por sua vez, o saldo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido é composto somente pela conta CSLL saldo negativo. Os saldos do IRPJ e da CSLL a recuperar é originado principalmente por retenções que a Companhia sofreu sobre rendimentos e por pagamentos que a empresa realizou como antecipação do imposto devido, retenções e pagamentos, cujo valor seja superior ao valor devido no fim do período de apuração, sendo essa sobra denominada "saldo negativo" que resulta em um crédito tributário. Encerrado o período e apontado saldo do crédito tributário, este é passível de acréscimo de juros Selic a partir do mês seguinte ao encerramento do período. Para utilização desse crédito, seja para fins de compensação, seja para restituição, é necessário o uso do PER/DCOMP ou PER/DCOMPWEB. Na impossibilidade de utilizar os meios mencionados no período anterior, o requerimento deve ser formalizado por meio do formulário Pedido de Restituição, constante do Anexo IV da Instrução Normativa RFB nº 1.717/2017. **6.2. TRIBUTO PAGO A MAIOR –** O pagamento de tributo feito a maior gera um crédito tributário em favor do contribuinte, crédito este que poderá ser restituído e/ou compensado, atualizado pela SELIC, com novos débitos. Os valores de ISS, INSS e FGTS pagos a maior, não foram compensados durante o ano, mas já foram requeridos, com previsão para compensação no exercício de 2024.

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos judiciais		
Questões Judiciais Trabalhista (i)	11.327	12.046
Questões Judiciais Cíveis (ii)	5.170	3.936
Questões Judiciais Ambientais (iii)	8.500	-
Questões Judiciais Tributária (i)	2.952	3.085
Total dos Depósitos Judiciais	**27.949**	**19.067**

Depósitos judiciais representam ativos da Companhia relacionados às quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão arroladas. O saldo dessa conta em 31 de dezembro de 2023 teve uma variação em relação ao período anterior de R$ 8.882. Do montante de R$ 27.949 registrado no grupo, cabe destacar o seguinte: (i) As variações nas questões trabalhistas no valor de R$ 719 e nas questões tributárias no valor de R$ 133 foram motivadas pelo levantamento de depósitos judiciais. Na Companhia, grande parte dos Depósitos Judiciais realizados estão relacionados às ações trabalhistas. (ii) A variação nas questões cíveis, R$ 1.234, foi motivada pelos depósitos judiciais realizados em 2023. (iii) A variação nas questões ambientais, R$ 8.500, foi motivada pela celebração do acordo judicial, no âmbito da ação civil pública nº 0862589-29.2022.8.20.5001, firmado entre a CAERN, IDEMA e Ministério Público do Estado do RN, no qual foi depositado em juízo, no dia 28/06/2023, uma caução no valor de R$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais) para garantir recursos para a obra da ETE de Ponta Negra/Rota do Sol. Os levantamentos dos recursos será de forma parcial, em periodicidade semestral, à medida que for a CAERN for comprovando a realização das etapas da obra.

Além disso, informamos que o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, através da Procuradoria Geral do Estado (PGE), ajuizou Medida Cautelar para Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – direito de execução judicial por precatório, conforme processo número único 0083147-05.2018.1.00.0000. Em 14 de fevereiro de 2020, o Supremo Tribunal Federal (STF) "julgou procedente o pedido para suspender as decisões judiciais nas quais se promoveram constrições patrimoniais por bloqueio, penhora, arresto, sequestro e determinar a sujeição ao regime de precatórios à Companhia de Água e Esgoto do Rio Grande do Norte – CAERN". Dito isto, a CAERN passa a ser enquadrada no regime de precatórios, havendo perspectiva de liberação dos recursos financeiros depositados em contas judiciais.

8. CRÉDITOS FISCAIS

A composição dos créditos fiscais é a seguinte:

	31/12/2023				31/12/2022			
	Base de Cálculo	IRPJ (25%)	CSLL (9%)	Total	Base de Cálculo	IRPJ (25%)	CSSL (9 %)	Total
Prejuízo fiscal	23.942	5.985	-	5.985	58.616	14.654	-	14.654
Base de cálculo negativa	-	-	-	-	-	-	-	-
PECLD	26.656	6.664	2.399	9.063	28.451	7.113	2.561	9.674
AVP	34.892	8.724	3.140	11.864	16.765	4.191	1.509	5.700
Arrendamento Mercantil	65	16	6	22	2.177	544	196	740
Provisões	39.079	9.770	3.517	13.287	40.461	10.115	3.642	13.757
Total dos Créditos Fiscais	**124.634**	**31.159**	**9.062**	**40.221**	**146.470**	**36.617**	**7.908**	**44.525**

8.1. ATIVO FISCAL DIFERIDO – Embasado pelo pronunciamento técnico CPC 32 que trata dos tributos sobre o lucro, a companhia registrou os efeitos das diferenças temporárias — que são as diferenças que podem impactar na apuração do imposto de renda e da contribuição social decorrentes de diferenças entre a base fiscal de um ativo ou passivo e seu valor contábil no balanço patrimonial — calculadas sobre as alíquotas efetivas de 25%, para o Imposto de Renda (IRPJ), e 9%, para a Contribuição Social (CSLL), resultando na constituição de um crédito tributário oriundo do prejuízo fiscal do imposto de renda e da base de cálculo negativa da contribuição social, bem como das demais contas detalhadas nesta nota acima. Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa são decorrentes do resultado tributável negativo da base de cálculo do lucro real (regime tributário da CAERN), na apuração de IRPJ e da CSLL respectivamente. O prejuízo fiscal é o oposto do lucro real, ou seja, após apurado o lucro líquido do período de apuração e feitos os ajustes de adições e exclusões permitidos pela legislação tributária, o resultado final é negativo. Após constituídos esses saldos do prejuízo fiscal (IRPJ) e da base de cálculo negativa (CSLL), é permitido pela legislação a compensação deles com os lucros fiscais de períodos futuros, limitados a 30% desses lucros até que os saldos sejam totalmente consumidos. Vale lembrar que não há prescrição para estes créditos. Além da compensação no período corrente, deve-se registrar os ativos fiscais diferidos (compensações futuras), no intuito de apresentar uma informação contábil mais fidedigna, de acordo com a expectativa de lucros tributáveis futuros. Em relação as demais contas, consideradas como diferenças temporárias dedutíveis, ou seja, que resultarão em valores a serem deduzidos no cálculo do resultado tributável de períodos futuros, serão apresentadas as projeções de realização no quadro a seguir, com base nos lucros tributáveis esperados nos próximos exercícios.

Estimativa de realização futura do IR e CSLL diferidos

Descrição	2024	2025	2026	2027	2028	2029	TOTAL
Prejuízo fiscal	1.796	1.257	2.932	-	-	-	5.985
Base de cálculo negativa	-	-	-	-	-	-	-
PECLD	1.365	1.464	1.571	1.686	1.810	1.167	9.063
AVP	1.787	1.917	2.057	2.207	2.369	1.527	11.864
Arrendamento mercantil	3	4	4	4	4	3	22
Provisões	2.001	2.147	2.303	2.472	2.654	1.710	13.287
TOTAL	**6.952**	**6.789**	**8.867**	**6.369**	**6.837**	**4.407**	**40.221**

8.2. PASSIVO FISCAL DIFERIDO – A resolução do CFC nº 1.189/09 que aprova a NBC TG 32 cita que o passivo fiscal diferido é o valor do tributo sobre o lucro devido em período futuro relacionado às diferenças temporárias tributáveis. No exercício em questão, devido à adoção inicial das normas de contabilidade internacional, em consonância com o CPC 37 (R1), foi efetuado o custo atribuído para os bens da Companhia e consequentemente foi constituído um ajuste de avaliação patrimonial positivo, que pode ser entendido como uma espécie de correção dos valores dos bens em relação ao valor justo, por isso, consequentemente foi originado um passivo fiscal diferido, que deve ser registrado para atender ao CPC 32, conforme citado acima. Enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, o ajuste de avaliação patrimonial será demonstrado em conta específica do patrimônio líquido da entidade, este ajuste foi apurado com base nas informações originadas por laudo técnico especializado gerando um montante de 1.284.180, neste valor são aplicadas às alíquotas do IR e da CSLL para originar o passivo fiscal diferido, bem como sua realização, conforme demonstrativos abaixo.

Cálculo do passivo fiscal diferido (valor originário de 2019)

Descrição	Valor	IRPJ (25%)	CSLL (9%)	Valor líquido (PL)
Ajuste de avaliação patrimonial	1.284.180	321.045	115.576	847.559

Considerando que o enquadramento da CAERN no benefício fiscal de redução de imposto de renda e adicionais calculado com base no Lucro da Exploração alterou a alíquota efetiva da Companhia, foi realizado o ajuste da alíquota do imposto de renda aplicada sobre os bens que tiveram a constituição do ajuste de avaliação patrimonial no exercício de 2019, passando de 25% para 6,25% no exercício de 2022.

Realização do passivo fiscal diferido (Ajuste de avaliação patrimonial)

Diferença temporária	IRPJ	CSLL	TOTAL
Saldo em 31/12/2019	**321.045**	**115.576**	**436.621**
(-) Realização	(19.178)	(6.905)	(26.083)
Saldo em 31/12/2020	**301.867**	**108.671**	**410.538**
(-) Realização	(13.930)	(5.015)	(18.945)
Saldo em 31/12/2021	**287.937**	**103.656**	**391.593**
(-) Realização	(219.320)	(4.851)	(224.171)
Saldo em 31/12/2022	**68.617**	**98.805**	**167.422**
(-) Realização	(3.234)	(4.644)	(7.878)
Saldo em 31/12/2023	**65.383**	**94.161**	**159.544**

Estimativa de realização futura do passivo fiscal diferido (Ajuste de Avaliação Patrimonial)

Anos	IRPJ	CSLL	TOTAL
2024-2028	25.339	36.489	61.828
2029-2038	23.435	33.746	57.181
2039-2048	11.241	16.187	27.428
2049-2058	4.256	6.128	10.384
2059-2068	986	1.420	2.406
2069-2078	107	155	262
2079-2088	16	22	38
2089-2095	7	10	17
TOTAL	**65.387**	**94.157**	**159.544**

9. ATIVO FINANCEIRO

O Ativo Financeiro é um direito incondicional de receber caixa ou equivalente de caixa do valor total dos ativos e/ou investimentos operacionais construído e não recuperado por meio da prestação de serviço relacionados à concessão, referente aos créditos a receber do Poder Concedente no término da prestação de serviço, decorrente da aplicação das interpretações técnicas ICPC 01 - (R1) Contrato de Concessão, ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de Concessão. A Companhia possui atualmente contrato de concessão com 48 (quarenta e oito) Municípios vigentes até o ano de 2051, data essa provisionada com o advento da microrregião e com o objetivo da universalização. Estes municípios são responsáveis por subsidiar os demais municípios devido a capacidade de geração de fluxo de caixa para a Companhia. A CAERN realizou uma consultoria jurídica com o objetivo de regularizar a prestação dos serviços nos municípios sem contrato de concessão. Segundo o Parecer da Manesco, Ramires, Peres, Azevedo Marques Sociedade de Advogados, "a decisão do colegiado que atribuía à Companhia estadual a prestação dos serviços públicos de saneamento básico se ajusta ao que prevê a primeira parte do caput do artigo 10 da nova redação da Lei Nacional de Saneamento Básico, que reconhece como prestação direta, e que não depende de contrato, a que se efetivar mediante entidade que integra a administração do titular". Em complemento, deve-se atentar que o Estado do Rio Grande do Norte possui 99% (noventa e nove por cento) do capital da CAERN, e possui 35% (trinta e cinco por cento) dos votos da microrregião, sendo a microrregião a favor da celebração de um termo de prestação direta com a CAERN para os 104 municípios. Apesar de não ser uma relação contratual, com fundamento no CPC 00, identificamos a necessidade de aplicar o princípio contábil da essência sobre a forma. Diante deste cenário, a CAERN atualmente fornece serviços a 104 (cento e quatro) municípios no modelo de prestação direta, sendo assim regularizados, mas não por meio de relação contratual, mas pelas Resoluções nº 3 e 4 das Microrregiões. É importante destacar que dos cento e quatro municípios, dois deles, o Município de Serrinha dos Pintos e Upanema manifestaram perante a MRAE-I o desejo de não manter os serviços com a CAERN por prestação direta. Assim, até que o colegiado da microrregião defina a situação destes municípios, a Companhia irá continuar a prestação direta do serviço, tendo em vista a obrigação de manter em operação os serviços essenciais.

9.1. DURANTE O EXERCÍCIO DE 2023, O ATIVO FINANCEIRO EVOLUIU DA SEGUINTE FORMA:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	**741.033**	**757.929**
Constituição	128.494	19.725
Reversão	(293)	-
Reversão Prestação Direta	(467.731)	(36.621)
Saldo Final	**401.503**	**741.033**

Foi realizado em dezembro de 2023 uma reversão no montante de R$ 467.731.428,52 (quatrocentos e sessenta e sete milhões, setecentos e trinta e um mil, quatrocentos e vinte e oito reais e cinquenta e dois centavos), referente ao reconhecimento da prestação direta nos 102 (cento e dois) municípios, considerando o prazo final de 2051, definido no Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira que objetivou a viabilização da universalização dos serviços. A Companhia apresentou em 31/12/2023 um saldo na ordem de R$ 401.502.818,83 (quatrocentos e um milhão, quinhentos e dois mil, oitocentos e dezoito reais e oitenta e três centavos) em ativo financeiro a receber do poder concedente.

10. IMOBILIZADO

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 27, os bens que compõem o ativo imobilizado, são bens tangíveis, mantidos para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos que se espera utilizar por mais de um período. O Imobilizado da CAERN é composto, em sua maioria, pelas edificações e bens de uso geral pertencentes as unidades administrativas e sistemas adutores que se estendem em todo o Estado do Rio Grande do Norte. O imobilizado está assim distribuído:

	31/12/2023			31/12/2022
	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Custo Líquido	Custo Líquido
Terrenos	49.402	-	49.402	49.402
Edificações	16.211	(6.485)	9.726	10.245
Veículos leves	1.150	(893)	257	216
Veículos pesados	61	(31)	30	248
Móveis e utensílios	1.336	(771)	565	638
Equipamentos de informática	1.637	(1.113)	524	571
Máquinas e equipamentos	5.510	(2.093)	3.417	2.778
Benfeitorias	3.518	(1.790)	1.728	1.845
Sistema Adutor	1.170.920	(411.836)	759.084	771.116
Obras em Andamento	107.145	-	107.145	4.393
Total do Imobilizado	**1.356.890**	**(425.012)**	**931.878**	**841.452**

SISTEMA ADUTOR - IMOBILIZADO

DESCRIÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
Barragens	300	186
Poços	6.509	6.325
Redes Adutoras	1.038.122	1.037.683
Estações Elevatórias / Recalque	78.289	75.266
Estação de Tratamento de Água	20.462	19.316
Outros Bens do Sistema de Água	2.376	2.355
Reservatórios	24.777	23.470
Booster	7	7
Redes de distribuição	78	-
Total	**1.170.920**	**1.164.608**

REALIZAÇÃO DO SISTEMA ADUTOR - IMOBILIZADO

DESCRIÇÃO/DEPRECIAÇÃO/REALIZAÇÃO AAP	31/12/2023	31/12/2022
Barragens	(96)	(86)
Poços	(1.648)	(1.380)
Redes Adutoras	(371.574)	(356.352)
Estações Elevatórias / Recalque	(33.906)	(32.915)
Estação de Tratamento de Água	(358)	406
Outros Bens do Sistema de Água	(49)	26
Reservatórios	(4.200)	(3.187)
Booster	(5)	(4)
Redes de distribuição	-	-
TOTAL	**(411.836)**	**(393.492)**
CUSTO LÍQUIDO	**759.084**	**771.116**

O Imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção menos as despesas de depreciação e perdas ao valor recuperável, quando houver, totalizando assim o valor líquido contábil. Compõe ainda o valor do imobilizado outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em totais condições de funcionamento, incluindo os juros provenientes de financiamentos incorridos na data da aquisição até a data de entrada do bem em funcionamento. Com base em um julgamento técnico detalhado dos bens que integram o imobilizado, foi estimada a vida útil econômica, considerando as características técnicas, condições gerais de uso e outros fatores que possuem influência na vida útil. Os terrenos não são depreciados por terem vida útil ilimitada. O método de depreciação utilizado é o método linear que consiste na variação uniforme durante a vida útil do bem. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão detalhadas na tabela abaixo:

	Anos
Computadores e periféricos	5 a 10 anos
Edificações	20 a 67 anos
Ferramentas	10 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	5 a 10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Adutoras	30 a 60 anos
Benfeitorias	20 a 67 anos

Os custos subsequentes quando provável que gerem futuros benefícios econômicos e a vida útil for superior a 12 (doze) meses são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecido como um ativo separado. Todos os demais reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos, atendendo ao Pronunciamento CPC 27 – Ativo Imobilizado. O teste de recuperabilidade nos bens do imobilizado são revisados no mínimo anualmente com a finalidade de identificar evidências de perdas estimadas, ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável. Após a realização do teste de recuperabilidade (impairment) no imobilizado da Companhia, que ocorreu em setembro de 2023, considerando as particularidades dos ativos da Companhia e a expectativa de utilização dos ativos até o final da vida útil, evidenciou-se que o valor real líquido recuperável do ativo imobilizado, estimado por meio do valor em uso, é superior ao valor registrado na contabilidade, não sendo necessário o reconhecimento de perdas ao valor recuperável no exercício em curso. A Companhia finalizou o exercício de 2023 com o montante de R$ 107.144.687,62 (cento e sete milhões, cento e quarenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e sete reais e sessenta e dois centavos) nas contas de obras em andamento do ativo imobilizado. Destaca-se ainda, que em dezembro de 2023 foi realizado um leilão abrangendo os bens inservíveis dos grupos de móveis, informática e máquinas do imobilizado e intangível da Companhia, no qual promoveu uma redução no ativo imobilizado na ordem de R$ 71.038,81 (setenta e um mil, trinta e oito reais e oitenta e um centavos). Vale apontar que as baixas dos bens leiloados foram apresentadas na coluna das alienações/baixas, e que as mesmas seguiram o regime de competência conforme a receita auferida. A Companhia adotou a política de constituição de perda estimada, conforme preceitua as normas contábeis vigentes, com viés voltado para apuração de responsabilidade nos casos de desaparecimento, perda ou extravio de bens.

11. INTANGÍVEL

A Companhia reconhece como Ativos Intangíveis os bens ligados a atividade de concessão de prestação de serviço e prestação direta do serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios em que a Companhia celebrou termo de prestação direta do serviço, em consonância com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e a autorização do colegiado da microrregião, e fundamento no CPC00 na aplicação do princípio contábil da essência sobre a forma. Com o advento da prestação direta do serviço da Companhia nos 104 (cento e quatro) municípios, foi revertido do ativo financeiro para o ativo intangível a

- Continua -

- Continuação -

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE

CNPJ N° 08.334.385/0001-35

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH

importância de R$ 467.731.428,52 (quatrocentos e sessenta e sete milhões, setecentos e trinta e um mil, quatrocentos e vinte e oito reais e cinquenta e dois centavos), referente ao reconhecimento da prestação direta nos 102 (cento e dois) municípios, considerando o prazo final de 2051. A Companhia dispõe contrato de concessão vigente com 48 (quarenta e oito) municípios e 104 (cento e quatro) termo de prestação direta até o ano de 2051, distribuídos nas Microrregiões Litoral-Seridó, com a participação de 29 municípios, e a Central-Oeste com a participação de 19 municípios. A amortização do ativo intangível inicia no momento em que o ativo estiver no local e com totais condições de uso pela Companhia e cessa no momento em que o ativo estiver totalmente consumido ou no momento da sua baixa, o que ocorrer primeiro, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão. O valor amortizável do intangível com vida útil definida, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 – Ativo Intangível, deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil. O método utilizado para a amortização dos intangíveis é o método linear com base na vida útil estimada dos bens, conforme detalhamento a seguir:

	Anos
BARRAGENS	30 a 60 anos
POCOS	60 anos
OUTROS BENS DO SISTEMA DE AGUA	10 anos
RESERVATORIOS	20 a 60 anos
BOOSTER	10 anos
REDES DE DISTRIBUICAO	30 a 80 anos
REDES ADUTORAS	30 a 80 anos
ESTACOES ELEVATORIAS / RECALQUE	25 anos
ESTACOES TRATAMENTO DE AGUA	60 a 67 anos
RAMAIS	5 anos
REDES COLETORAS	30 a 80 anos
ESTACOES ELEVATORIAS	25 anos
ESTACOES DE TRATAMENTO DE ESGOTOS (ETE)	60 a 67 anos
ARRENDAMENTO FINANCEIRO	5 a 13 anos
DIREITO DE USO DA CONCESSAO	25 anos
HIDRÔMETROS	5 anos
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	10 anos
BENS DE USO GERAL	5 a 20 anos
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	10 anos
SOFTWARE	5 anos

A companhia realiza o teste de recuperabilidade para todos os ativos intangíveis conforme preceitua o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Destaca-se que o teste de recuperabilidade (impairment) no ativo intangível foi realizado na competência de setembro de 2023 e verificou-se que o valor real líquido recuperável do ativo intangível é superior ao valor registrado na contabilidade, não sendo necessário o reconhecimento de ajuste no exercício em curso. As licenças de software adquiridas são registradas com base no custo de aquisição acrescidos de custos necessários para que estejam prontos para utilização, e têm como vida útil uma média de 5 anos, porém, caso fique claro no contrato de aquisição que será utilizado por mais ou menos tempo, a vida útil e consequentemente a taxa de depreciação serão alteradas. Os valores residuais dos ativos intangíveis são reconhecidos como ativo financeiro, após deduzidas suas respectivas amortizações acumuladas projetadas até a data do fim da concessão, com base em sua vida útil. A transferência dos bens de obras em andamento para bens em operação ocorre com a devida formalização do Termo de Encerramento pela comissão de recebimento de obras criada para este fim, comprovando o encerramento da mesma e consolidando as informações necessárias para a escrituração contábil e patrimonial. A Companhia adotou a política de constituição de perda estimada, conforme preceitua as normas contábeis vigentes, com viés voltado para apuração de responsabilidade nos casos de desaparecimento, perda ou extravio de bens. Em 2023, foi realizado a constituição para perda, na qual finalizou o ano com o valor de R$ 78.552,51 (setenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e um centavos), referente a bens sinistrados que serão baixados após a venda em leilão. Foi concluído também em 2023 a obra de um Prédio Administrativo no município de Parnamirim, totalizando um investimento de R$ 151.458,11 (cento e cinquenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e onze centavos). Também foi concluída a obra nos reservatórios de Monte das Gameleiras no valor de R$ 683.223,96 (seiscentos e oitenta e três mil, duzentos e vinte e três reais e noventa e seis centavos) e de Triunfo Potiguar no valor de R$ 707.448,75 (setecentos e sete mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e setenta e cinco centavos). Ainda no exercício corrente, foi parcialmente reconhecida a obra do Sistema de Esgotamento Sanitário de Assú no montante correspondente a R$ 8.452.334,46 (oito milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, trezentos e trinta e quatro reais e quarenta e seis centavos). Destaca-se ainda, que em dezembro de 2023 foi realizado um leilão abrangendo os bens inservíveis dos grupos de móveis, informática e máquinas do imobilizado e intangível da Companhia, no qual promoveu uma redução no ativo intangível na ordem de R$ 52.368,38 (cinquenta e dois mil, trezentos e sessenta e oito reais e trinta e oito centavos). Vale apontar que as baixas dos bens leiloados foram apresentadas na coluna das alienações/baixas, e que as mesmas seguiram o regime de competência conforme a receita auferida. O CPC 06(R2), item 47, destaca a forma de apresentar os valores de arrendamento financeiro (arrendamento mercantil), sendo por meio de Notas explicativas ou pela criação de um grupo específico no Balanço patrimonial. Atualmente, a Companhia optou em destacar os valores por meio de Nota Explicativa, porém, com o intuito de manter a transparência e clareza nos dados, foi promovido um entendimento em que a apresentação por meio de um grupo específico no Balanço patrimonial irá propiciar finura e compreensão.

O ativo intangível está assim distribuído:

	31/12/2023				31/12/2022
	Custo Corrigido	Amortização acumulada	Transferência para Ativo Financeiro	Custo Líquido	Custo Líquido
Em operação					
Sistemas de abastecimento de água	510.474	(56.598)	232.200	686.076	482.104
Sistemas de abastecimento de esgoto sanitário	271.321	(21.751)	101.370	350.940	262.149
Bens de uso geral	45.495	(6.254)	5.960	45.201	38.370
	827.290	**(84.603)**	**339.530**	**1.082.217**	**782.623**
Em Andamento					
Sistemas de abastecimento de água	155.723	-	-	155.723	212.062
Investimentos Capitalizáveis - SAA	6.745	-	-	6.745	4.683
Estoque para obras - SAA	2.192	-	-	2.192	4.105
Sistemas de abastecimento de esgoto	708.759	-	-	708.759	632.376
Investimentos Capitalizáveis - SES	20.248	-	-	20.248	13.215
Estoque para obras - SES	5.906	-	-	5.906	5.832
Bens de uso geral	483	-	-	483	113
Investimentos Capitalizáveis - BUG	-	-	-	-	-
Estoque para obras - BUG	-	-	-	-	-
	900.056	**-**	**-**	**900.056**	**872.386**
Reserva Técnica					
Bens em reserva técnica	25.203	-	-	25.203	13.369
Direito de Concessão de Uso					
Município de Parnamirim	33.850	(1.208)	-	32.642	33.850
	1.787.259	**(96.671)**	**339.530**	**2.040.118**	**1.702.228**

	Período base findo em 31/12/2022		
	Custo Líquido (sem a reclassificação)	(+ /-) Reclassificação	Custo Líquido (após a reclassificação)
Intangível líquido (Nota 11)	1.725.530	(23.302)	1.702.228
Arrendamento Financeiro (Nota 12)	-	23.302	23.302
	1.725.530	**-**	**1.725.530**

12. DIREITO DE USO ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia reconhece como direito de uso de arrendamento mercantil, os contratos em que são transmitidos o direito de usar o ativo por um período determinado, mediante pagamento.

O direito de uso de arrendamento mercantil da Companhia está assim distribuído:

	31/12/2023			31/12/2022
Arrendamento Mercantil	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Custo Líquido	Custo Líquido
Direito de uso de veículos	31.043	(31.043)	-	5.107
Direito de uso de máquinas e equipamentos	24.090	(21.069)	3.021	7.718
Direito de uso de bens imóveis	22.327	(14.435)	7.892	10.477
Total do arredamento	**77.460**	**(66.547)**	**10.913**	**23.302**

	Período base findo em 31/12/2022		
	Custo Líquido (sem a reclassificação)	(+ /-) Reclassificação	Custo Líquido (após a reclassificação)
Intangível líquido (Nota 11)	1.725.530	(23.302)	1.702.228
Arrendamento Financeiro (Nota 12)	-	23.302	23.302
	1.725.530	**-**	**1.725.530**

13. FORNECEDORES

Nesse grupamento de contas contábeis estão registradas as obrigações da companhia devidas em virtude da aquisição de bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, bem como as obrigações oriundas da execução de obras de engenharia, sendo estas realizadas com recursos próprios ou com recursos vinculados.

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Fornecedores	**28.174**	**22.219**
Recursos Próprios	24.738	19.857
Recursos Vinculados	3.436	2.362
Outras contas a pagar	**723**	**1.734**
Total dos fornecedores	**28.897**	**23.953**

Entende-se como Fornecedores – Recursos vinculados às obrigações a pagar referentes às obras de engenharia que foram executadas pelos empreiteiros e que possuem o recurso financeiro garantido através de uma conta bancária vinculada, conforme elucidada na nota explicativa nº 4 de caixa e equivalentes de caixa, onde a CAERN figura como Interveniente Executor nos contratos de repasse. Já a conta Fornecedores – Recursos próprios contempla as demais obrigações constituídas que serão pagas com recursos financeiros livres, conforme evidenciado na nota explicativa nº 4 de caixa e equivalentes de caixa. Compõem o grupo de Outras contas a pagar: a conta depósito para garantia contratual que se refere a exigência de garantia a fim de assegurar a execução de contrato nos casos de licitação, onde modalidades que a Companhia trabalha são caução em dinheiro, seguro-garantia e fiança bancária; e a conta de depósitos não identificados são os valores creditados nas contas bancárias e que ainda não foram identificados. Ao final do exercício de 2023 a conta Fornecedores e Outras Contas a Pagar acumulou o saldo de R$ 28.896, aumento de R$ 4.943 em relação ao exercício de 2022, que acumulou o saldo de R$ 23.953. Essa redução deve-se ao cumprimento das relações contratuais pela Companhia perante os seus fornecedores, com os pagamentos realizados dentro do prazo previsto.

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

As mutações ocorridas no 4º trimestre de 2023 referente aos empréstimos, financiamentos e debêntures, com suas respectivas taxas de juros, vencimentos e saldos devedores estão descritas abaixo:

Descrição	Banco Sofisa - CCB	Banco Santander - CCB	Debêntures 1ª Emissão - Série única	Total
Taxas de Juros Anual	13,3537%	2,97% + CDI	4,00%	-
Indexador	-	-	CDI	-
Término do Contrato	26/07/2023	12/01/2027	19/01/2028	-
Saldo Devedor em 31/12/2022	**6.253**	**-**	**-**	**6.253**
(+) Adições	-	60.000	370.000	430.000
(-) Amortizações	(6.509)	(15.385)	-	(21.894)
(+) Juros/Variação monetária	256	8.242	-	8.498
Saldo Devedor em 31/12/2023 (antes dos custos de transação)	**-**	**52.857**	**370.000**	**422.857**
(-) Custos de transação	-	(1.310)	(4.986)	(6.296)
Saldo Devedor em 31/12/2023 (após os custos de transação)	**-**	**51.547**	**365.014**	**416.561**
%	0,0	12,4	87,6	100,0
Empréstimos e Financiamentos				51.547
Debêntures				365.014

Apresentamos a seguir, o perfil da divida dos empréstimos, financiamentos e debentures, em relação ao cronograma de vencimento.

Descrição	Debêntures 1ª emissão - série única	Empréstimos	Saldo devedor	%
Até 12 meses	-	17.143	17.143	4,1
de 13 a 24 meses	120.000	17.143	137.143	32,4
de 25 a 36 meses	120.000	17.143	137.143	32,4
de 37 a 48 meses	120.000	1.428	121.428	28,7
de 48 a 60 meses	10.000	-	10.000	2,4
Total	**370.000**	**52.857**	**422.857**	**100**

14.1. DESCRITIVOS DOS EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES:

					Pagamentos	
Descrição	Período de Emissão	Vencimento Final	Valor Contratado	Quantidade de Debêntures	Amortização	Juros
Banco Santander - CCB	2023	2027	60.000	-	Mensal	Mensal
Debêntures 1ª emissão - Série Única	2023	2028	370.000	370.000	2025	Mensal

14.2. COMPOSIÇÃO POR VENCIMENTO DO DESEMBOLSO FINANCEIRO DOS EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES – As amortizações do principal e dos encargos financeiros incorridos de empréstimos, financiamentos e debêntures vencíveis a curto e longo prazo obedecem ao seguinte cronograma de liquidação:

Descrição	2024	2025	2026	2027	2028	Saldo em 31/12/2023
Banco Santander	17.143	17.143	17.143	1.428	-	52.857
Debêntures 1ª Emissão	-	120.000	120.000	120.000	10.000	370.000
Total Programado por ano	**17.143**	**137.143**	**137.143**	**121.428**	**10.000**	**422.857**

14.3. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES – (i) Banco SOFISA – A Companhia adquiriu em 25 de julho de 2019 um contrato de empréstimo junto ao Banco SOFISA, tipo CCB para capital de giro com as seguintes características: taxa de juros de 14,57% a.a., em 54 parcelas, sendo: 06 meses de carência e 48 amortizações. A data de liquidação do empréstimo é em 26 de julho de 2023. Na operação, a Companhia deu como garantia o direito de recebimento das faturas de água, coleta e tratamento de esgoto, totalizando o montante da garantia de R$ 3.000.000. Salienta-se que o referido valor é desbloqueado, mensalmente, no momento em que o pagamento da parcela do empréstimo é efetuado. Em novembro de 2021 foi reconhecido na contabilidade a renegociação da redução da taxa de juros do empréstimo que baixou de 14,57% a.a. para 13,35% a.a. O empréstimo foi liquidado em 26/07/2023. **(ii) Banco SANTANDER –** Em 12 de janeiro de 2023, a Companhia captou R$ 60 milhões junto ao Banco Santander, tipo CCB, para serem destinados à renovação da frota de veículos pesados e capital de giro com as seguintes características: taxa de juros pré-fixada de 2,97% a.a. atrelado a CDI de taxa pós-fixada, em 48 meses, sendo: 06 meses de carência e 42 amortizações fixas de R$ 1.428.571. A data de liquidação do empréstimo é em 12 de janeiro de 2027. Para concretização da operação, foi assinado um Instrumento de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios com o Banco Santander. Assim, a Companhia pactuou a cessão dos direitos creditórios decorrentes do Contrato de Arrecadação nº 22.01986 firmado entre a Companhia e o Banco na data de 9 de setembro de 2022, dando como garantia o fluxo de recebíveis equivalente a 2,5 (duas e meia) parcelas de principal mais juros remuneratórios mensais, acrescido dos demais encargos previstos na Célula, até a integral liquidação das Obrigações Garantidas naquele mês, sendo, após a liquidação, liberada a garantia para a Companhia. **(iii) Debêntures –** Com a finalidade de financiar a conclusão das obras em andamento, que visam garantir a continuidade da empresa, bem como garantir o cumprimento das metas universais do Saneamento até 2033, a Companhia, em 19 de janeiro de 2023, por meio do coordenador líder – O Banco Santander (Brasil) S.A., sob regime de firme de colocação para a totalidade do Valor Total da Emissão, em Série Única, realizou a 1ª emissão de debêntures simples e, portanto, não conversíveis em ações pela emissora, sendo emitidas 370.000 (trezentas e setenta mil) debêntures simples com o valor nominal unitário de R$1.000,00 (um mil reais), totalizando um montante de R$ 370 milhões. A data do vencimento final das debêntures ocorrerá ao término do prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de emissão, vencendo, portanto, em 19 de janeiro de 2028 ("data de vencimento"), ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das debêntures ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das debêntures, conforme previstas na escritura de emissão. As debêntures serão subscritas, a qualquer momento, a partir da data de início de distribuição, conforme informada no comunicado a que se refere o artigo 7-A da Instrução Normativa CVM 476, durante o prazo de colocação das debêntures previsto no artigo 8-A, da Instrução CVM 476, sendo que as debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo seu Valor Nominal Unitário, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos estabelecidos pela B3. Os pagamentos das parcelas do serviço da dívida serão feitos mediante aporte do valor devido na conta de liquidação da operação, utilizando-se dos procedimentos adotados pela B3. Ocorrendo impontualidade no pagamento, de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor inadimplido e juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês calculados pro rata temporis. A Caern poderá, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos debenturistas realizar o resgate antecipado da totalidade, mas não parcialmente, das debêntures a partir do 24º (vigésimo quarto) mês a contar da Data da Emissão, ou seja, a partir de 19 de janeiro de 2025. No referido contrato, a CAERN deu como garantia os recebíveis decorrentes dos serviços prestados pela Companhia em municípios com contrato, desde que estejam livres e desembaraçadas de todo e qualquer ônus (exceto pela Cessão Fiduciária). O valor garantido corresponde a 130% da próxima prestação do serviço da dívida. **14.3.1. Cláusulas Contratuais restritivas – Covenants –** Os covenants e as cláusulas restritivas vinculados aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão demonstrados a seguir:

(i) Covenants de contratos da 1ª Emissão de Debêntures

Índice	Limite
Dívida líquida financeira / EBITDA	Igual ou inferior a 3,5

Para o contrato da 1ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, a Companhia, além de concluir os empreendimentos e dar funcionalidade a eles, deverá manter durante toda a vigência do contrato o índice limite, apurados trimestralmente e relativos aos valores acumulados nos últimos 12 (doze) meses. Caso a Companhia não conclua as obras ou descumpra os covenants, se não sanado em até 10 dias consecutivos contados do respectivo descumprimento, o agente fiduciário poderá solicitar o vencimento antecipado da dívida.

15. PASSIVO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

Os valores registrados em arrendamentos representam o valor presente das obrigações financeiras futuras mínimas, reflexo da adoção inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16. Os contratos possuem vencimento até dezembro de 2026, com amortizações e juros pagos mensalmente. A média ponderada da taxa de desconto aplicada foi de 16,06% a.a. para locação de veículos, bens imóveis e equipamentos.

As mutações ocorridas no 4º trimestre de 2023 referente aos arrendamentos, com suas respectivas taxas de juros, vencimento e saldos devedores estão descritas abaixo:

	Saldo em 31/12/2022	(+) Adições	(–) Amortizações	(+) juros / Var. Monetária	(+ /–) Transferências	Saldo em 31/12/2023
CIRCULANTE						
Arrend Mercantil - Direito de Uso	15.340	123	(18.266)	2.548	7.648	7.393
	15.340	**123**	**(18.266)**	**2.548**	**7.648**	**7.393**
NÃO CIRCULANTE						
Arrend Mercantil - Direito de Uso	10.138	1.096	-	-	(7.648)	3.586
	10.138	**1.096**	**-**	**-**	**(7.648)**	**3.586**
Total	**25.478**	**1.219**	**(18.266)**	**2.548**	**-**	**10.979**

15.1. COMPOSIÇÃO POR VENCIMENTO DOS ARRENDAMENTOS

As amortizações do principal e dos encargos financeiros incorridos de arrendamentos vencíveis a curto e longo prazo obedecem ao seguinte cronograma de liquidação:

Descrição	2024	2025	2026	2027	Saldo em 31/12/2023
Arrendamentos	7.393	3.087	474	25	10.979
Total Programado por ano	**7.393**	**3.087**	**474**	**25**	**10.979**

O saldo em 31/12/2023 está demonstrado a seguir:

			31/12/2023	31/12/2022
	Pagamentos Futuros Mínimos	Encargos Financeiros	Valor Presente dos Pagamentos Futuros	Valor Presente dos Pagamentos Futuros
Arrendamentos				
Até um ano	8.439	(1.046)	7.393	15.340
Mais de um ano e menos que dois anos	3.408	(321)	3.087	6.636
Mais de dois anos e menos de três anos	488	(14)	474	3.048
Mais de três anos e menos de cinco anos	27	(2)	25	454
	12.362	**(1.383)**	**10.979**	**25.478**

No que diz respeito ao arrendamento, é possível verificar uma variação significativa ao comparar o saldo do exercício de 2023, que acumulou o quantitativo de R$ 10.979 com o exercício de 2022, que acumulou o quantitativo de R$ 25.478, no qual resultou em uma variação de R$ 14.499. Essa variação refere-se à conclusão de alguns contratos de arrendamento.

16. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	31/12/2023	31/12/2022
Impostos e contribuições a recolher		
Programa de Integração Social (PIS)	1.053	1.058
Cont. Financ. da Seguridade Social (COFINS)	4.930	5.014
Taxa de Licença Municipal	1	1
Taxa de Limpeza Pública	-	-
Taxa de Permissão Especial de Uso da faixa de Domínio – DNIT	215	-
ICMS	31	8
Taxa de Licença Estadual	4	6
Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)	11	11
Taxa de Fiscalização a Pagar	8.136	7.020
CSLL a Recolher	-	214
IRPJ a Pagar - Estimativa	-	4.130
CSLL a Pagar - Estimativa	933	3.323
IRPJ – Reinvestimento SUDENE	1.593	-
PIS Diferido	310	-
COFINS Diferido	1.428	-
	18.645	**20.785**
Tributos retidos a recolher		
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	4.622	2.972
Imposto sobre Serviços (ISS) Retido na Fonte	591	480
INSS Retido na Fonte	1.267	832
Contribuições Sociais Retidas na Fonte	381	362
	6.861	**4.646**
Total das Obrigações Tributárias	**25.506**	**25.431**

17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	31/12/2023	31/12/2022
Folha de pagamento e encargos		
Salários a pagar dos funcionários	9.500	8.955
Participação no lucro e resultado (PLR)	10.782	3.437
Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS)	4.853	4.699
Contribuição Sindical	-	-
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	1.604	1.533
Sesi / Senai / Sebrae	45	108
Consignações a recolher	2.951	1.864
	29.735	**20.596**
Férias e encargos	22.965	21.204
	52.700	**41.800**

18. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO E ACORDOS JUDICIAIS

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Acordos Judiciais	4.132	2.994
Benefícios pós-emprego	1.004	2.958
	5.136	**5.952**
Não-Circulante		
Acordos Judiciais	-	-
Benefícios pós-empego	183	456
	183	**456**
Total Líquido	**5.319**	**6.408**

Em 31/12/2023, os acordos judiciais e os benefícios pós-emprego apresentam o saldo de R$ 5.319, variação de R$ 1.089 em relação a 2022 que apresentou o valor de R$ 6.408.

18.01. ACORDOS JUDICIAIS

	31/12/2023	31/12/2022
Precatórios a pagar	4.132	2.994
Total Líquido	**4.132**	**2.994**

Informamos que o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, por meio da Procuradoria Geral do Estado (PGE), ajuizou Medida Cautelar para Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – direito de execução judicial por precatório, conforme processo número único 0083147-05.2018.1.00.0000. Em 14 de fevereiro de 2020, o Supremo Tribunal Federal (STF) "julgou procedente o pedido para suspender as decisões judiciais nas quais se promoveram constrições patrimoniais por bloqueio, penhora, arresto, sequestro e determinar a sujeição ao regime de precatórios à Companhia de Água e Esgoto do Rio Grande do Norte – CAERN". Em 30/11/2023, a companhia pagou as 17 ações que estavam classificadas nos precatórios trabalhistas de 2022 no valor de R$ 2.358 e 14 ações que estavam classificadas nos precatórios trabalhistas de 2023 no valor de R$ 761. Em 20/12/2023, foram pagas as 03 ações cíveis classificadas nos precatórios em 2022. Em novembro de 2023, foram classificadas nos precatórios, com vencimento em 2024, os precatórios trabalhistas e cíveis. O saldo no final do exercício de 2023 correspondente a R$ 4.132 é referente a 02 ações cíveis no valor de R$ 81, conforme ofício nº 6858/2023 – AUT/DIPRE do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, e 57 ações trabalhistas no valor de R$ 3.677, conforme ofícios nº 007/2023 e nº 071/2023 do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região. Os precatórios estão sendo atualizados pela SELIC e o valor da atualização monetária do ano de 2023 corresponde a R$ 374.

18.02. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

	31/12/2023	31/12/2022
Benefícios pós-emprego – Passivo circulante	1.004	2.958
Benefícios pós-emprego – Passivo não circulante	183	456
	1.187	**3.414**

A Companhia adota procedimentos recomendados pelo Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (IAS 19) e CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (IAS 37), no tocante aos passivos decorrentes dos benefícios pós-emprego. A Companhia possui benefícios pós-emprego, destinados ao desligamento de empregados a partir da efetivação da rescisão do contrato de trabalho. Ao empregado que solicite demissão ou que receba aviso prévio, a Companhia concederá prêmio em 02 (duas) opções de premiação: **1° Opção:** O prêmio será pago em 28 (vinte e oito) parcelas mensais iguais e sucessivas, por cada ano de serviço efetivamente prestado à Companhia, no limite de 35 anos. **2° Opção:** O prêmio será pago no valor equivalente a 3 (três) pisos salariais vigentes por cada ano de serviço prestado à Companhia, no limite de 35 anos, sendo distribuído em 50% (cinquenta por cento) no ato da rescisão contratual e os outros 50% (cinquenta por cento) pagos em 15 (quinze) parcelas iguais e sucessivas.

19. PARCELAMENTO DE TRIBUTOS

As mutações ocorridas no período referente aos processos de parcelamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 estão descritas abaixo:

	Saldo em 31/12/2022	(+) Aderência	(–) Amortizações	(–) Compensações	(+) juros / Var. Monetária	(+ /–) Transferências	Saldo em 31/12/2023
CIRCULANTE							
Parcelamento da Lei Nº 11.941/2009	312	-	(317)	-	5	-	-
Parcelamentos MP 783/2017 PERT	42	-	(58)	-	-	58	42
Parcelamento Municipal	1.674	-	(1.825)	-	152	1.614	1.615
	2.028	**-**	**(2.200)**	**-**	**157**	**1.672**	**1.657**
NÃO CIRCULANTE							
Parcelamentos MP 783/2017 PERT	351	-	-	-	38	(58)	331
Parcelamento Municipal	4.388	-	-	-	-	(1.614)	2.774
	4.739	**-**	**-**	**-**	**38**	**(1.672)**	**3.105**
Total	**6.767**	**-**	**(2.200)**	**-**	**195**	**-**	**4.762**

19.1. PARCELAMENTO MP 783/2017 PERT – A Companhia, em outubro de 2017 obteve deferimento do Parcelamento Especial de Regularização Tributária - PERT, os quais abrange os débitos de natureza tributária e não tributária, por meio da Medida Provisória nº 783/2017 posteriormente convertida na Lei nº 13.496 de 24 de outubro de 2017. Os valores dos débitos foram consolidados em 19 de outubro de 2017, na importância de R$ 572.255, sendo parcelados em 148 (cento e quarenta e oito) parcelas. As 3 (três) primeiras parcelas foram na ordem de R$ 21.138. As demais parcelas restantes, no total de 145 (cento e quarenta e cinco), foram fixadas em R$ 3.509, atualizadas mensalmente pela taxa SELIC, acumulada mensalmente a partir da data do deferimento. A previsão de liquidação é janeiro de 2030. **19.2. PARCELAMENTO LEI 11.941/2009 –** A Companhia aderiu ao parcelamento da Lei 11.941/2009 junto a Secretaria da Receita Federal referente a débitos previdenciários. O valor da dívida foi consolidado em 30 de novembro de 2009, culminando no montante de R$ 4.842.614, sendo parcelados em 180 (centos e oitenta) parcelas. As 19 (dezenove) primeiras parcelas foram na ordem de R$ 1.794 cada. As demais parcelas restantes, 161 (cento e sessenta e uma) foram fixadas em R$ 30.078, atualizadas mensalmente pela taxa SELIC, acumulada mensalmente a partir da data do deferimento. A liquidação ocorreu em maio de 2023. Assim, no segundo semestre de 2023 as obrigações com o parcelamento da Lei 11.941/2009 cessaram. **19.3. PARCELAMENTO MUNICIPAL –** Refere-se aos parcelamentos das dívidas tributárias firmadas junto a Prefeitura Municipal de Mossoró e Prefeitura Municipal de Natal. **19.3.1 Parcelamento Municipal – Mossoró –** A Companhia possui 2 (dois) parcelamentos de dívidas tributárias junto com a Prefeitura Municipal de Mossoró, referente a: (a) multa ambiental e (b) alvarás em aberto antes de 2017. **(a) Multa ambiental:** em maio de 2019, a CAERN firmou com a Secretaria de Tributação de Mossoró o parcelamento da dívida referente multa ambiental, na ordem de R$ 221.977. O parcelamento foi acordado em 60 (sessenta) parcelas fixas de R$ 3.699, sendo atualizadas no início de cada exercício financeiro pelo IPCA-E. A 1° (primeira) parcela teve início em maio de 2019 e sua liquidação tem previsão de ocorrer em abril de 2024. **(b) Alvarás em aberto antes de 2017:** em maio de 2019, a Companhia firmou com a Secretaria de Tributação de Mossoró o parcelamento da dívida referente aos alvarás em aberto antes de 2017, na ordem de R$ 222.750. O parcelamento foi acordado em 60 (sessenta) parcelas fixas de R$ 3.712, sendo atualizadas no início de cada exercício financeiro pelo IPCA-E. A 1° (primeira) parcela teve início em maio de 2019 e sua liquidação tem previsão de ocorrer em abril de 2024. **19.3.2 Parcelamento Municipal – Natal –** No segundo semestre de 2022, com intuito de regularizar a situação dos débitos referentes à cobrança de taxas de limpeza e contribuição de iluminação pública (COSIP) junto Fazenda Municipal de Natal, a Companhia realizou o levantamento do montante da dívida, configurando-se na ordem de R$ 13.655.008. Nos moldes do Decreto nº 12.419/2021, o valor da dívida se converteu na importância de R$ 6.897.674. Após proposta de parcelamento apresentada pela Secretaria Municipal de Tributação de Natal (SEMUT) à Companhia, atrelada a autorização pelo Conselho de Administração da CAERN, o valor da dívida, na ordem de R$ 6.897.674, foi parcelada em 48 (quarenta e oito) parcelas, acompanhada dos descontos concedidos pela SEMUT – desconto nos juros integrantes do montante do crédito tributário consolidado e dos juros futuros integrantes as parcelas. A primeira parcela do parcelamento ocorreu em outubro de 2022, cujo valor na ordem de R$ 689.767, foi equivalente a 10% (dez por cento) da dívida. As demais parcelas, 47 (quarenta e sete) parcelas restantes, foram fixadas em R$ 132.083, cuja liquidação tem previsão de ocorrência em setembro de 2026.

20. COMPROMISSO CONTRATO DE CONCESSÃO

A Companhia firmou com a Prefeitura de Parnamirim o Convênio nº 18.00007, com o objetivo de estabelecer a cooperação financeira que possibilitasse o repasse de recursos para adimplemento dos valores dos investimentos previstos no Contrato de Programa nº 18.001 que tem como objeto a prestação dos serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, com vigência prorrogada até 2051, amparada pelo Decreto Estadual 30.939/2021. Os recursos repassados pela Companhia viabilizarão o cumprimento das obrigações das obras do Sistema de Esgotamento Sanitário conveniada pelos termos de compromisso nº 190.501-58/2006 (FGTS) e nº424.400-04/2014 (OGU). O cronograma de desembolso financeiro definido no I Termo Aditivo ao contrato de Convênio nº 18.00007, foi redefinido em dezembro de 2023 com a assinatura do II Termo Aditivo, no qual foi viabilizado a antecipação do cronograma dos repasses financeiros, cujo objeto é a cooperação financeira entre o Município de Parnamirim e a Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte. O desembolso financeiro se dará da seguinte forma: três parcelas no valor de R$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) e uma parcela no valor de R$ 7.050.000,00 (sete milhões e cinquenta mil reais), conforme tabela abaixo:

CONVÊNIO 18.00007 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM - RN

ANO	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	TOTAL
Programado	950	6.000	6.000	6.000	8.000	12.050	-	-	**39.000**
Realizado	950	6.000	6.000	6.000	8.000	-	-	-	**26.950**
								Total em 31/12/2023	**12.050**

Na data base de dezembro de 2023 foi realizado o pagamento da 47ª (quadragésima sétima) parcela do referido contrato, no valor de R$ 500.000, e a 1ª (primeira) parcela referente ao adiantamento no valor de R$ 2.500, totalizando nesta data um desembolso total de R$ 26.950. O compromisso financeiro assumido dentro do contrato de convênio foi registrado como ativo intangível, conforme preceitua o instrumento contratual firmado, iniciando em 01/12/2019 a amortização pelo método linear de acordo com a vigência do contrato de programa. As mutações ocorridas no período referente aos compromissos de contratos de concessão da Companhia, estão descritos abaixo:

Circulante	31/12/2022	(–) Adições	(–) Amortizações	(+) juros / Var. Monetária	(+ /–) Transferências	31/12/2023
Compromissos Contrato de Concessão						
Contrato de Concessão - Parnamirim	6.000	-	(8.000)	-	14.050	12.050
Não-Circulante						
Compromissos Contrato de Concessão						
Contrato de Concessão - Parnamirim	14.050	-	-	-	(14.050)	-
Total dos Compromissos Contrato de Concessão	**20.050**	**-**	**(8.000)**	**-**	**-**	**12.050**

21. JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO E DIVIDENDOS A PAGAR

21.1. JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO (JCP) – Conforme art. 112 do Estatuto da Companhia, os dividendos devem ser apropriados, no mínimo, em 25% do lucro líquido ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76, podendo a eles serem imputados, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais nos termos da Instrução Normativa 1700/2017 da Receita Federal e regulamentação posterior, o valor dos juros sobre capital próprio (JCP) pagos ou creditados, individualmente aos acionistas e como remuneração do capital próprio. Os Juros sobre o Capital Próprio (JCP), a título de distribuição de lucros, estipulados pela Lei 9.249/95 e regulamentados pela IN 1700/2017 da RFB, sendo seu valor máximo calculado na forma desta IN art. 75 § 2° e § 3° que impõe que o valor máximo do JCP não poderá ultrapassar 50% do lucro líquido (usado para fins de cálculo da JCP), sendo este lucro apurado após dedução da Contribuição Social e antes do Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica. Então, após a apuração do Juros Capital Próprio, ainda de acordo com a referida instrução normativa da RFB, ele será deduzido da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social para a apuração de um novo Lucro Líquido. **21.2. DISTRIBUIÇÃO LUCROS –** Considerando a continuidade da Companhia e atendendo o exposto em seu estatuto e na lei 9.580/2018, artigo 355, § 3°, a administração decidiu atribuir neste exercício o valor de R$ 16.457 para distribuir a título de JCP. O montante equivale ao valor do lucro líquido ajustado do exercício de 2023 (Nota 21.1.1), distribuídos da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Dividendos Obrigatórios (JCP Mínimo)	9.166	396
Dividendos Adicionais Propostos	7.291	1.188
(=) Total a Distribuir	**16.457**	**1.584**

Saldo do Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial JCP e dividendos a pagar	**404**	**32.647**
(+) Destinação de lucros para JCP e Dividendos	9.166	397
(+) Aprovação pela AGE dos Dividendos Adicionais Propostos para distribuição	-	-
(-) Pagamentos JCP e Dividendos	(395)	(32.640)
(=) Saldo Final JCP e Dividendos a pagar	**9.175**	**404**

- Continua -

- Continuação -

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE

CNPJ Nº 08.334.385/0001-35

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH

Verifica-se que no ano calendário de 2023, a Companhia promoveu a distribuição de lucros por meio do pagamento de Juros Sobre Capital Próprio, tendo esta metodologia atendido ao que preceitua a legislação societária vigente. **21.2.1. Distribuição dos Dividendos por ações** – Segundo o estatuto social da Companhia, em seu artigo 7º, inciso II, as ações preferenciais têm direito de recebimento de dividendo 10% (dez por cento) maior do que o atribuído às ações ordinárias, portanto, segue valores das ações ordinárias e preferenciais: Divisão Ações Preferenciais e Ordinárias (JCP):

	Quantidade de ações		Total a ser distribuído (em unidade de R$)		Valor unitário a pagar por ação (em unidade de R$)	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ações Ordinárias	1.408.593.157	1.408.593.157	16.246	1.583	0,011682	0,001124
Ações Preferenciais	156.909	156.909	211	1	0,012850	0,001237
Total	**1.408.750.066**	**1.408.750.066**	**16.457**	**1.584**		

22. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS – PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS
A Companhia registra provisões quando a Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, identifica que existe a probabilidade de perdas prováveis em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios. Atualmente, a Companhia possui algumas contingências trabalhistas, cíveis e tributárias em andamento, nas quais figuram no polo passivo. Em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião da assessoria jurídica da companhia, segue a seguinte forma: a) São constituídas provisões e divulgada Notas Explicativas – NE para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado provável; b) São divulgadas em Notas Explicativas às informações correspondentes às causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado possível; c) Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado remoto, somente são divulgadas em Notas Explicativas às informações que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações contábeis e financeiras.
Verifica-se que as provisões em 31 de dezembro de 2023 são compostas da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para Demanda Judicial		
Questões Trabalhistas	17.023	16.244
Questões Cíveis	20.727	21.076
Questões Ambientais	756	784
Questões Tributárias	573	2.357
	39.079	**40.461**
Depósitos Judiciais		
Depósitos Judiciais Ações Trabalhistas	(11.327)	(12.046)
Depósitos Judiciais Ações Cíveis	(5.170)	(3.936)
Depósitos Judiciais Ações Ambientais	(8.500)	-
Depósitos Judiciais Ações Tributárias	(2.952)	(3.085)
	(27.949)	**(19.067)**
Total Líquido	**11.130**	**21.394**

Período base findo em 31/12/2022	Provisão (sem a reclassificação)	(+/-) Reclassificação	Provisão (após a reclassificação)
Questões Cíveis	21.860	(784)	21.076
Questões Ambientais	-	784	784
	21.860	**784**	**21.860**

Em 16/09/2022 houve uma revisão da norma de provisionamento e contingenciamento de ações judiciais. Com a implementação da norma DD.P.A.08.0001.01, foram estabelecidos novos critérios e procedimentos para a identificação, mensuração e avaliação das provisões relacionadas às ações judiciais, com a finalidade de controlar riscos da companhia, em consonância com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Todos os processos judiciais da Companhia foram cadastrados no Sistema "Processo Ágil", com a inclusão de correção monetária, com o intuito de possibilitar a obtenção de relatórios gerenciais fidedignos. Tal medida, provocou uma mudança na forma de classificação dos processos judiciais, bem como ensejou na necessidade de o setor jurídico rever todo o acervo processual existente. Assim, no final do exercício de 2023, o saldo de Provisão para Demanda Judicial acumulou o montante de R$ 39.079, no qual está englobado o saldo das questões trabalhistas, cíveis, tributárias. Enquanto no exercício de 2022 acumulou o saldo de R$ 40.461, variação de R$ 1.382 de um ano para outro. Os Depósitos Judiciais acumularam o saldo de R$ 27.949 no exercício de 2023, contundo esses valores poderão ser "desbloqueados" em favor da CAERN, em relação ao processo judicial nº 0083147-05.2018.1.00.0000. A variação de R$ 8.882 do exercício de 2023 com relação ao ano de 2022 que acumulou R$ 19.067 deve-se aos seguintes fatores: **(a)** Levantamento de Depósitos Judiciais no valor de R$ 852, sendo a variação de um período para o outro de R$ 719 de Ações Trabalhistas e R$ 133 de Ações Tributárias, e depósitos judiciais de ações cíveis no valor de R$ 1.234. **(b)** Os depósitos judiciais ambientais, apresentou a variação mais significativa dentre as demais englobadas nesta conta, motivada principalmente pela celebração do acordo judicial, no âmbito da ação civil pública nº 0862589-29.2022.8.20.5001, firmado entre a CAERN, IDEMA e Ministério Público do Estado do RN, no qual foi depositado em juízo, no dia 28/06/2023, uma caução no valor de R$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais) para garantir recursos para a obra da ETE de Ponta Negra/Rota do Sol. Os levantamentos dos recursos será de forma parcial, em periodicidade semestral, à medida que for a CAERN for comprovando a realização das etapas da obra. Ante o exposto, o total líquido das provisões jurídicas, ao final do exercício de 2023, acumularam o valor líquido de R$ 11.130, após o confronto do saldo da provisão para demanda judicial com o saldo dos depósitos judiciais. **22.1. AÇÕES COM RISCO DE PERDA PROVÁVEL – QUESTÕES TRABALHISTAS** – Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia é parte em 72 (setenta e duas) ações trabalhistas, onde a assessoria jurídica classifica como provável a perda. Ações essas movidas por empregados, ex-empregados, contratados e terceirizados, cujos pedidos se classificam em pagamentos de diferença sobre horas extras, diferença salarial, intervalo intrajornada, rescisões, adicional de insalubridade e periculosidade, natureza salarial do Vale-alimentação, e verbas devidas em razão da responsabilidade subsidiária.
A composição dos principais processos trabalhistas é demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Questões Trabalhistas		
SINDÁGUA - Sindicato (a)	10.626	10.246
Incorporação vale alimentação (b)	1.700	3.575
Demais processos (c)	4.697	2.423
Total dos processos trabalhistas	**17.023**	**16.244**

a) Ação impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgotos e Meio Ambiente, no Estado do Rio Grande do Norte - SINDÁGUA, sob o nº 0001120-03.2016.5.21.0004 contra a Companhia. Trata-se de ação coletiva proposta pelo sindicato, como representante da categoria, em que pleiteia a declaração da natureza salarial de benefício por ACT (vale alimentação). Sendo o processo em curso, remetido ao Tribunal Superior do Trabalho para processar recurso, pela análise jurisprudencial vigente, o corpo jurídico da Companhia promoveu uma redução no valor da provisão, haja vista que houve vários benefícios estão citados no item "b", conforme abaixo. b) A companhia possui 27 processos trabalhistas de cunho individual, em 31 de dezembro de 2023, onde os autores solicitam o reconhecimento do vale alimentação como de natureza salarial. c) Os demais processos trabalhistas são constituídos de demandas advindas de periculosidade, adicional de insalubridade, horas extras e pagamento de férias em dobro, totalizando o quantitativo de 44 processos em 31 de dezembro de 2023.

22.2. AÇÕES COM RISCO DE PERDA PROVÁVEL – QUESTÕES CÍVEIS/JUIZADO – A Companhia, em 31 de dezembro de 2023, é parte em 853 (oitocentos e cinquenta e três) processos cíveis classificados com risco de perda provável, no âmbito da justiça cível, no juizado especial e do Programa de Orientação e Proteção ao Consumidor – PROCON, movidos por consumidores, sendo a maioria referente a pedidos de indenização por danos morais.
A seguir é apresentada a composição dos principais processos cíveis:

	31/12/2023	31/12/2022
Questões Cíveis		
Processos Administrativos (a)	366	353
Demais processos (b)	20.361	20.723
Total dos processos cíveis	**20.727**	**21.076**

a) Os processos administrativos, no total de 3 (três) processos foram classificados como processos cíveis, entre eles o processo nº 0819465-64.2020.8.20.5001 da Cinte Telecom Comercio e Serviços LTDA, no valor de R$ 366; b) Os demais processos cíveis são constituídos de cobranças indevidas, indenizações por danos morais e materiais, totalizando o quantitativo de 850 processos em 31 de dezembro de 2023, entre eles os processos do Ministério Público do Rio Grande do Norte, por meio dos processos nº 0116784-45.2011.8.20.0001 no valor de R$ 8.630, processo nº 0000006-35.2003.8.20.0142 de responsabilidade civil sobre um dano ambiental no valor de R$ 888 e o processo do Serviço Social do Comércio - SESC de nº 0829315-45.2020.8.20.5001 no valor de R$ 622.

22.3. AÇÕES COM RISCO DE PERDA PROVÁVEL – QUESTÕES AMBIENTAIS – A Companhia, em 31 de dezembro de 2023, é parte em 3 (três) processos ambientais classificados com risco de perda provável, entre eles o processo nº 0808565-60.2020.4.05.8400 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, no valor de R$ 452. A seguir é apresentada a composição dos processos ambientais:

	31/12/2023	31/12/2022
Questões Ambientais		
Processos Ambientais	756	784
Total dos processos Ambientais	**756**	**784**

22.4. AÇÕES COM RISCO DE PERDA PROVÁVEL - QUESTÕES TRIBUTÁRIAS – A Companhia, em 31 de dezembro de 2023, é parte em 33 (trinta e três) ações e procedimentos tributários classificados com risco de perda provável. A referida classificação foi elaborada a partir da avaliação da assessoria jurídica, de entendimentos jurisprudenciais, bem como de soluções de consulta emitidas por órgãos fazendários. Os processos de natureza tributária são referentes a questões ligadas, principalmente, à cobrança de impostos, onde a companhia solicita o reconhecimento do direito à Imunidade Recíproca, ensejando no não pagamento dos impostos, bem como na cobrança de taxas de licenciamento e funcionamento. A partir do exposto, a companhia utilizou-se do referido precedente para fortalecer sua defesa perante as fazendas municipais, logrando êxito em várias delas. Além disso, formalizou-se vários processos administrativos solicitando o reconhecimento da Imunidade tributária.
A composição dos principais processos tributários é a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Questões Tributárias		
Taxa de licenciamento (0616533-38.2009.8.20.0001) (a)	-	408
Demais processos (b)	573	1.949
	573	**2.357**

a) Refere-se a cobrança de taxa de licenciamento do estabelecimento, por meio do processo nº 0616533-38.2009.8.20.0001, onde a Prefeitura do Natal promove a execução fiscal. Verifica-se que houve mudança de entendimento jurisprudencial, ensejando na mudança de classificação de risco; b) Nos demais processos, estão contidas demandas onde a CAERN figura como substituto tributário do ISS, onde o município alega que o referido tributo não foi recolhido ao ente tributante, bem como ações relacionadas ao recolhimento de tributos federais.

22.5. PASSIVOS CONTINGENTES - RISCO DE PERDA POSSÍVEL/REMOTA – A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não estão registradas no Balanço Patrimonial, pois envolvem risco de perda classificadas pelos representantes legais (advogados) como possível e remota. Em 31 de dezembro de 2023, a CAERN possui 1.675 (um mil, seiscentas e setenta e cinco) ações classificadas com risco de perda possível. Dentre essas ações destacam-se as seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
Passivos Contingentes – Risco de Perda Possível		
Processo Administrativo (0215748-15.2007.8.20.0001) (a)	-	44.816
Processo Cível (0101386-23.2014.8.20.0108) (b)	-	25.551
Processo Cível (0816338-06.2021.8.20.5124) (c)	15.193	15.193
Demais processos (d)	82.429	128.066
	97.622	**213.626**

a) O Ministério Púbico do Rio Grande do Norte, por meio do processo nº 0215748-15.2007.8.20.0001, ajuizou uma ação acerca de responsabilização administrativa e civil sobre os procedimentos administrativos adotados pela Companhia. Verifica-se que houve mudança de entendimento jurisprudencial, ensejando na mudança de classificação de risco; b) Refere-se ao pleito de indenização por dano moral coletivo, por meio do processo nº 010386-23.2014.8.20.0108, em decorrência do odor da água fornecida no Município de Pau dos Ferros. Verifica-se que houve mudança de entendimento jurisprudencial, ensejando na mudança de classificação de risco. c) A Empresa Construtora A. Gaspar S/A, por meio do processo nº 0816338-06.2021.8.20.5124, ingressou com uma ação contra a Caern acerca de obrigações contratuais; d) Nos demais processos contingentes, classificados com risco de perda possível, são constituídos de demandas advindas de multas e sanções ambientais, de cobranças indevidas, indenizações por danos morais e materiais, como também demandas de cunho trabalhista, totalizando o quantitativo de 1.674 processos em 31 de dezembro de 2023.
Quanto às ações classificadas como de risco remoto, verifica-se que a Companhia é parte em 638 (seiscentas e trinta e oito) ações, distribuídas nas áreas trabalhistas, tributárias e cíveis. Dentre essas ações destaca-se a seguinte: Celebração do acordo judicial, no âmbito da ação civil pública nº 0862589-29.2022.8.20.5001, firmado entre a CAERN, IDEMA e Ministério Público do Estado do RN, no qual foi depositado em juízo, no dia 28/06/2023, uma caução no valor de R$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais) para garantir recursos para a obra da ETE de Ponta Negra/Rota do Sol. Os levantamentos dos recursos será de forma parcial, em periodicidade semestral, à medida que for a CAERN for comprovando a realização das etapas da obra. **22.6. ATIVOS CONTINGENTES** – A Companhia possui ativos cuja expectativa de ganho é provável, um desses ativos contingentes está relacionado com decisão expedida em 03/02/2022 em favor da Companhia do precatório nº 2021.84.00.001.201364, que trata da ação de cobrança judicial de serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos, de faturas em atraso da UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte). A Companhia espera um recebimento futuro de R$ 7.972. Outro ponto importante refere-se a tese da Imunidade tributária, onde a companhia alega ser equiparada a uma fazenda pública, por exercer uma atividade essencial e sem participar de um ambiente competitivo, salienta-se que outras companhias, com estrutura acionária similar à CAERN, tiveram o direito reconhecido perante o Supremo Tribunal Federal -STF. Ainda, cabe destacar que a Companhia entrou com o pedido de reconhecimento da Imunidade Tributária em impostos federais, por meio do processo nº 0003804-05.2009.4.05.8400, perante a Quarta Vara Federal do Rio Grande do Norte. Em 2015, o processo, em questão, foi apreciado pelo Supremo Tribunal Federal, por meio do Recurso Extraordinário nº 858.893, ocasião em que o Relator, Ministro Luiz Fux, classificou o pedido de reconhecimento da Imunidade Recíproca à CAERN como um caso similar e que já está sendo analisado por meio de Repercussão Geral, tema 508 – Recurso Extraordinário 600.867, onde a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP solicitava o reconhecimento da Imunidade Recíproca num processo de cobrança de Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana-IPTU do município de Ubatuba. Em 2020, o STF julgou o mérito do tema 508, no sentido que as empresas que possuam participação acionária em Bolsa de Valores e que estejam voltadas à remuneração do capital de seus controladores ou acionistas, não estão abrangidas pela tese da Imunidade Tributária Recíproca. No entanto, o caso da CAERN é distinto do caso da SABESP, visto que a Companhia é uma empresa de capital fechado, não possui participação acionária em Bolsa de Valores, nem tão pouco possui a sua atividade voltada para a remuneração do capital de seus controladores ou acionistas. Portanto, o entendimento adotado não deveria ter sido aplicado a Companhia, uma vez que as demais empresas de economia mista, que atuam no setor de saneamento básico, equiparadas a CAERN, obtiveram o reconhecimento da Imunidade Recíproca perante o Supremo Tribunal Federal-STF, dentre elas cita-se: Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia-CAERD, Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A – EMBASA e Companhia Espírito Santense de Saneamento – CESAN. Dessa forma, é provável a entrada de benefícios econômicos no caixa da Companhia com o reconhecimento da Imunidade Tributária Recíproca em favor da Companhia.

23. RECEITA DIFERIDA

Receita Diferida	31/12/2023	31/12/2022
Receita Diferida da Subvenção Governamental	770.503	761.929
Receita Diferida da Operação Financeira	513	1.073
Total da Receita Diferida	**771.016**	**763.002**

23.1. RECEITA DIFERIDA DA SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL – Na rubrica subvenção governamental são reconhecidos os valores financeiros que foram repassados à Companhia pela União Federal (contratante) e pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte (contratada), visando cumprir os contratos de repasse que foram firmados, onde a Companhia figura como interveniente executor, haja vista possuir o conhecimento técnico acerca da execução das obras de saneamento no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte. Em obediência ao CPC 07 (subvenções governamentais), verifica-se que os repasses financeiros recebidos pela CAERN, advindos de repasses de verbas do OGU – Orçamento Geral da União e do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, são registrados por meio da contabilização da subvenção governamental, onde a referida rubrica será reconhecida no resultado da CAERN como receita concomitantemente a realização da despesa de amortização dos bens que foram construídos, conforme preceitua o item 17 do CPC 07.

23.2. RECEITA DIFERIDA DA OPERAÇÃO FINANCEIRA – Em 2019, o Governo do Estado do Rio Grande do Norte e o Banco do Brasil, firmaram entre si o contrato de prestação de serviços financeiros Nº 004/2019. Conforme observa-se no Anexo X - Lista Administração Indireta, a Companhia foi inclusa no referido contrato, sendo destinada a quantia de R$ 2.800, o qual será realizado em 60 (sessenta) meses. Até o final da competência de dezembro de 2023, foi reconhecida como receita diferida da operação financeira a proporção de 49/60 avos desse valor, totalizando R$ 2.286 apropriados da forma apresentada na tabela a seguir:

ANO	2019	2020	2021	2022	2023	2024	TOTAL
Programado	46	560	560	560	560	513	**2.800**
Realizado	(46)	(560)	(560)	(560)	(560)	-	**(2.286)**
					Saldo em 31/12/2023		**513**

As mutações ocorridas no período referente as receitas a apropriar da Companhia, estão descritas a seguir:

	31/12/2022	(–) Adições	(–) Amortizações	(+) juros / Var. Monetária	(+/–) Transferências	31/12/2023
Receita a Apropriar						
Receita a Apropriar- Diferida	1.073	-	(560)	-	-	513
Total	**1.073**	**-**	**(560)**	**-**	**-**	**513**

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
24.1. CAPITAL SOCIAL – O capital subscrito integralizado está apresentado, nos últimos dois anos, da seguinte forma:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Quantidade de Ações	%	Quantidade de Ações	%
Ordinárias	1.408.593.157	99,99%	1.408.593.157	99,99%
Preferenciais	156.909	0,01%	156.909	0,01%
	1.408.750.066	**100,00%**	**1.408.750.066**	**100,00%**

As ações preferenciais têm prioridade na distribuição de dividendos mínimos onde o seu recebimento, por ação, deve ser no mínimo 10% maior que o atribuído as ações do tipo ordinária. Atualmente, do total das ações ordinárias (com direito a voto), o Governo do Estado do Rio Grande do Norte participa com 97,22% do total de ações. Dentre os demais acionistas que possuem ações ordinárias, o que corresponde a 2,77%, destaca-se a Empresa Gestora de Ativos do Rio Grande do Norte – EMGERN (direito do Banco do Estado do Rio Grande do Norte – BANDERN) que possui 2,69%, a União Federal com um total de 0,07% e os demais acionistas com 0,01% das ações, sendo estes formados por órgãos estaduais, municipais e pessoas físicas. Já as ações preferenciais (sem direito a voto) pertencem 100% à União Federal, correspondendo a um percentual de 0,01% do total das ações. No dia 29 de abril de 2022, realizou-se uma assembleia geral ordinária e extraordinária, onde dentre os assuntos discutidos, destacou-se a destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Sobre o pagamento dos juros sobre capital próprio ao acionista majoritário, o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, foi realizado um encontro de contas dos débitos e compromissos que mantinham com a Companhia, como também o aumento de capital no valor de R$ 11.987, com o objetivo de fazer face ao cumprimento das metas de universalização do saneamento básico estabelecidas na Lei 14.026/2022 e do Decreto 10.710/2021. Com isso o capital social da CAERN passou de R$ 1.396.762 para R$ 1.408.750. **24.2. RESERVA DE CAPITAL** – A reserva de capital compreende incentivos fiscais e doações recebidas pela Companhia em exercícios anteriores e que poderá ser utilizada para: absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou compra de ações; resgate de partes beneficiárias; incorporação ao capital social e pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada, conforme descrito no art. 200 da Lei 6.404. **24.3. RESERVAS DE LUCROS** – **24.3.1. Reserva Legal** – É constituída no percentual de 5% do lucro líquido do período, sendo limitada até o limite de 20% do capital social. **24.3.2. Reserva de Incentivos Fiscais** – É uma reserva criada com intuito de destinar a parcela do lucro líquido do período advindo de doações ou subvenções governamentais para investimentos, conforme preceitua o art°195-A da Lei 6.404/76. **24.3.3. Reserva de Expansão** – Corresponde ao lucro remanescente, após constituição da reserva legal, da reserva de incentivos fiscais e antes da distribuição dos Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos. Os recursos destinados à reserva para investimentos serão aplicados em projetos de expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia. A Administração propõe, em relação ao ano calendário de 2023, a destinação do montante de R$ 63.912 dos Lucros Acumulados para a constituição de Reserva para Plano de Investimentos. Vale salientar que o referido assunto está sujeito à posterior aprovação da Assembleia dos Acionistas.

24.3.4. Dividendos Adicionais Propostos

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	62.624	12.165
(-) Constituição da Reserva Legal	(3.131)	(608)
(=) Lucro a distribuir:	**59.493**	**11.557**
(-) Constituição da Reserva de Incentivos Fiscais	(22.829)	(9.972)
Realização custo atribuído	43.706	45.667
(-) JCP a distribuir	(9.166)	(397)
(-) Constituição da Reserva de Expansão	(63.912)	(45.667)
(=) Dividendos Adicionais Propostos	**7.292**	**1.188**

De acordo com o estatuto da Companhia está estabelecido que os acionistas terão direito a receber, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado (nota 21.1.1). No ano de 2023 foi estipulado que será distribuído um valor acima do limite mínimo permitido de Juros Sobre Capital Próprio, conforme IN 1700 da RFB, a título de distribuição de lucros, na importância de R$ 16.458, ultrapassando, assim, os Dividendos mínimos obrigatórios que foram calculados em R$ 9.166. Ademais, segundo a Interpretação Técnica – ICPC 08, a parcela que exceder ao previsto legal ou estatutariamente deve ser mantida no patrimônio líquido, em conta específica, do tipo "dividendo adicional proposto", até a deliberação definitiva que vier a ser tomada pelos sócios. Ao fim do exercício de 2023 houve um excedente de R$ 7.292 mantido nesta conta. **24.4. LUCROS/PREJUÍZO POR AÇÃO** – **24.4.1. Básico e Diluído** – O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui potenciais ações ordinárias em circulação, como por exemplo, dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro (prejuízo) básico e o diluído por ação são iguais.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro/prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	62.624	12.165
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	1.408.750	1.408.750
Prejuízo/Lucro básico e diluído por ação (reais por ação)	**0,0445**	**0,0086**

24.5. OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES – Outros resultados abrangentes representa as alterações ocorridas no patrimônio líquido em um determinado período que não transitaram pela DRE – Demonstração do Resultado do Exercício. O Ajuste de Avaliação Patrimonial (AAP), refere-se a adoção de um novo custo atribuído a determinadas classes de ativos imobilizados e intangíveis. Ajustar o valor de um ativo é colocar em prática uma postura contábil amplamente difundida, a de valor justo, onde é devidamente suportado por laudos de avaliação patrimonial elaborados por empresa especializada, na qual a diferença entre o custo atribuído e o valor original contábil está demonstrada na conta de Ajuste de Avalição Patrimonial (AAP), nos termos do ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento. Essa conta registra a contrapartida das modificações de ativos a valor justo, que não transitaram pela DRE, ou seja, a realização dessa conta ocorre na mesma proporção das baixas, depreciações e amortizações dos bens registrados nos ativos imobilizado e intangível. Assim, para composição do valor mensurado deve ser observado que o somatório a movimentação da Realização do AAP do Imobilizado e intangível, assim como o montante das contas de Ajuste de avaliação patrimonial do PL e a diferença temporária do imposto de renda e da contribuição social. Ao final do período de dezembro de 2023, o saldo da conta contábil Ajuste de Avaliação Patrimonial apresentou o montante de R$ 886.733.619,04 (oitocentos e oitenta e seis milhões, setecentos e trinta e três mil, seiscentos e dezenove reais e quatro centavos). A movimentação da realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial da Companhia, até o momento, para o exercício de 2023 foi a seguinte:

	Saldo em 31/12/2022	(+) Adições	(–) Amortizações	Saldo em 31/12/2023
Outros Resultados Abrangentes				
Ajuste de Avaliação Patrimonial – AAP Imobilizado	68.982	-	(1.882)	67.100
Ajuste de Avaliação Patrimonial – AAP Intangível	861.458	-	(41.824)	819.634
Total	**930.440**	**-**	**(43.706)**	**886.734**

As adições em outros resultados abrangentes são referentes ao reconhecimento do incentivo SUDENE.

25. RECEITA LÍQUIDA

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas diretas de serviços de abastecimento d'água		
Tarifa residencial	642.528	562.700
Tarifa comercial	57.404	48.747
Tarifa industrial	12.673	11.471
Órgãos públicos	55.145	47.215
	767.750	**670.133**
Receitas indiretas de serviços de abastecimento d'água		
Ligações	3.275	2.942
Religações e sanções	12.552	8.482
Ampliações	2	-
Outras receitas indiretas	3.150	3.066
	18.979	**14.490**
Total das receitas serviços de abastecimento d'água	**786.729**	**684.623**
Receitas diretas de serviços de esgotos		
Tarifa residencial	116.056	98.633
Tarifa comercial	34.795	30.639
Tarifa industrial	15.244	13.996
Órgãos públicos	13.905	11.748
	180.000	**155.016**
Receitas indiretas de serviços de esgotos		
Ligações	362	314
Ampliações	-	5
Outras receitas indiretas	-	4
	362	**323**
Total das receitas de serviços de esgotos	**180.362**	**155.339**
Total do faturamento bruto de água e esgoto	**967.091**	**839.962**
Demais receitas		
Receita de Construção	123.717	39.884
Total das receitas brutas	**1.090.808**	**879.846**
(-) Deduções de impostos sobre receitas		
COFINS sobre receitas	(73.499)	(64.506)
PIS sobre receitas	(15.957)	(14.005)
Taxa de regulação sobre o faturamento	(14.726)	(12.993)
Total	**(104.182)**	**(91.504)**
Receita operacional líquida	**986.626**	**788.342**

A receita operacional líquida da Companhia demonstrada nesta nota explicativa é resultado da receita operacional bruta deduzida dos tributos incidentes sobre esta receita, que no caso da Companhia são: COFINS, PIS e Taxa de regulação sobre o faturamento. A receita operacional está dividida em serviços de abastecimento de água e serviços de esgoto. No primeiro semestre de 2023 houve a aplicação do reequilíbrio econômico-financeiro da tarifa: i. Em 12 de janeiro de 2023, ocorreu o reequilíbrio na tarifa dos municípios do interior do estado do RN, aprovada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte (ARSEP), de caráter estadual, sendo aplicado o índice de 11,0547% nos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, conforme Resolução nº 10, de 30 de novembro de 2022. Já o reequilíbrio na tarifa de Natal, ocorreu 12 de março de 2023, e foi aprovada pela Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Município do Natal (ARSBAN), de caráter municipal, sendo aplicado o índice de 13,03% nos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, conforme Resolução nº 001/2023, de 25 de janeiro de 2023.

26. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	31/12/2023	31/12/2022
Sistema de abastecimento de água		
Custos com pessoal (i)	(113.549)	(108.315)
Custos com material	(26.565)	(21.982)
Serviços de terceiros	(46.373)	(48.411)
Energia elétrica	(110.865)	(105.517)
Custos gerais	(966)	(628)
Depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível	(75.302)	(81.206)
Depreciação e amortização dos contratos de arrendamento - CPC 06	(1.080)	(4.039)
Outros Custos Operacionais - Baixas de Bens e AAP do Ativo Intangível	(31)	(306)
	(374.731)	**(370.404)**
Sistema de esgoto sanitário		
Custos com pessoal (i)	(38.987)	(38.106)
Custos com material	(5.971)	(3.963)
Serviços de terceiros	(20.644)	(21.496)
Energia elétrica	(7.875)	(10.316)
Custos gerais	(320)	(949)
Depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível	(18.755)	(23.024)
Depreciação e amortização dos contratos de arrendamento - CPC 06	(4.797)	(1.145)
Outros Custos Operacionais - Baixas de Bens e AAP do Ativo Intangível	24	-
	(97.325)	**(98.999)**
Custo de Construção	**(123.718)**	**(39.884)**
Total dos custos dos serviços prestados	**(595.774)**	**(509.287)**

Os custos dos serviços prestados compreendem os custos com o serviço de fornecimento de energia elétrica, serviços de manutenção, operação do sistema de água e esgoto, serviços prestados por terceiros e demais serviços, bem como custo de construção. Em relação a variação nos custos dos serviços prestados do ano de 2022 para 2023, cabe destacar os seguintes pontos: (i) No ano de 2023, a elevação nos custos ocorreu principalmente em razão da implantação de 3,83% (três virgula oitenta e três por cento) de reajuste salarial resultante da inflação acumulada apurada pelo INPC, aplicado nos salários da TABELA SALARIAL a partir de maio de 2023, conforme acordo coletivo de 2022/2024.

27. DESPESAS ADMINISTRATIVAS
A composição das despesas administrativas por natureza, é a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de pessoal	(122.970)	(113.872)
Despesas com material	(2.053)	(10.990)
Serviços de terceiros	(74.341)	(55.799)
Energia Elétrica	(1.365)	(1.208)
Despesas gerais	(15.704)	(13.360)
	(216.433)	**(195.229)**
Depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível	(6.756)	(4.900)
Depreciação e amortização dos contratos de arrendamento – CPC 06	(10.196)	(14.471)
	(16.952)	**(19.371)**
Ressarcimento das despesas (a)	4.979	4.102
Total das despesas administrativas	**(228.406)**	**(210.498)**
(a) Detalhamento do ressarcimento da despesa		
Ressarcimento para pagamento Unimed/Hapvida	4.797	4.527
Por uso/danos propriedade da empresa	27	46
Outros ressarcimentos	155	(471)
	4.979	**4.102**

28. DESPESAS COMERCIAIS	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de pessoal	(29.399)	(29.760)
Despesas com material	(43)	(59)
Serviços de terceiros	(26.352)	(20.116)
Despesas gerais	(1.027)	(1.010)
	(56.821)	**(50.945)**
Depreciação e amortização	(848)	(726)
Perdas na realização de créditos (ii)	(49.434)	(30.480)
Total das despesas comerciais	**(107.103)**	**(82.151)**

As despesas comerciais compreendem os gastos nas atividades comerciais para obtenção de receitas, como os serviços de cobranças aos clientes e outros.

29. PROVISÃO E REVERSÃO DE PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	31/12/2023	31/12/2022
Provisões Ambientais	(756)	-
Provisões Cíveis	1.132	8.452
Provisões Trabalhistas	(779)	(11.501)
Provisões Tributárias	1.785	823
Total das provisões para contingências	**1.382**	**(2.226)**

30. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Tributos Federais	31/12/2023	31/12/2022
Programa de Integração Social (PIS)	(605)	(374)
Cont. Financ. da Seguridade Social (COFINS)	(3.717)	(2.295)
IOF	(976)	(896)
	(5.298)	**(3.565)**
Tributos Estaduais		
ICMS	(112)	(85)
Taxa de Licenciamento de veículo	(45)	(56)
	(157)	**(141)**
Tributos Municipais		
IPTU	(4)	(12)
Taxa de Licença e Localização	(904)	(706)
Taxa de Limpeza Pública	(1.072)	(6.661)
	(1.980)	**(7.379)**
Total das Despesas Tributárias	**(7.435)**	**(11.085)**

30.1. PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL (PIS) E CONTRIBUIÇÃO FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL (COFINS) – Essas duas contas contábeis representam a despesa de PIS e COFINS incidentes sobre as demais receitas, como por exemplo receita de aluguel e receitas financeiras. **30.2. IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS – IOF** – IOF é o imposto sobre operações financeiras, que demonstra o quanto desse tributo incidiu sobre as aplicações financeiras de recursos próprios. **30.3. TAXA DE LICENCIAMENTO DE VEÍCULO** – A taxa de licenciamento de veículos serve para cobrir os custos de emissão da documentação do veículo. Então, anualmente, esta taxa é cobrada pelo DETRAN/RN para que os Certificados de Registro e Licenciamento de Veículos (CRLV) dos automóveis da CAERN sejam atualizados. **30.4. IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU** – O IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano) é um imposto brasileiro com previsão na Constituição Federal, de competência municipal e do Distrito Federal, cujos contribuintes são as pessoas físicas ou jurídicas que mantêm propriedade, domínio útil ou a posse de propriedade imóvel localizada em zona ou extensão urbana. O Supremo Tribunal Federal (STF), nos autos do Recurso Extraordinário 858.893 (anexo), reconheceu imunidade tributária à Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte no que concerne ao pagamento de IPTU dos imóveis de sua propriedade. Então, desde a decisão do STF, a CAERN vem buscando, administrativamente, junto aos municípios a referida imunidade. **30.5. TAXA DE LICENÇA E LOCALIZAÇÃO** – A Taxa de Licença é um tributo municipal necessário para localização e funcionamento.

31. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS
A composição de outras receitas operacionais líquidas, por natureza, é a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Demais Receitas		
Locação de imóveis	273	253
Resultado na venda de bens do Imobilizado (i)	1.175	1.243
Contribuições e doações de particulares	5.227	1.795
Contribuições e doações órgãos públicos	-	101
Subvenções investimentos amort. intangível	6.859	6.466
Ganhos em inventários	279	-
Outras receitas	-	8.798
Total de Outras Receitas Operacionais Líquidas	**13.813**	**18.656**

Sobre a variação nas outras receitas operacionais, destaca-se que: (i) A Companhia, na realização da venda de bens do imobilizado, obteve um ganho de R$ 1.175 referente ao leilão realizado em dezembro de 2023. Em 2022 foram realizados dois leilões.

32. RECEITAS FINANCEIRAS

A composição das receitas financeiras, por natureza, é a seguinte:	31/12/2023	31/12/2022
Rendimentos de aplicações financeiras (i)	49.325	8.818
Descontos recebidos	96	84
Juros ativos obtidos	1.343	1.717
Receita financeira de clientes e variação monetária	19.500	29.216
Rendimento Resgate Judicial	321	298
Total das receitas financeiras	**70.585**	**40.133**

As receitas financeiras representam receitas de juros sobre aplicações financeiras, acréscimo por impontualidade e descontos obtidos. É reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. (i) A elevada variação das receitas financeiras deve-se principalmente dos rendimentos de aplicações financeiras dos recursos de debêntures.

33. DESPESAS FINANCEIRAS
A composição das despesas financeiras, por natureza, é a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de financiamentos internos		
Juros e taxas (i)	(55.450)	(2.507)
Total das despesas de financiamentos internos	**(55.450)**	**(2.507)**
Outras despesas financeiras		
Juros extra financiamento	(4.014)	(4.802)
Multas extra financiamento	(371)	(23)
Juros sobre precatórios	(434)	(286)
Custos de transação	(895)	-
	(5.714)	**(5.111)**
Total das despesas financeiras	**(61.164)**	**(7.618)**

As despesas financeiras representam gastos relacionados com a remuneração de terceiros, originadas da captação de recursos para viabilizar as atividades operacionais da Companhia. São reconhecidas conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Do montante de R$ 61.164 registrado no grupo, cabe destacar o seguinte: (i) O aumento dos juros e taxas deu-se em virtude dos juros oriundos dos empréstimos realizados por esta companhia.

34. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
34.1. CONCILIAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2023		31/12/2022	
Descrição	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contrib. Social	72.524	72.524	24.266	24.266
Alíquotas Vigentes de IRPJ e CSLL no Brasil	25%	9%	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Alíquotas Vigentes	**(18.131)**	**(6.527)**	**(6.067)**	**(2.184)**
(+) Efeitos Fiscais sobre Adições Permanentes	(31.459)	(11.203)	(10.425)	(3.642)
(-) Efeitos Fiscais sobre Exclusões Permanentes	36.749	13.233	12.000	4.332
(+) Incentivos Fiscais	16.591	-	3.962	-
(+) Outros	(9.168)	15	(10.077)	-
Total das Despesas	**(5.418)**	**(4.482)**	**(10.607)**	**(1.494)**
Totais do Imposto de Renda e Contribuição Social	**(9.900)**		**(12.101)**	

34.2. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

Imposto de Renda	31/12/2023	31/12/2022
Provisão constituída para o Imposto de Renda	(20.203)	(17.303)
Diferença Temporária Imposto de Renda	(5.459)	(635)
Incentivo Prog. Aliment. Trabalhador - PAT	485	416
Diferença Temporária AAP Imposto de Renda	3.234	3.368
Incentivo Programa Empresa Cidadã	137	142
Benefício Fiscal SUDENE - Red. 75% IRPJ	16.388	3.405
	(5.418)	**(10.607)**
Contribuição Social		
Provisão constituída para a Contribuição Social	(10.281)	(6.538)
Diferença Temporária Contribuição Social	1.155	193
Diferença Temporária AAP Contribuição Social	4.644	4.851
	(4.482)	(1.494)
	(9.900)	**(12.101)**

- Continua -

Assembleia Legislativa do RN aprova criação de auxílio-fardamento para a Polícia Civil

Conforme proposta, benefício aos servidores será pago em 5 parcelas de R$ 300, já iniciando em 2024

A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte aprovou nesta quarta-feira 17 o Projeto de Lei que cria o auxílio-fardamento para os integrantes da Polícia Civil no Estado. A matéria, de autoria do Governo do Estado, teve apoio unânime dos deputados estaduais presentes na sessão, e segue para sanção da governadora Fátima Bezerra (PT).

O relatório da proposta foi do deputado estadual Coronel Azevedo (PL). O parlamentar revelou que o benefício aos servidores será pago em 5 parcelas de R$ 300, já iniciando em 2024. Coronel Azevedo parabenizou a categoria e destacou que o projeto foi formulado "com a finalidade de manter paridade e alinhamento de benefícios entre carreiras da segurança pública".

Para o deputado Adjuto Dias (MDB), "o policial civil trabalha com carga horária exaustiva, sem efetivo adequado para o cumprimento de seus deveres, o que gera carga emocional e peso muito grande". Para o parlamentar, "todo e qualquer benefício para os policiais é importante e deve ser louvado".

Líder do Governo, o deputado Francisco do PT ressaltou que esta "é uma conquista da categoria, que se mobilizou, isso é histórico. Quero destacar o papel que foi desempenhado por esta Casa, pelos representantes dos policiais e o Governo para que chegássemos a esse momento".●

JOÃO GILBERTO / ALRN

Policiais civis ocuparam galerias ontem para cobrar aprovação do benefício

Esportes

Flamengo leva susto no fim, mas vence São Paulo e lidera Brasileirão

Derrota coloca ainda mais pressão sobre Thiago Carpini no SP

Depois de pouco mais de três anos, o Flamengo volta a ser líder do Brasileirão. Na noite desta quarta-feira 17, a equipe carioca venceu o São Paulo por 2 a 1 no Maracanã e encerrará a 2ª rodada no topo da tabela.

Invicto na temporada, o Rubro-Negro entrou em campo podendo assumir a liderança do campeonato, enquanto o Tricolor, em crise, buscava seu primeiro triunfo.

Já no primeiro tempo, o time comandado por Tite já começava a mostrar sua qualidade, dominando a partida e pressionando o time paulista.

Mesmo assim, o São Paulo conseguiu, aos 18 minutos, quase abrir o placar. Alisson roubou a bola de Allan e arriscou de fora da área, mas Rossi caiu bem para fazer a defesa.

Poucos minutos antes, Everton Cebolinha teve que ser substituído por conta de um incômodo no Tendão de Aquiles. No seu lugar, Luiz Araújo entrou.

E o camisa 7 estava inspirado. Aos 19, sete minutos depois de entrar, o atacante, com passagem pelo Tricolor paulista, recebeu na entrada da área e chutou no cantinho para inaugurar o placar.

O Fla seguia sendo perigoso em todas as chances que criava, mas o grande domínio veio na etapa final, com um volume intenso do jogo, sem deixar os adversários respirarem.

A insistência foi recompensada aos 8 minutos. Depois de Pedro dar lindo drible em Pablo Maia e finalizar, Rossi espalmou. No rebote, De La Cruz apareceu para só empurrar para as redes.

Tudo se encaminhava para um triunfo tranquilo dos donos da casa. Até que, aos 33, Erick tocou para Alisson, que cruzou para Ferreirinha cabecear para o gol e diminuir a desvantagem. ●

1 a 0

Inter supera pênalti perdido e vence Palmeiras fora de casa com lei do ex

O Internacional venceu o Palmeiras por 1 a 0 na Arena Barueri, na noite desta quarta-feira 17, em confronto válido pela 2ª rodada do Campeonato Brasileiro.

Wesley, revelado nas categorias de base do Alviverde, marcou o gol da vitória do Colorado no final do 1º tempo. A equipe precisou superar um pênalti perdido por Borré, também na etapa inicial, para ficar com a vitória.

Com o triunfo, o Inter chegou a duas vitórias em dois jogos do Brasileirão — na estreia venceu o Bahia no Beira-Rio. O Palmeiras superou o Vitória na estreia, mas agora conhece seu primeiro revés na competição. ●

Esporte — PEDRO NETO

@pedroneto
pedroneto1704@gmail.com

Já conhece seu adversário

O América conheceu ontem seu próximo adversário na terceira fase da Copa do Brasil. Será o Corinthians-SP. A primeira partida será realizada em Natal, com a partida da volta em SP. Sem dúvida deveremos ter uma grande festa na primeira partida no Arena das Dunas.

É LOUVÁVEL

É louvável o papel do presidente Bira Marques em equacionar os problemas financeiros do ABC. Se dentro das quatro linhas as coisas não vem dando certo, e não vem, ao menos fora delas o presidente alvinegro vem segurando as pontas para que seu clube não volte a ter quase cem ações trabalhistas como teve num passado bem recente. Ou cobre a cabeça ou os pés, pois o cobertor é pequeno.

DANIEL CRUZ

Embora tenha proposta de outros clubes, na sua maioria da série B, o atacante Daniel Cruz do ABC, deverá permanecer para a série C. Tenho dito que, entre todos os atacantes que estão no clube, Daniel Cruz é o melhor dele.

TERÁ TEMPO HÁBIL PARA PROMOVER

O marketing do América terá alguns dias para promover a partida da Copa do Brasil, contra o Corinthians, em Natal. Torço para que o marketing do clube rubro promova a partida visando lotar o Arena das Dunas, porém não apenas em "cobrar os olhos da cara" no preço dos ingressos. Simples assim.

TEM CHANCES

Com todo o respeito que o Corinthians merece, porém acredito que dependendo do resultado que obtenha na partida em Natal, a equipe do América pode sim sonhar com a possibilidade de passar para a quarta fase da Copa do Brasil. O alvinegro paulista não é hoje nem de longe aquela equipe imbatível de anos anteriores.

BUSCANDO UMA SAÍDA

O momento financeiro do ABC é complicado. É difícil. Agora, a direção alvinegra trabalha visando uma saída para encarar a série C que começa no final de semana. A CBF patrocina cada clube com R$ 1,3 milhão. O que convenhamos, é um valor irrisório para uma competição que dura mais de oito meses.

TEM TUDO PARA SER O PRIMEIRO DO GRUPO

O América se prepara para o início da série D. E, por mais que os adversários estejam contratando, acredito que a equipe rubra chega como a grande favorita a ser a primeira colocada do seu grupo. Pode até não ser, porém nenhuma outro clube tem a estrutura do América entre os sete outros participantes.

PRIORIDADE

A direção do ABC trabalha a contratação de dois atacantes de imediato. Sem dúvida alguma, hoje o ataque alvinegro é o setor mais carente da equipe. Vejo apenas Daniel Cruz com possibilidade de ser titular nesta série C.

FORA DA ESTREIA

O volante Samuel está fora da estreia do ABC na série C. Jogador foi expulso na partida contra o CRB, pela Copa do Nordeste, e pegou duas partidas. Como já cumpriu a automática, ainda terá que pagar mais uma partida, justamente contra a Ferroviária-SP.

Sorteio define confrontos da 3ª fase da Copa do Brasil; América pega Corinthians

Palmeiras tem pela frente adversário paulista, enquanto São Paulo e Corinthians jogam no norte e nordeste; etapa terá quatro jogos de Série A, incluindo clássico gaúcho

A Copa do Brasil definiu nesta quarta-feira seus confrontos da terceira fase, em sorteio realizado na sede da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Entre os 16 duelos previstos, os destaques ficam por conta de São Paulo x Águia de Marabá-PA, Palmeiras x Botafogo-SP, Internacional x Juventude e Corinthians x América-RN.

O sorteio apontou quatro confrontos entre times da Série A do Campeonato Brasileiro. Além do duelo gaúcho, há Botafogo x Vitória, Fortaleza x Vasco e Bahia x Criciúma.

Os confrontos serão disputados em jogos de ida e volta. Até então, na primeira e na segunda fases da competição nacional, os duelos eram definidos em partida única. O mando de campo também foi decidido por sorteio.

Os dois últimos campeões, São Paulo e Flamengo, vão atravessar o País para seus confrontos. O time paulista, dono do título em 2023, precisará ir até o Pará para disputar o jogo de ida contra o Águia de Marabá. O Flamengo, campeão em 2022, vai fazer a partida da volta em Manaus. A ida contra o Amazonas será no Rio de Janeiro.

Palmeiras e Botafogo-SP vão fazer um duelo de Campeonato Paulista, começando com mando da equipe da capital. A partida da volta será em Ribeirão Preto. Já o Corinthians vai decidir em casa contra o América-RN. E o Juventude vai ter a chance de finalizar o confronto com o Internacional em Caxias do Sul - o duelo será uma reedição de uma das semifinais do Campeonato Gaúcho deste ano, no qual o Juventude levou a melhor nos pênaltis.

Ao todo, 32 times participaram do sorteio, sendo 20 equipes que vinham participando da Copa do Brasil desde a primeira fase, e mais 12 que entrarão agora no torneio. São eles: Fluminense, São Paulo, Palmeiras, Grêmio, Atlético-MG, Flamengo, Botafogo e Red Bull Bragantino (que disputam a Copa Libertadores), Ceará (campeão da Copa do Nordeste), Goiás (campeão da Copa Verde), Vitória (campeão da Série B) e Athletico-PR (8º do Brasileirão, garantiu a vaga por conta do título da Libertadores pelo Fluminense).

A terceira fase da Copa do Brasil será disputada ao longo do mês de maio. Os jogos de ida serão realizados na semana do dia 1º. A volta será na semana no dia 22. Na sequência, as oitavas de final tem como datas reservas o fim de julho e o início de agosto. ●

Veja os confrontos da terceira fase da Copa do Brasil

Grêmio **x** Operário-PR
Bahia **x** Criciúma
Fluminense **x** Sampaio Corrêa
Red Bull Bragantino **x** Sousa-PB
Cuiabá **x** Goiás
Botafogo **x** Vitória
Fortaleza **x** Vasco
Flamengo **x** Amazonas
São Paulo **x** Águia de Marabá-PA
Palmeiras **x** Botafogo-SP
Athletico-PR **x** Ypiranga-RS
Internacional **x** Juventude
Ceará **x** CRB
Corinthians **x** América-RN
Atlético-GO **x** Brusque
Atlético-MG **x** Sport

LUCAS FIGUEIREDO / CBF

Ao todo, 32 equipes sobrevivem na competição em busca da taça